Série Trilhas Educativas

edIPUCRS

Rede CFES
Formação e Assessoria Técnica
Sudeste

INSTITUTO MARISTA
DE SOLIDARIEDADE

Que história é essa de capitalismo?

Existem outras formas de encantar a vida social

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O88q Otoni, Pedro
Que história é essa de capitalismo : existem outras formas de encantar a vida social / Pedro Otoni ; aportes ao texto: Daniel Tygel. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2017.
186 p. (Série Trilhas Educativas ; livro 1)

ISBN 978-85-397-0990-8

1. Governo comparado. 2. Capitalismo 3. Economia social. 4. Ciência política. I. Tygel, Daniel. II. Título. III. Série.

CDD 23. ed. 321

Lucas Martins Kern CRB 10/2288
Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS

Série Trilhas Educativas

ediPUCRS

Rede CFES
Formação e Assessoria Técnica
Sudeste

INSTITUTO MARISTA
DE SOLIDARIEDADE

Que história é essa de capitalismo?

Existem outras formas de encantar a vida social

Expediente

Província Marista Brasil Centro-Norte
União Brasileira de Educação e Ensino

Diretoria-Geral

Ir. Ataide José de Lima | *Provincial e Diretor-Presidente*
Ir. Adalberto Batista Amaral | *Vice-Provincial e Diretor-Secretário*
Ir. José Wagner Rodrigues da Cruz | *Diretor Vice-Presidente*
Ir. Renato Augusto da Silva | *Ecônomo Provincial e Diretor-Tesoureiro*
Ir. Iranilson Correia de Lima | *Conselheiro Provincial e Diretor*
Ir. José de Assis Elias de Brito | *Conselheiro Provincial e Diretor*
Ir. Joarês Pinheiro de Sousa | *Conselheiro Provincial e Diretor*

Superintendência Socioeducacional

Dilma Alves Rodrigues | *Superintendente*

Instituto Marista de Solidariedade – IMS

Shirlei Aparecida Almeida Silva | *Diretora*

Rizoneide Souza Amorim
Roseny de Almeida | *Coordenação das Publicações*

Pedro Henrique de Souza Otoni | *Produção Textual*

Daniel Tygel | *Aportes ao Texto*

Arte em Movimento | *Projeto Gráfico, Diagramação, Revisão e Capa*

Tiragem: 2 mil exemplares
www.marista.edu.br/ims

Brasília, maio de 2017.

Sumário

Apresentação 10
Introdução 12
CAPÍTULO I – Os três conceitos fundamentais: necessidade, bens e trabalho 17
Necessidades Humanas 19
Os Bens 21
O Trabalho 22
Atividades pedagógicas do capítulo 28
Dinâmica pedagógica #1: O que meu trabalho produz? 28
Dinâmica pedagógica #2: No tempo dos nossos avós 30

CAPÍTULO II – As três perguntas fundamentais 33
Quais bens produzir? 37
Como produzir? 38
Como distribuir? 43
Atividade pedagógica do capítulo 45
Dinâmica pedagógica #3: As ilhas das(os) sobreviventes 45

CAPÍTULO III – A mercadoria e o valor 49
A mercadoria: O caso de Juliana da Argila e Chico Roceiro 51
Lei do Valor e seu duplo caráter: O caso de Maria Quitandeira e Rita Bordadeira 53
Atividade pedagógica do capítulo 62
Dinâmica pedagógica #4: Feira de trocas & moeda social 62

CAPÍTULO IV – Sobre os modos de produção da vida social 65
Modos de produção: noções gerais 67
Modo de Produção Tribal 70
Modo de Produção Tributário 75
Modo de Produção Escravista 87
Modo de Produção Feudal 97

Atividades pedagógicas do capítulo 111
Dinâmica pedagógica #5: O teatro de boneco da História 111
Dinâmica pedagógica #6: Jogo da História 114

CAPÍTULO V – Como funciona o capitalismo 119
Formação do Modo de Produção Capitalista 121
Como funciona a Economia Capitalista:
O caso da operária Carolina. 130
Formas de distribuição da riqueza e classes sociais no capitalismo 138
Capitalismo Financeiro: atual etapa do MPC 141
Crises no capitalismo 144
O capitalismo no Brasil 148
Opressões no capitalismo 151
O que é bom no capitalismo é para poucos 152
Como o capitalismo responde às três perguntas fundamentais 154
Atividades pedagógicas do capítulo 157
Dinâmica pedagógica #7: Fábrica de sapatos 157
Dinâmica pedagógica #8: Se os tubarões fossem homens 161

CAPÍTULO VI – Alternativas ao capitalismo 165
O capitalismo não é eterno 167
Experiências Socialistas do século XX 169
Economia Solidária: experiências alternativas atuais 172
Atividade pedagógica do capítulo 178
Dinâmica pedagógica #9: Como a Economia Solidária responde as três perguntas básicas da Economia? 178

Referências Bibliográficas 181

Agradecimentos

"Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina. O que vale na vida não é o ponto de partida, e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher."

Cora Coralina

Querida gente brasileira, em especial mineiros, capixabas, cariocas e paulistas, estamos finalizando um ciclo de oito anos (2009 – 2017) na execução dos Projetos Centros de Formação e Assessoria Técnica em Economia Solidária da Região Sudeste – Rede CFES Sudeste. Foi um período de muito aprendizado e muita construção coletiva no universo da educação na perspectiva da Economia Solidária. Nessa caminhada, trilhamos e ressignificamos nossas atitudes e demos o nosso melhor para fazer acontecer a tão sonhada formação em Economia Solidária em diferentes territórios destes quatro estados Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Espírito Santo (ES).

Foi uma caminhada de muitas alegrias, mas também muito desafiadora, com vários percalços ao longo dela. Nesse período, celebramos a passagem e ressurreição do nosso querido colega Wilson Roberto, a quem dedicamos estas publicações. Wilson esteve presente no CFES, inicialmente, insistindo na missão e nos fazendo sonhar, acreditar e realizar. O seu sonho se tornou nosso e foi para muito mais além de um simples projeto. Traçamos novas trilhas de um Centro de Formação com sentido, avançando na construção de uma sociedade solidária, justa e partilhada para todas as pessoas, na qual a alegria, a mesa farta, a crítica construtiva e a partilha dos sonhos e ideais fossem uma constante.

Wilson Roberto

Nossa gente, temos muito para agradecer, primeiramente aos Fóruns Estaduais de Economia Solidária – Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária; FCP – RJ (Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro), Fórum Paulista de Economia Solidária e Fórum de Economia Popular Solidária do Espírito Santo, que estiveram em todos os momentos, lado a lado, nessa construção: recebam a nossa profunda gratidão. Materializaram-se nesse tempo e caminhada os Núcleos Temáticos Regionais (Educação Popular, Finanças Solidárias, Comercialização Solidária e Redes de Colaboração Solidária).

Na produção teórica, agradecemos às autoras e aos autores que, a partir do vivido nos processos educativos, nos ajudaram a ampliar os nossos horizontes e se desdobraram na produção dos textos que enriqueceram a Série Trilhas Educativas, tais quais: Ana Luzia Laporte (Analu), Carlos Rodrigues Brandão, Conceição Evaristo, Daniela Rueda, Denizart Fazio, Diego Veiga, Euclides Mance, Lia Tiriba, Luigi Verardo, Manoel Vital de Carvalho Filho, Pedro Otoni, Regilane Fernandes, Sandra Quintela, Thais Mascarenhas e Webert da Cruz.

Por último, mas com igual importância, registramos o nosso agradecimento aos queridos Irmãos Maristas da Província Marista do Brasil Centro-Norte, herdeiros do sonho de Marcelino Champagnat, que com sua generosidade colocaram a instituição a serviço da vida, na luta pelos direitos humanos, na promoção da Economia Solidária e na gestão dessa parceria.

E, para finalizar, estamos convictas de que a colheita desse período se fortalecerá na militância de cada educador(a) dos coletivos estaduais, dos fóruns e redes que darão continuidade à caminhada para além de um projeto, e certas de que estas publicações chegarão a locais onde os nossos pés não nos levaram, mas que os nossos sonhos já anunciavam. Que a construção de uma sociedade solidária, já despontando no horizonte, rompendo toda a opressão de um sistema em agonia, ganhe novo alento e força para brilhar no céu deste nosso Brasil. Continuaremos nos encontrando na militância do movimento de Economia Solidária e defendendo a democracia e a garantia ao trabalho associado no nosso país.

Economia é todo dia, a nossa vida não é mercadoria!

Rizoneide Souza Amorim
Analista Social de Referência

Shirlei A. A. Silva
Diretora do IMS

Apresentação da Série Trilhas Educativas

Como fruto desses anos de construção coletiva, apresentamos a **Série Trilhas Educativas**, que contém 2 livros, 4 cadernos, 6 vídeos e 6 fôlderes/cartazes e 1 *banner* com os diferentes temas abordados na trajetória da Rede CFES Sudeste, conforme descrição abaixo:

- Livro I – Que história é essa de capitalismo? Existem outras formas de encantar a vida social – esse livro aborda de forma simples e didática a trajetória dos modos de produção – tribal, tributário, escravista, feudal, capitalista e as perspectivas de superação do capitalismo, apresentando novas formas de produção na perspectiva da Economia Solidária. A partir desse livro, temos cadernos que vão tratar das bandeiras da Economia Solidária.

- Caderno 1: Encantar a Vida com a Educação Popular e a Economia Solidária – aborda a Educação Popular, o encontro da Educação Popular e a Economia Solidária, as diretrizes político-metodológicas, e finaliza com várias práticas e metodologias de Educação Popular.

- Caderno 2: Encantar a Vida com a Organização da Produção, Comercialização Justa e Solidária e Consumo Responsável – aborda a organização da produção, comercialização e o consumo na perspectiva da Economia Solidária, com metodologias práticas para lidar com temas fundantes da Economia Solidária.

- Caderno 3: Encantar a Vida com as Finanças Solidárias – trata da economia e finanças solidárias e apresenta as diferentes modalidades do tema: clubes de trocas, fundos rotativos solidários, cooperativas de crédito solidário e bancos comunitários.

- Caderno 4: Encantar a Vida com as Redes de Colaboração Solidária – apresenta o debate conceitual sobre as redes solidárias, como organizá-las e os procedimentos internos da organização de redes.

- Livro II – Encantar a vida com a diversidade – trata-se de uma coletânea de artigos com temas que são transversais para a Economia Solidária e que sempre foram abordados nos processos educativos no âmbito do CFES Sudeste. Os principais temas dessa publicação são: autogestão, cultura, bem viver, juventudes, mulheres, território e raça/etnia.

Esta sistematização que entregamos ao movimento de Economia Solidária é resultado da concretude do fazer do CFES ao longo desses anos da construção coletiva, de muitas pessoas e instituições – às quais somos profundamente gratas pela parceria –, que somaram conosco ao longo dos oito últimos anos para fazer acontecer a Rede CFES Sudeste.

Boa leitura!

Equipe IMS

Apresentação

No processo de trabalho, os seres humanos estabelecem relações entre si e com a natureza. Mas que história é essa de achar que é "natural" enriquecer à custa da exploração do trabalho dos outros? Se também somos parte integrante da natureza e dependemos dela para nos fazer humanos e sobreviver na face da Terra, quem inventou essa história de que a flora, a fauna e outros elementos da *Pachamama* devem ser submetidos aos caprichos dos homens de negócio? Que história é essa de dizer que o capitalismo é eterno? Que história é essa de fingir que não existem outras formas de produzir a vida social?

Até quando as classes dominantes vão nos iludir com histórias da carochinha ou com histórias para boi dormir? Mais que nunca, é preciso apreender a "história vista de baixo", considerando as experiências de homens e mulheres trabalhadoras que, cotidianamente, criam estratégias para afirmar sua cultura, sua forma de fazer economia e seu modo de vida. Como diz Edward Palmer Thompson, historiador marxista inglês, a luta de classes é sempre "luta por valores", é luta para confrontar e afirmar diferentes formas de fazer, pensar e estar no mundo. Ao contrário da construção de uma casa, que tem começo, meio e fim, a classe é uma formação tanto econômica como cultural, mediada pela experiência.

Não existe neutralidade no ato de educar (Paulo Freire) e tampouco na maneira de contar e escrever a história da humanidade! Entre tantas coisas que a vida nos ensina, é importante lembrar que, ao contrário da concepção evolucionista de ser humano, a história não é uma sucessão linear de modos de produção. Sem dúvida, o capitalismo tem hegemonia em relação a outros modos de produção, mas, se outras formas de produzir a existência humana não coexistissem, como explicaríamos a economia dos indígenas, quilombolas, caiçaras, pantaneiros e de

outros povos e comunidades tradicionais que povoam a América Latina? Como explicaríamos as formas de produzir, consumir e distribuir da Economia Solidária?

Conhecer a realidade para transformá-la – nos ensinou Oscar Jara! Para Antônio Gramsci, pensador italiano que, em 1937, morreu nas garras do fascismo, a classe trabalhadora tem o direito de se educar. E, se quer se tornar "sujeito-criador da história e do mundo", tem também o dever de se educar, num processo contínuo de ação/reflexão/ação, de ir e vir na prática e na teoria. Assim, é com alegria que apresento a vocês este material pedagógico de Educação Popular em Economia Solidária. De fácil leitura, ajuda-nos a conhecer melhor o mundo em que vivemos e que queremos transformar.

O modo de contar, escrever e fazer história apresentado em *Que história é essa de capitalismo? Existem outras formas de encantar a vida social* faz parte da luta de todas(os) nós, mulheres e homens militantes da Economia Solidária. Que seja bem-vindo para atiçar nossos olhares! Que seja bem-vindo para fortalecer nossos laços de amizade e solidariedade! Fico muito feliz pela possibilidade de estar com vocês.

Um abraço,

Lia Tiriba
No calor de 2016, quase 2017.

Introdução

Os seres humanos vivem em diferentes meios, têm distintos modos de vida. Entretanto, há algo em comum a todos: somos uma espécie caçadora de sonhos. É fato que esses mudam de tempos em tempos – com a alteração das condições de existência –, mas nunca deixam de ocorrer, mesmo quando são declarados, por algum poder, como proibidos. Os sonhos, por mais "abstratos" que possam parecer, sempre estão relacionados às nossas necessidades, sejam materiais ou espirituais. É por caçar os sonhos que a humanidade se realiza como tal, seja quando saímos de nossa tribo para capturar alimento, seja quanto saímos de nosso planeta para encontrar o espaço. Estamos sempre em busca de satisfazer nossas necessidades – do estômago, da cabeça, do coração ou da alma.

O objeto desta obra é a abordagem dos oprimidos sobre a história e a economia política. Portanto, é uma narrativa da jornada humana que parte do trabalho e da visão dos que trabalham, e não dos que dominam e que, por isso, a rigor, não trabalham (vivem do trabalho alheio). Propomos a reflexão crítica sobre a realidade, mas vamos além, pois acreditamos que a reflexão deve ser acompanhada da prática. Em outras palavras, propomos o engajamento na mudança da realidade opressora e a construção da emancipação. Por isso, além do conteúdo crítico, aqui você encontra um conjunto de dinâmicas para o trabalho de base junto ao povo. Trata-se, desse modo, de uma ferramenta pedagógica para auxiliar militantes sociais em espaços de formação política, no movimento de Economia Solidária.

Muitas vezes, é difícil encontrar, em um só material, um conjunto de temas relacionados aos primeiros passos da formação política de grupos populares. A intenção aqui é contribuir para a superação dessa ausência e auxiliar a(o) educadora(o)

popular no desenvolvimento de oficinas, cursos, seminários, círculos de cultura ou qualquer outro espaço coletivo de educação política.

Este instrumento pedagógico que agora você tem em mãos trata de como, em diferentes épocas, nós humanos nos relacionamos para satisfazer as necessidades que temos. Como lidamos com os bens e com o trabalho para garantir o sustento individual e coletivo. A relação entre necessidades, bens e trabalho são esclarecidas aqui por meio da reflexão sobre as três perguntas fundamentais da economia política: “Quais bens produzir?”; “Como produzi-los”?; e “Como distribuí-los?”. Cada povo, por períodos determinados de sua história, constituiu um “modo” de resolver essas três questões, formando assim, para cada solução, um modo de produção específico. Os principais modos de produção conhecidos são descritos de maneira sistemática e simplificada, evidenciando suas características mais marcantes. Assim, fica possível estabelecer comparações e verificar a lógica interna que movia e move as relações em cada forma de existência social.

O livro é dividido em seis capítulos. Ao final de cada um, estão indicadas atividades pedagógicas para grupos com o conteúdo correspondente. A ficha técnica e procedimentos dessas atividades encontram-se ao final de cada capítulo. Sugerimos que, antes de realizar qualquer uma das atividades, seja feita a leitura do capítulo correspondente, pois isso auxiliará as(os) educadoras(es) na condução das reflexões propostas pelas dinâmicas.

Os primeiros três capítulos tratam dos conceitos elementares da economia política. A boa compreensão dessa parte é a chave para a compreensão dos argumentos posteriores.

O Capítulo IV trata da história resumida dos principais modos de produção. Para uma compreensão sistemática, utilizamos alguns recursos de aprendizagem, que são: 1) ficção histórica (ou seja, expor fatos

reais por meio de uma ficção), que chamamos de "casos"; 2) descrição do modo de produção; 3) articulação das categorias fundamentais, que nada mais é do que expor a forma como as três perguntas fundamentais da economia política são respondidas em cada um dos modos de produção apresentados; e 4) resumo, que é a descrição da lei econômica fundamental de cada modo de produção e sua "ficha técnica" (principais características) com a apresentação das categorias principais de análise para a caracterização do modo de produção correspondente (tipo de divisão do trabalho, forma de exploração, situação das forças produtivas, excedente econômico, sistema de trocas, dinheiro, valor de uso e valor de troca).

O Capítulo V descreve de maneira mais pormenorizada o modo de produção capitalista, ainda que usando a mesma lógica para a forma de exposição apresentada no capítulo anterior.

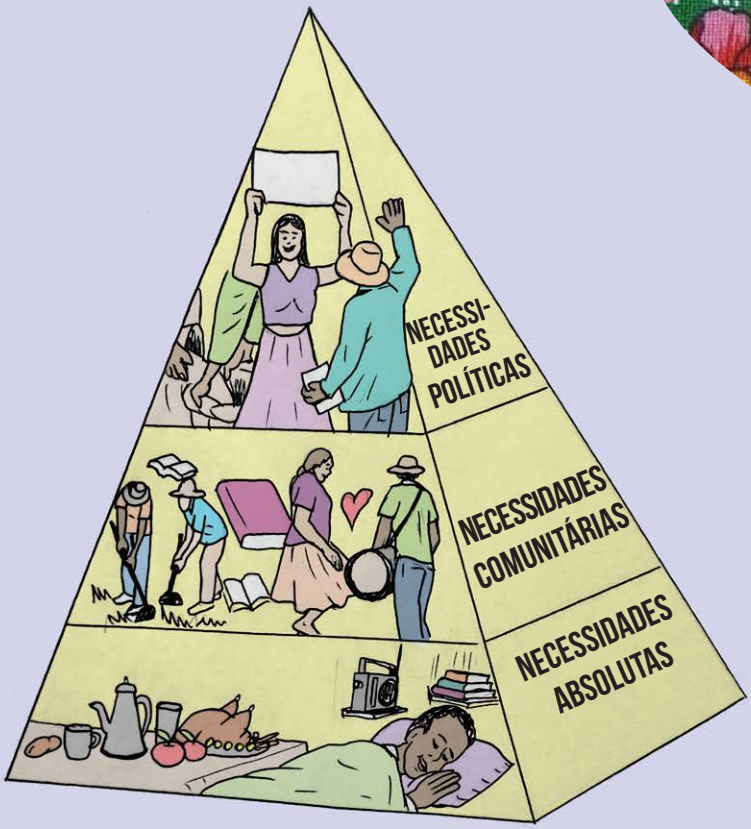
O Capítulo VI discorre sobre experiências alternativas ao capitalismo, primeiro procurando demonstrar que o sistema atual não é eterno, mas apenas um período muito curto da história humana. Também faz um pequeno apanhado das experiências socialistas do século XX e, por fim, indica como a Economia Solidária pode contribuir para a superação do capitalismo.

É importante salientar que há várias formas de abordar esse tema, em inúmeras correntes e linhas teóricas e práticas. Optamos aqui pelo materialismo histórico levado a um nível muito avançado de elaboração por Marx e Engels e aperfeiçoado ao longo do tempo nos estudos da economia política e na relação com os novos fatos históricos que continuam ocorrendo ao nosso redor. Essa escolha tem duas origens: em primeiro lugar, pelo fato de ser a principal referência hoje para orientar as ações e lutas dos movimentos sociais populares e progressistas na construção de uma sociedade justa e fraterna. Em segundo lugar, por existir uma lacuna na compreensão dessa teoria

nas ações práticas, o que acaba levando a uma banalização, alienação ou mesmo a preconceitos enganosos, oriundos da visão dos opressores que querem apagar o olhar crítico e silenciar as vozes de quem insiste em resistir, ocupar e lutar por outro mundo e outra sociedade possíveis e necessários.

O formato desta ferramenta permite tanto o estudo individual de educadoras e educadores populares, assessorias, militantes e interessadas(os) em geral quanto seu uso como instrumento de apoio às atividades de formação coletivas, pois possui propostas metodológicas e dinâmicas destinadas aos processos de educação de grupos populares. A dupla finalidade deste livro foi pensada para que o seu destino seja estar junto com a(o) educadora(o) popular, apoiando-a(o) no cotidiano das atividades de formação e nas lutas de nossa gente. Não desejamos que este livro seja mais um pedaço de papel esquecido intacto em uma estante qualquer. Desejamos que seja um daqueles livros com a cor das mãos e das ferramentas das pessoas que lutam e trabalham; que seja um material rascunhado pela curiosidade e manuseado como proteção frente à ignorância e à alienação que infelizmente ainda predominam em nossa sociedade.

CAPÍTULO I



Os três conceitos fundamentais: necessidade, bens e trabalho

Necessidades Humanas

Para viver, uma pessoa ou comunidade deve conseguir recursos que satisfaçam suas **necessidades.** As necessidades podem ser biológicas (ou absolutas) e sociais.

As necessidades biológicas são aquelas indispensáveis para a sobrevivência física do indivíduo, tais como água, alimento, abrigo. Sem sua satisfação imediata e constante, não há como permanecer vivo.

As necessidades sociais são relativas, variam de um povo para outro e de uma época para outra. São demandas que aumentam ao longo dos séculos, pois a humanidade persegue o bem-estar e a comodidade. Roupas, livros, automóveis, celulares, obras de arte, entre outros objetos e serviços, são exemplos de necessidades sociais.

Há necessidades que são mais importantes que outras. Estar vestido é mais importante que ter um celular, mas em nosso tempo é importante também ter um celular, sem o qual não se pode realizar um conjunto de atividades que a maioria das pessoas realiza. Alguns indivíduos podem abrir mão de um conjunto desses objetos, porém serão exceção, e não a regra.

Existem ainda obrigações sociais que criam necessidades. Por exemplo: não é proibido não usar celular, mas é ilegal não se vestir quando estiver em público. Usar roupas é um dever social estabelecido pela moral predominante e pela lei, por isso se torna uma necessidade, independentemente da vontade do indivíduo.

Necessidade: é a demanda por algo útil a um indivíduo. Entretanto, nem sempre uma demanda é uma necessidade. Atualmente, no capitalismo, as demandas são produzidas artificialmente, em virtude da forte propaganda comercial e pressão social. Distante do que é realmente preciso e importante para os indivíduos, a demanda assume uma característica distinta atualmente. Não é mais relacionada ao acesso a um valor de uso, mas à necessidade do ato da compra, o que é chamado de consumismo.

O fato de essas necessidades serem sociais não significa que sejam dispensáveis. Você não morre por não ter um celular, mas sua vida social, profissional e suas oportunidades vão diminuir muito. Isso porque as necessidades não são criadas por indivíduos isolados, mas pela sociedade que, de certa maneira, exige que cada um do seu grupo tenha certo padrão de conduta e utilize determinadas coisas ou serviços para ser aceito como parte integrante.

Cada povo tem seu conjunto de necessidades sociais estabelecidas por sua cultura e território que ocupa. Em um lugar muito frio, o casaco e uma casa com aquecimento é fundamental; já nas comunidades tropicais, o problema é outro: deve-se ter vestimentas ou pinturas que possam proteger a pele do sol e construir casas arejadas.

Diferentemente de outras espécies, o ser humano não alterou significativamente sua estrutura física para se adaptar ao meio ambiente. Sua estratégia de sobrevivência é modificar o lugar onde está de forma a melhorar sua condição de vida. Os animais de climas frios desenvolveram pelos longos e uma reserva de gordura em seu corpo para manterem-se aquecidos, enquanto os seres humanos, ao povoar as mesmas áreas, tiveram que construir abrigos, fazer fogueiras, produzir roupas pesadas e estocar comida para sobreviver ao inverno. Nota-se que são formas muito distintas: muitas espécies de animais transformam seu corpo por meio da mutação e da seleção natural; já o ser humano modifica o **território** e se utiliza dele para estabelecer-se como comunidade.

Território: é um espaço geográfico, histórico e cultural no qual se desenvolvem relações sociais, por vezes singulares e únicas.

Os Bens

Damos o nome de **"bens"** às coisas que os humanos precisam e/ou criam para satisfazer suas necessidades. Há dois tipos de bens: os *livres* e os *econômicos*. Ambos têm origem direta ou indireta na natureza.

Bem: é algo útil que responde a uma necessidade humana.

Os *bens livres* são aqueles que satisfazem necessidades, mas por sua abundância não precisam de trabalho humano para colocá-los em condição de ser consumidos. Por exemplo: a luz e o calor do sol, o ar, etc. Já os *bens econômicos* são aqueles que envolvem o trabalho humano para sua fabricação e que, em muitos casos, acabam por ser "apropriados" por alguém, o seu proprietário.

No início da civilização, a maior parte dos bens era livre. Porém, com o desenvolvimento das relações de troca e a mercantilização das coisas, os bens foram se tornando econômicos. Um exemplo é a terra, que em sua origem poderia ser usada por qualquer pessoa disposta a trabalhá-la: ao longo dos séculos, ela foi sendo apropriada de maneira privada e vendida como qualquer outra mercadoria. A água é outro bom exemplo: antes qualquer pessoa poderia ter acesso a água. Atualmente, pelo menos nas cidades, a água é vendida à população. Foi um bem livre que se tornou econômico, virou mercadoria.

O Trabalho

Damos o nome de **"trabalho"** à atividade por meio da qual os seres humanos modificam a natureza para fabricar "bens" para seu uso. O trabalho não é uma ação qualquer: é uma atividade humana que tem duas características fundamentais: ele é *consciente e social.*

O trabalho é consciente, porque os humanos são capazes de imaginar o resultado do trabalho antes mesmo de começar a fazê-lo. Uma costureira imagina uma camisa pronta antes de começar a cortar e costurar o pano; um agricultor pensa no tipo de alimento que vai produzir antes mesmo de começar a lavrar a terra. Em outras palavras, o ser humano planeja antes de fazer, ele tem a capacidade de prever o resultado. Isso não quer dizer que consiga sempre o que imagina – às vezes, falta a ele habilidade ou algo prejudica o resultado final –, mas mesmo assim ele sabe o que pretende obter com seu esforço. Entretanto, mesmo os erros na execução do trabalho se transformam em aprendizado para o indivíduo e o grupo. Na próxima tentativa, ele fará provavelmente melhor, porque será capaz de imaginar os possíveis problemas que podem vir a acontecer em sua ação.

O trabalho também é social, pois os seres humanos não nascem sabendo as habilidades necessárias para a sua vida. Nós, humanos, precisamos uns dos outros para transferir os conhecimentos necessários, bem como carecemos de apoio na execução de trabalhos difíceis, de forma direta ou indireta.

Trabalho: é uma atividade produtiva que visa a um objetivo determinado.

Trabalho segundo Paulo Freire:
"O trabalho, (...), é entendido na sua concepção mais ampla enquanto práxis humana material e não material, não se reduzindo à produção de mercadorias. É, portanto, produção cultural, constitutiva do ser humano. Na forma histórica que assume no modo de produção capitalista, torna-se opressor porque é trabalho explorado e alienado, produtor de mais-valia."

Fonte: STRECK, D.; REDIN, E. e ZITKOSKI, J.J (orgs.). Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2008, p.413.

A costureira só produz a camisa porque alguém lhe ensinou como fazer esse trabalho. Ela também precisa de alguém que tenha feito as agulhas, a linha, o tecido, a máquina de costurar. O agricultor planta determinado alimento porque tem o conhecimento sobre aquela planta, o período de semeadura e a forma de manejo lhe foram ensinados por alguém. Por outro lado, a enxada que ele utiliza foi produzida por outra pessoa; a semente que vai semear é produto de séculos de seleção e melhoramentos realizados por seus ancestrais.

O trabalho é social e liga as pessoas. Nesse sentido, somos dependentes uns dos outros para realizar qualquer trabalho.

O ser humano sempre viveu e se desenvolveu em grupos, ou seja, em sociedade. Nunca houve indivíduos isolados. A estratégia de sobrevivência de nossa espécie é estar em comunidade, trabalhando de maneira associada. Caso contrário, você não estaria aqui para ler este livreto.

Como o ser humano precisa modificar a natureza para sobreviver, isso exige dele energia, força e tempo. Um indivíduo sozinho dispõe de pouca capacidade para cumprir essa tarefa e acabará por morrer, ou no máximo sobreviver precariamente. Por isso, as mulheres e homens trabalham de forma consciente, planejada e coletiva para produzir os bens que necessitam e viver com cada vez mais bem-estar. Ao trabalharem juntas, as pessoas multiplicam suas forças e torna-se possível prosperar em comunidade.

Alguns animais também constroem abrigos e procuram alimentos de maneira coletiva, como as formigas e as abelhas, por exemplo. O que então os diferenciam de nós? A diferença está no raciocínio, ou seja, na capacidade de planejar (imaginar o futuro e observar a realidade), avaliar (aprender com os acertos e erros), ensinar as novas gerações e continuamente inventar bens novos e novas formas de executar as tarefas.

A humanidade tem a capacidade única de resolver problemas e modificar sua forma de vida para continuar existindo. Outros animais não têm a mesma capacidade. As formigas fazem formigueiros do mesmo jeito, desde sempre, enquanto a humanidade vivia em cavernas e hoje aprendeu a construir tipos novos de habitação com os mais variados materiais. As abelhas, por mais empenhadas que sejam, só sabem fazer mel e cera, nunca vão fazer vinho e chocolate. Já o ser humano se alimenta de vegetais e animais que coleta, caça ou produz domesticamente; processa, armazena e consome dos mais diversos modos. De tempos em tempos, inventa uma nova forma de fazer as coisas, descobre uma nova possibilidade para morar, alimentar, vestir e divertir.

Em síntese:

> *"A forma de relação estabelecida pelo homem com a natureza é única, específica, privativa desse animal, e por isso o distingue radicalmente de todos os demais, inclusive daqueles que levam existência grupal: tal forma consiste no trabalho. Todo ser vivo depende da natureza exterior para obter as substâncias de que se nutre, encontrar o espaço onde se move, as condições de ambiente onde se aclima, se protege, e se reproduz. Por este aspecto o homem não faz exceção. Mas, enquanto os demais seres animais utilizam para se nutrir ou satisfazer suas outras necessidades aquilo que encontra ao seu alcance, o homem atua sobre a natureza com o fim de produzir os elementos de que precisa para sustentar e desenvolver a existência. É exatamente esta atuação com o fim de produzir o que não está imediatamente dado que configura a essência do trabalho. Por isso, só o homem é um ser vivo capaz de trabalhar. Os animais não têm essa capacidade. Deste modo, compreender-se por que motivo o trabalho se encontra na origem da essência humana do homem. "*

Fonte: PINTO, Álvaro Vieira. **Por que os ricos não fazem greve?** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962, p.9-10.

Conhecer o trabalho e seu significado econômico, social e político é fundamental para conhecer o próprio ser humano, que se torna tal por meio dele.

Resumo do Capítulo:

Assim como qualquer ser vivo, os seres humanos têm necessidades, que podem ser biológicas ou sociais.

Para satisfazê-las, ele precisa conseguir bens, que, por meio do seu consumo, garantam sua existência física e social. Os bens podem ser livres ou econômicos. Os humanos transformam a natureza para produzir grande parte dos bens que precisam, e essa transformação se dá por meio do trabalho.

O trabalho é uma atividade consciente, porque é necessário pensar o que e como será feita a ação.

Também é uma necessidade social, isso porque tanto o saber quanto os meios de se produzir nos são oferecidos por outros humanos. Todos nós interagimos em comunidade por meio do trabalho, esse é o jeito de existir do ser humano.

Necessitamos uns dos outros, desde o nascimento até nossa morte, portanto somos seres sociais, que vivemos em redes de colaboração, mesmo que em alguns momentos não nos demos conta disso.

Dilemas da Atualidade: garantir o bem-estar e a sustentabilidade ambiental

São essas características que nos diferenciam das outras espécies. Isso por um lado é uma grande vantagem, pois temos condições de criar as nossas próprias condições de existência. Entretanto, é uma dádiva que vem junto com perigos. A busca por produzir bens em um tempo no qual as novas necessidades surgem a cada dia cria o risco de esgotarmos as possibilidades de a natureza nos oferecer os recursos indispensáveis para a produção desses bens. E isso tem levado a humanidade a criar as condições para seu próprio colapso.

A humanidade se encontra em um grande dilema. Tem o desafio de conseguir que o bem-estar seja distribuído de maneira mais justa entre pessoas de grupos e estratos sociais diferentes, como também de produzir bens sem esgotar as fontes de recursos naturais nem ocasionar alterações predatórias no meio ambiente. Esse é um dos grandes desafios de nosso tempo.

Atividades pedagógicas do capítulo

Dinâmica pedagógica #1: O que meu trabalho produz?

Todas as pessoas gostam de falar sobre suas atividades. Isso porque o trabalho é algo muito importante, ele diz muito sobre o que somos e como vivemos. Pensar sobre nosso trabalho e os bens que criamos é um ato pedagógico fundamental, abre o caminho para compreendermos como também somos "produzidos" por nossas atividades.

1. Objetivo
Estimular a reflexão sobre os conceitos básicos – necessidades, bens e trabalho – nos empreendimentos de Economia Solidária nos quais fazem parte as(os) participantes da dinâmica. E ainda estabelecer uma visão crítica sobre como a produção dialoga com as necessidades das pessoas e a sustentabilidade ambiental.

2. Tempo
2 horas

3. Materiais necessários
5 folhas de cartolina, canetas (Pilot ou atômicas), tarjetas.

4. Metodologia

1. O assessor da atividade deve preparar um quadro chamado "Quero Saber Mais", que é um cartaz com três colunas. Cada coluna representa um conceito tratado no capítulo estudado (necessidades, bens e trabalho). O cartaz deve ser visível para todo o grupo. Sua função é monitorar as dúvidas sobre os conceitos trabalhados no capítulo, conforme explicaremos adiante.

2. Divida as(os) participantes em grupos de 4 a 6 pessoas.

3. Cada grupo deve se reunir por no máximo 15 minutos para realizar a atividade.

4. O trabalho em grupo inicia-se com a apresentação de três perguntas, que deverão ser respondidas por cada participante.

Pergunta 1: Quais bens eu produzo com meu trabalho?

Pergunta 2: A quais necessidades (biológicas ou sociais) a minha produção (bens) satisfaz?

Pergunta 3: De quais bens (econômicos ou livres) eu preciso para realizar meu trabalho?

5. Cada participante terá dois minutos para responder às três perguntas ao restante do grupo. Por isso, é importante indicar alguém para controlar o tempo com um relógio e coordenar as falas, evitando confusão e garantindo a escuta e a fala de quem participa.

6. As respostas podem ser também apresentadas por escrito, desenhadas ou até mesmo a(o) participante pode mostrar seus produtos aos demais com uma breve explicação de como eles são feitos. Observação: é sempre importante solicitar aos participantes de atividades formativas em Economia Solidária para levar seus produtos para a exposição.

7. Ao final, caso haja alguma dúvida sobre algum dos três conceitos (necessidades, bens e trabalho), a pessoa que coordena o grupo deve escrevê-la em uma tarjeta e pregar no quadro "Quero Saber Mais" na coluna do conceito correspondente à dúvida.

8. Depois de todos os grupos terem preenchido o quadro, a(o) assessor(a) da atividade deverá ler em voz alta cada dúvida e provocar os participantes a respondê-la. Caso persista a dúvida, é recomendável retornar ao texto do capítulo, verificar se há pistas sobre a resposta da questão levantada e estimular uma solução coletiva sobre a dúvida.

Dinâmica pedagógica #2: No tempo dos nossos avós

Fonte: Adaptado de WEITZMAN, Rodica (Coord.). **Educação Popular em segurança alimentar e nutricional: uma metodologia de formação com enfoque em gênero.** Belo Horizonte: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, 2008. p.88-93.

Essa dinâmica consiste em comparar as necessidades, bens e o tipo de trabalho praticado pelos avós, pais e o tempo atual. É uma dinâmica que envolve o despertar da memória de cada participante sobre a imagem que ele tem da rotina de "antigamente". Isso leva a valorizar a história oral, os "casos" contados pelos mais velhos no tempo em que os presentes na atividade eram crianças.

1. Objetivo
Proporcionar a percepção sobre as mudanças que ocorrem nas necessidades, nos bens e no trabalho de uma geração para a outra. Com isso, é possível analisar as causas e as consequências dessas transformações na vida de cada uma delas.

2. Tempo
2 horas

3. Materiais necessários
Canetas (Pilot ou atômicas), tarjetas, barbante (opcional)

4. Metodologia

1. As(os) participantes devem ser divididos em grupos entre 6 e 10 pessoas (não é recomendado grupos muito grandes, pois diminui a possibilidade de participação de pessoas mais tímidas).

2. A(o) assessora(o)/educadora(o) deve colocar para cada grupo uma linha do tempo desejada em um cartaz, ou no chão por meio de um barbante, etc. O importante é que seja uma linha que represente o passar do tempo. Essa linha deve ser dividida em 3 partes. A primeira e mais antiga será chamada de "No tempo dos avós" (pode ser escrito com tarjetas), a segunda parte será "No tempo dos pais", a terceira e última parte será chamada "No tempo atual".

3. Cada grupo terá 20 minutos para realizar um levantamento do tipo de necessidades e de bens (coisas compradas ou produzidas por eles) e da forma de trabalho que era utilizada desde os tempos dos avós até os tempos atuais.

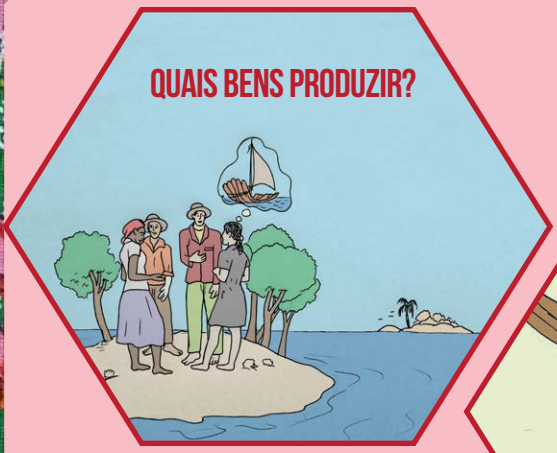
4. Para motivar mais os grupos, a(o) assessora(o) pode fazer as seguintes perguntas provocadoras:
Quais eram os tipos de alimentos que meus avós comiam? Como eram produzidos?
Eles compravam o quê? Fabricavam algo em casa?
Como eles se vestiam? Compravam as roupas prontas ou faziam em casa?
Eles tinham alguma máquina? Quais ferramentas eles tinham?
Quais eram as dificuldades deles? Tinham energia elétrica, água tratada, saneamento básico, etc.?
Quem cuidava dos filhos? Havia escola ou creche?
Quem cuidava dos animais domésticos? Havia alguma plantação (lavoura ou horta)?

5. A(O) assessora(o) deve repetir as mesmas perguntas para "No tempo dos pais" e "No tempo atual" e, se possível, inventar mais perguntas que abordem a questão das necessidades, das coisas utilizadas e dos meios de trabalho empregados para fazê-las.

6. Cada grupo deve ir respondendo às perguntas e escrevendo em tarjetas. Depois deve colocá-las no lugar correspondente na linha do tempo.

7. Ao final, a(o) assessora(o) deve mostrar por meio da linha do tempo como as necessidades humanas mudam, como as coisas das quais precisamos também se alteram e, por fim, como trabalhamos e fazemos o que precisamos. Indicamos um debate de mais 10 minutos para a análise da linha do tempo.

CAPÍTULO II



As três perguntas fundamentais

As três perguntas fundamentais

A forma como nós, humanos, preparamos meios para conseguir o que precisamos é definida por nossa cultura, lugar onde habitamos e a época em que vivemos. Isso porque as necessidades variam com o espaço e com o tempo. As necessidades de uma determinada comunidade indígena do Mato Grosso são bastante diferentes de uma comunidade urbana do Sudeste brasileiro, que, por sua vez, são distintas daquelas que existiam há 200 anos. Assim, a maneira de acessar os bens muda sempre, pois novas necessidades surgem e outras são abandonadas.

Em todas as sociedades e épocas, os grupos de pessoas se depararam com três questões básicas de economia, de forma consciente ou inconsciente:

Quais bens produzir?
Como produzi-los?
Como distribuí-los entre as(os) integrantes da comunidade?

Essas três perguntas definem o tipo de organização social que um povo vai assumir, ou seja, quais relações serão estabelecidas entre os indivíduos para que as necessidades sejam satisfeitas.

A escolha sobre *quais* os *bens* serão produzidos influencia na maneira como o trabalho será realizado. O como produzi-los também define que tipo de relações de produção serão empregadas. E a decisão sobre como serão distribuídos os bens produzidos gera igualdade ou desigualdade entre pessoas para acessar os bens.

É pela natureza da decisão de quais bens produzir, como produzi-los e distribuí-los que a ciência que estuda esse aspecto foi chamada, em suas origens, de Economia Política. Entretanto, com o tempo, os proprietários da riqueza procuraram nomeá-la apenas como economia para disfarçar a natureza política das decisões econômicas. Com isso, difundem a ideia de que a economia é apenas uma lógica matemática, e não pode ser modificada pela ação dos cidadãos. Trata-se de uma grande mentira, pois a economia é totalmente ligada à política e ao poder de definir suas prioridades.

As respostas para as três perguntas fundamentais da economia são de natureza **política**, porque necessitam da decisão do grupo. Tal decisão pode ser de uma pequena parte da comunidade ou país – nesse caso, será uma decisão autoritária – ou pode envolver toda a coletividade e, portanto, será uma decisão democrática.

Quais bens produzir?

Uma comunidade sozinha não é capaz de produzir todos os tipos de bens existentes, porque seus recursos são limitados (escassos). Sempre é necessária uma decisão política sobre quais bens serão produzidos e quais não serão. Assim há uma deliberação sobre quais necessidades serão saciadas e quais ficarão pendentes.

Num território (comunidade, cidade, país) onde todas(os) participam da decisão, a escolha sobre o que produzir estará vinculada às necessidades de todas(os). Assim, em uma situação de normalidade nesse território, ninguém ficará sem coisas (bens) para consumir, como alimentos, roupas, casa, etc.

Em outro território, em que a decisão é tomada apenas por um pequeno grupo, este escolherá quais necessidades serão respondidas e, é claro, as necessidades dessa minoria com poder de decidir são as que serão respondidas primeiro. Nesse caso, a maioria da população está excluída de parte dos bens produzidos e do conforto por eles gerado.

Vamos imaginar uma cidade na qual é preciso a construção de casas. Se for uma cidade democrática, a deliberação será utilizar a força de trabalho e os recursos existentes para construir as moradias necessárias. Entretanto, se nessa cidade apenas um pequeno grupo manda, ou seja, tem poder para tomar a decisão, então ele pode decidir que vai ser feito um grande parque de exposições para que os fazendeiros do município possam expor seus animais e fazer negócios. Em outras palavras, vão consumir o trabalho e os recursos públicos que poderiam ser empregados para o bem de todas(os) para saciar as ambições de alguns. E assim vão deixar que a maioria da população continue sem casa. A escolha entre construir casas ou o parque de exposições (ou estádio de futebol, em vez de escolas, creches e hospitais) é uma decisão política, que depende do tipo de organização social e distribuição do poder dentro do grupo.

O **território** no qual está situado o grupo também exerce influência na decisão do que será produzido. Isso porque

as necessidades também têm sua correspondência com o meio ambiente e a produção depende dos recursos naturais disponíveis. Não adianta, por exemplo, decidir que será produzido peixe em um território em que existe pouca água. As condições do ambiente também interferem na decisão de produzir ou não alguns bens.

Como produzir?

Os seres humanos, em diferentes épocas e territórios que ocupam, precisam enfrentar o problema do método de produção, ou seja, o "como produzir".

A primeira decisão é saber quem faz o quê. Se todas(os) fazem a mesma coisa, a variedade de bens será pequena. Por exemplo, se em uma comunidade todas(os) pescam, sobrará peixes, mas faltarão roupas, lenha, casas, verduras, etc. Por isso, cada comunidade tem um jeito de distribuir tarefas de trabalho para que todas as suas necessidades sejam satisfeitas. Chamamos isso de **divisão social do trabalho**. A divisão do trabalho em sociedades antigas era mais simples, porque as necessidades e os processos produtivos eram menores e mais simples. Mas, com o passar dos séculos, novas necessidades e tecnologias surgiram e, com isso, as pessoas são distribuídas em novas e variadas atividades.

A primeira divisão social do trabalho foi a *sexual.* Os homens de uma tribo realizavam um conjunto de tarefas (caçar, pescar, ir à guerra, etc.); e as mulheres, outras (cuidar das crianças, plantar, colher alimentos, preparar as refeições, etc.). Evidente que esse modelo de divisão não é neutro, reflete condições de poder no interior da comunidade, na qual passa a se

Divisão Social do Trabalho: é o sistema de distribuição de formas úteis de trabalho, desenvolvidas por produtores de maneira interdependente para a produção e distribuição de bens.

Divisão Sexual do Trabalho: é uma forma de divisão social do trabalho na qual ocorre uma divisão de atribuições, tarefas e lugares sociais para mulheres e homens, decorrentes das relações sociais de sexo. Tem por característica a destinação prioritária dos homens a atividades produtivas (ocupações de forte valor social agregado, como comércio, indústria, empreendimentos, e na política) e às mulheres a esfera reprodutiva (atividades relacionadas a cuidados e afazeres domésticos). Essa divisão repercute fortemente nos cargos e funções ocupados pelas mulheres e em seus rendimentos, já que são destinadas às mulheres principalmente tarefas e ocupações que remetem a cuidado e serviços que são menos valorizados socialmente.

reproduzir como opressão dos homens sobre as mulheres.

Essa divisão, ao longo dos séculos, foi se tornando cada vez mais complexa. Surgiram pessoas que só se dedicavam à agricultura, outras somente ao pastoreio, outras se tornaram carpinteiras, ferreiras, costureiras, guerreiras, etc. Cada indivíduo se especializou em um ramo de trabalho específico (uma profissão), possibilitando que os bens fossem produzidos de maneira mais rápida e com melhor qualidade. A especialização também tornou as pessoas ainda mais dependentes umas das outras: uma(um) carpinteira(o) precisa se alimentar, não planta nem cria animais, e por isso precisará obter alimentos de outras pessoas. Para obter esses alimentos, precisará oferecer o produto do seu trabalho em troca do que comer. Dessa maneira, novas necessidades criam novas divisões de trabalho, novos tipos de profissionais.

As **classes sociais** têm origem nessa divisão social do trabalho, que muda conforme o desenvolvimento que se dá em cada cultura e território. Isso porque os diferentes ofícios também criam desigualdade nas relações econômicas e de poder. Aqueles indivíduos que se dedicavam ao comércio dos bens, por exemplo, tinham interesses econômicos diferentes dos que produziam diretamente. Assim, com o passar dos séculos, os tipos de trabalho foram se tornando cada vez mais específicos, as classes foram se formando e as diferenças entre elas também.

Hoje, além de existir a divisão social do trabalho (cada indivíduo produz algo para trocar por outra coisa que precisa), temos também a divisão técnica

Classes Sociais: uma classe social é formada por uma parcela da população que possui, de maneira semelhante, parte da riqueza socialmente produzida e que está igualmente posicionada diante do controle dos meios de produção.

Classes Sociais em Paulo Freire: "As classes sociais, na visão freiriana, são grupos sociais entendidos fundamentalmente por sua posição no processo geral de opressão. (...) o antagonismo de classe opõe irreconciliavelmente oprimidos e opressores, ou seja, engendra a relação de oposição dialética (entre os que compram e os que são obrigados a vender o seu trabalho)".

Fonte: STRECK, D.; REDIN, E. e ZITKOSKI, J.J (orgs.). **Dicionário Paulo Freire.** Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2008, p.78.

do trabalho: para produzir uma mercadoria, é preciso haver diferentes tipos de força de trabalho (especialistas). Por exemplo: em uma indústria automobilística, precisamos de muitos tipos de trabalho para produzir o carro. Não há um "fazedor de carros", mas dezenas de especialistas que executam tarefas específicas na fabricação do automóvel, o que significa, nesse caso, uma vasta divisão do trabalho: desde o projetista, o engenheiro mecânico, o metalúrgico (dentro dessa categoria o soldador, o torneiro, etc.), o pintor, o eletricista, o montador. O trabalho de um depende do trabalho dos demais.

A divisão social do trabalho em cada momento da história da humanidade se configurou de maneira específica. Criou, ao longo do tempo, desigualdades entre os indivíduos, pois determinados profissionais começam a ter mais poder que outros. Quem controla, por exemplo, o exército, tem mais poder do que o sujeito que se dedica a pescar, mesmo que o último exerça trabalho socialmente relevante.

Quanto mais necessidades existem, mais dividido socialmente é o trabalho e mais desigualdades se manifestam entre as pessoas. Para uma divisão social do trabalho muito complexa, teremos também o surgimento de um elevado volume de ferramentas e conhecimento empregados. Isso acontece porque para executar tarefas especializadas é preciso, cada vez mais, de instrumentos e habilidades muito singulares. Ao conjunto dessas ferramentas e técnicas damos o nome de **meios de produção**. Temos também diferentes tipos de trabalhadores que sabem executar tarefas específicas, e o

Meios de Produção: são os bens e técnicas necessários para a produção de novos bens.

Força de Trabalho: é a capacidade produtiva dos seres humanos na produção de bens úteis.

Forças Produtivas: são a reunião dos meios de produção e da força de trabalho que são colocadas a serviço da produção de bens

que empregam para realizar essas tarefas é o que denominamos de **força de trabalho**.

Isso significa que os grupos sociais organizam de diferentes maneiras as suas **forças produtivas**, que são a soma dos *meios de produção* e da *força de trabalho*. O tipo de organização das forças produtivas depende da época histórica e do território em que esses grupos sociais se encontram.

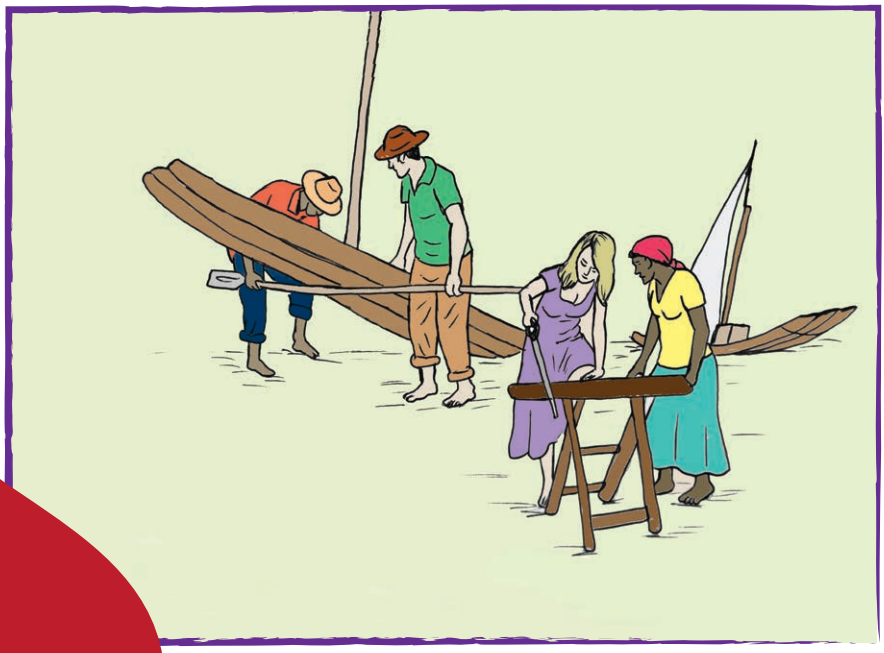
Relações de Produção: são a forma como os indivíduos estabelecem vínculos para produzir bens úteis e, assim, satisfazer suas necessidades.

Cada modelo de organização das forças produtivas criará um tipo de organização da sociedade, um modo de vida coletivo. A esse fenômeno damos o nome de **relação de produção**. Essa não é apenas a forma como se produz os bens necessários, mas também o tipo de interação que os indivíduos estabelecem entre si para viver em uma mesma comunidade.

Voltando à pergunta inicial, "como produzir", dependendo do volume de necessidades e da organização política de determinada sociedade, esta pode se organizar para produzir o que precisa ou pode recorrer a outra comunidade e trocar o que tem sobrando pelo que está faltando. Algumas civilizações na história se organizavam para saquear periodicamente o que precisavam de outros povos, outras preferiam escravizar pessoas para produzir para elas e, nas sociedades ocidentais mais recentes, pagam-se salários a quem produz os bens. Para cada forma de satisfazer necessidades, existe um tipo específico de relação de produção. A **relação de produção** cria um sistema de poder entre as pessoas. Em sociedades indígenas, com relações de produção simples, existem maior solidariedade entre seus integrantes, enquanto em outros casos a solidariedade é menor ou pode

mesmo não existir, como na relação de produção baseada na escravidão.

A forma de produzir determina como se vive. Por isso, o regime de trabalho adotado é um fator de opressão ou de libertação. Se as pessoas são forçadas a trabalhar de uma forma, seja por imposição da força (escravidão) ou por necessidade criada pela desigualdade em relação à propriedade (trabalho assalariado), isso significa que existe um tipo de poder específico oprimindo essas pessoas. Há estudos que dizem que trabalhar 8 horas diárias é um excesso, já que os mesmos bens poderiam ser produzidos em muito menos tempo. Entretanto, manter as pessoas trabalhando e indo e vindo do trabalho é uma forma de controle social, evitando que essa massa de trabalhadores tenha tempo livre para pensar, se organizar, disputar politicamente a sociedade, etc.



Como distribuir?

A força de trabalho produz bens, como já vimos, mas, com o desenvolvimento das forças produtivas, cada vez mais o ser humano consegue aumentar a quantidade e a variedade de bens que é capaz de fabricar. A produção aumenta para além do que é necessário para o consumo, e a essa sobra se dá o nome de **excedente econômico**. Entretanto, a maneira como determinada sociedade distribui os bens produzidos – inclusive o excedente econômico – está relacionada com a forma de poder presente nela.

Excedente Econômico: é o volume de riqueza que resta do trabalho de determinada sociedade depois de retirado o necessário para que a ela sobreviva. É a abundância.

Apropriação: é o ato de tomar para si o resultado do trabalho social realizado. A apropriação pode ser coletiva ou individual.

Em uma sociedade tribal, os bens produzidos são distribuídos de maneira igual entre todas(os) as(os) integrantes; o excedente econômico é pequeno ou inexistente. Já nas sociedades com grande divisão do trabalho e forças produtivas desenvolvidas, há a geração de um volume grande de bens, que são distribuídos segundo as relações sociais de produção. Assim, se existe um grupo que controla o poder, ele terá uma parte maior dos bens produzidos e possivelmente controlará parte considerável do excedente econômico.

A riqueza – que nada mais é do que o conjunto de bens produzidos por uma sociedade – será disputada pelos indivíduos que estão divididos em classes sociais. A distribuição dos bens é fundamentalmente social, já que cada parte da sociedade controla e se apropria de diferentes volumes do que é produzido.

A cada momento da história humana a **apropriação** da riqueza se dá de maneira específica, seja através da distribuição igualitária, como é o caso de muitas das sociedades tribais, seja por meio do saque ou exploração do trabalho escravo ou assalariado.

Resumo do Capítulo:

O problema da economia política pode ser sintetizado em três perguntas:

O que produzir?
Como produzir?
Como distribuir?

As respostas a essas perguntas são a chave para compreender como uma determinada sociedade funciona. Não existe apenas uma resposta a essas perguntas. Em cada momento da história humana, as sociedades encontraram diferentes maneiras de organizar a produção e a distribuição, algumas de forma mais justa que outras.

Atividade pedagógica do capítulo

Dinâmica pedagógica #3: As ilhas das(os) sobreviventes

A dinâmica se desenvolve por meio da dramatização de uma situação de sobrevivência em uma ilha deserta. As(os) participantes da dinâmica (sobreviventes) terão de discutir e tomar decisões sobre como viver nessa ilha. Para isso, terão de responder, por meio de ações na ilha, às três perguntas básicas da economia: "O que produzir?", "Como produzir?", "Como distribuir?". Os sobreviventes formam dois grupos e ocupam ilhas diferentes com tipos variados de recurso.

1. Objetivo
Mostrar como as três perguntas econômicas básicas são respondidas em situações diferentes. A dinâmica pretende esclarecer como o território e seus recursos interferem na forma como uma comunidade se organiza.

2. Tempo
2 horas

3. Materiais necessários
Não são necessários materiais.

4. Metodologia

1. A(o) assessora(o) deverá dividir as(os) participantes em dois grupos. Entretanto, um grupo terá de ter aproximadamente o dobro de pessoas do que o outro. O grupo menor terá, por exemplo, 7 pessoas e o grupo maior terá 14 (pode ser 13, pode ser 15). O importante é que os grupos tenham uma diferença grande em número de participantes.

2. A(o) assessora(o) deverá ler a seguinte história para todos antes de começarem os trabalhos em grupo.

   "Vocês todos estavam em um grande barco navegando pelo oceano. De repente, a água começou a

entrar por um pequeno buraco no casco no barco. Existiam dois botes salva-vidas: um pequeno e um grande. Vocês entraram nos botes e o barco acabou de afundar. Vocês estão perdidos no mar. As correntes marítimas levam cada bote para uma direção diferente e aos poucos vocês não enxergam mais o outro bote. O bote pequeno, que leva o grupo menor, vai boiando até chegar em uma ilha, chamada Ilha Verde, porque tem muita vegetação. O bote grande, que tem o dobro de pessoas do outro, vai parar em uma outra ilha, bem distante, chamada Ilha Cinza, porque tem muitas pedras e pouca vegetação.

Cada grupo, ao chegar à sua ilha, resolve caminhar e descobrir o que existe por lá. Será que mora alguém? Será que tem jeito de sobreviver? Será que é possível ser resgatado neste local? São muitas questões a serem resolvidas.

Depois de andar por algumas horas e observar tudo, os grupos descobriram o seguinte:

*Na **Ilha Verde**, o grupo pequeno reparou que a ilha é bem grande, tem uma grande lagoa de água doce, boa para beber, no centro da ilha. Perto dessa lagoa, existem três casinhas abandonadas, sinal de que já morou alguém ali, mas que, por algum motivo, não está mais por lá. Perto das casinhas, existem um bom pedaço de terra fértil e algumas árvores frutíferas. O grupo observou que a mata tem muita madeira, muitas aves e sinais de outros bichos, como porco-do-mato e capivaras. Até rastro de onça eles encontraram. A ilha é bem quente e tem muita lenha boa para fazer fogueira. O grupo ainda encontrou perto das casas abandonadas algumas coisas que podem ser úteis: um facão, um machado, uma rede de pesca, duas panelas de ferro, uma pederneira (pedaço de magnésio que serve para fazer fogo) e alguns frascos de vidro com sementes de milho, feijão, arroz que parecem boas para o plantio.*

*Na **Ilha Cinza**, o grupo grande procurou, porém achou pouca coisa. A Ilha é bem pequena e sem vestígio de pessoas morando por lá. O terreno da ilha é composto de areia,*

pedras e coqueiros. Mais nada. Não dá para plantar nada. Não encontraram água doce. Os bichos são poucos, viram alguns caranguejos e animais marinhos nas praias, é possível notar que existe grande quantidade de peixes em volta da ilha. Andando pela praia, eles encontraram algumas coisas que foram trazidas pelas marés. São elas: pedaços de linha de pesca e três anzóis, algumas garrafas plásticas, uma faca e um pedaço de lona velha.

3. Cada grupo deverá se reunir e responder às seguintes questões para conseguir sobreviver nas ilhas:

Pergunta 1: Quais são as necessidades básicas que o grupo tem de resolver?

Pergunta 2: O que vão fazer para conseguir o que necessitam?

Pergunta 3: Como vão fazer essas coisas? Indique materiais, forma de organizar o trabalho, etc. Haverá uma distribuição de tarefas ou todos farão de tudo?

Pergunta 4: Como serão distribuídas as coisas que fizerem? Indique de que modo as pessoas vão adquirir as coisas que são produzidas pelo grupo.

4. Cada grupo então deve se reunir em um local separado de modo que os grupos não se comuniquem durante a atividade. O trabalho em grupo terá a duração de 20 minutos.

5. Logo após, os dois grupos voltam a se reunir e cada um apresentará as respostas às três perguntas.

6. A(o) assessora(o) deve então analisar as respostas, fazendo principalmente a relação entre os recursos que cada grupo tem e as soluções que eles deram. Um grupo pode questionar a solução dada pelo outro grupo e assim ocorrer um debate importante sobre o melhor uso dos recursos, sustentabilidade ambiental, igualdade entre os membros do grupo, entre outras possibilidades.

CAPÍTULO III

A mercadoria e o valor

A mercadoria: o caso de Juliana da Argila e Chico Roceiro

Vimos que os seres humanos trabalham para produzir bens que satisfaçam suas necessidades. Com a divisão social do trabalho, as pessoas se especializaram em diferentes profissões, o que fez com que precisassem, mais do que antes, trocar aquilo que têm ou sabem fazer por aquilo que não têm ou não sabem fazer, pois do contrário não conseguiriam sobreviver.

Vejamos o caso de Juliana da Argila, uma mestra artesã que ganhou o apelido por ter seguido a profissão de sua mãe, que fabricava cerâmicas de argila. Juliana tem como ofício fabricar utensílios. Com o tempo aprendeu a trabalhar o couro, a madeira e o metal, pois sempre foi conhecida como a melhor no que faz. Ganha a vida fabricando panelas, moringas, potes, arreios, laços de couro, cordas, enxadas, foices. Juliana não tem terra nem sabe plantar: vive o dia inteiro dentro de sua oficina. Para colocar alimento no prato da família, ela depende de alguém para plantar. Aí que entra no caso o seu Chico Roceiro, lavrador de profissão que tem fama de plantar e criar de tudo um pouco. Desde pequeno, aprendeu a hora e a melhor forma de plantar e colher cada lavoura. Conhece o jeito certo de lidar com as águas e com a seca, com a virada da lua, com o que nasce em cima e debaixo da terra. Porém, como diz o ditado, “quem sabe muito de uma coisa sabe pouco do resto”. Seu Chico não tem tempo para outra coisa senão suas plantações. Para dar conta de tocar a vida, precisa trocar o que produz a mais pelo que não tem.

Surge então um jeito de Juliana e Chico se ajudarem. Eles trocam entre si produtos de seus trabalhos. Juliana oferece as ferramentas que fabrica em troca dos alimentos que Chico produz. E assim ambos conseguem satisfazer as necessidades que têm.

Juliana da Argila e Chico Roceiro não mais trabalham apenas para consumir o que produzem, mas produzem para trocar por bens que não possuem. Em outras palavras, a artesã não trabalha para

produzir ferramentas e cerâmicas e utilizar todas elas nem o agricultor comerá todo o alimento que produz. Eles produzem com a intenção de trocar por outras coisas.

Quando surge a divisão social do trabalho (diferentes profissões), também surge a necessidade de trocar bens (coisas úteis). **Quando alguém produz um bem com o objetivo de ser trocado, damos o nome a esse bem de MERCADORIA.**

Voltando ao exemplo anterior: as ferramentas de Juliana e os alimentos de Chico são coisas diferentes. *O que essas duas coisas têm em comum que as possibilita ser "igualadas" e trocadas?* O que elas têm em comum é o **trabalho humano** que foi necessário para fabricá-las. Juliana e Chico são seres humanos que produzem, por meio do seu trabalho, as condições que precisam para viver.

Logo, em uma **sociedade mercantil** simples – ou seja, aquela na qual se obtém o que se precisa por meio da troca de mercadorias –, cada indivíduo se transforma em proprietário dos bens por ele produzidos, o que possibilita a ele dispor desses bens para adquirir outros. É aí que surge a **propriedade privada** sobre as coisas, sejam elas ferramentas ou produtos.

A mercadoria, ou "forma-mercadoria", só apareceu na história humana quando o desenvolvimento dos métodos, equipamentos e ferramentas utilizadas possibilitou produzir coisas, em especial alimentos, em quantidade maior do que o consumo da própria pessoa ou grupo que os produziu. Somente se pode

Mercadoria: é a forma que os bens, enquanto produto do trabalho humano, assumem quando são produzidos para ser trocados por outros bens.

Por isso, é correto dizer que uma determinada coisa assume a "forma-mercadoria" quando é produzida para ser trocada por outra e consumida por alguém que não a produziu.

Sociedade Mercantil: é um tipo de organização social em que seus integrantes não mais dividem igualmente o que produzem entre si, mas trocam os bens que possuem pelos que não possuem.

Propriedade Privada: é o controle (ou seja, o poder) que um indivíduo exerce sobre a utilização de uma determinada coisa.

trocar algo se há produção maior do que a demanda por consumi-lo. O desenvolvimento das relações mercantis é produto da evolução das formas de organização da produção e distribuição dos bens produzidos.

Lei do Valor e seu duplo caráter: o caso de Maria Quitandeira e Rita Bordadeira

Um produto qualquer do trabalho humano se torna mercadoria quando pode ser trocado por outra coisa útil. Isso porque somente o trabalho humano cria **valor**. Ele transforma algo da natureza, uma matéria-prima, por exemplo, em algo útil para alguém. Sendo assim, a mercadoria tem um duplo valor: **o valor de uso** e o **valor de troca**.

Nem tudo que o ser humano faz é mercadoria. Por exemplo: Maria Quitandeira resolveu fazer alguns biscoitos e depois chamou sua família para comê-los. Maria não produziu uma mercadoria, ela fez biscoitos para seu consumo, sem interesse em trocá-los por nada. Mas se Maria faz biscoitos porque vai trocá-los pelos bordados de Rita Bordadeira, sua vizinha, então ela fez uma mercadoria. Isso porque Rita também está interessada em adquirir os biscoitos de Maria, então vai trocar bordados por biscoitos. Isso é uma troca de mercadorias. Os biscoitos só se tornam mercadorias quando conseguem ser úteis a alguém. Caso Rita (a bordadeira) não queira adquiri-los, Maria só tentou, mas não conseguiu fazer uma mercadoria, porque o que ela fez não é útil para Rita, e, portanto, Maria ficará sem os bordados que deseja.

***Valor de uso:** é a capacidade de a mercadoria satisfazer uma determinada necessidade de alguém. O valor de uso é determinado pelo consumo que se faz do produto. Por exemplo, o valor de uso de 1 kg de arroz está na sua capacidade de alimentar as pessoas. Consumir, então, significa usar o valor de uso da coisa até ele não existir mais. O valor de uso tem a ver com a materialidade do bem, ou seja, com a sua qualidade.*

***Valor de troca:** é a característica de um produto que permite que ele seja trocado por outro. É a dimensão quantitativa do valor, que sempre está relacionada ao tempo e à quantidade de trabalho gasto para fabricar o produto.*

Isso porque a mercadoria não tem valor de uso para seu produtor, só para o consumidor que a adquire no lugar da troca, o mercado. Quando alguém produz uma mercadoria, está interessado no seu valor de troca. Quando alguém compra uma mercadoria, está interessado em seu valor de uso. Logo, os valores de uso e de troca são a essência da mercadoria.

Mas como trocar mercadorias?

Vimos anteriormente que a única coisa que existe de semelhante entre duas mercadorias é o trabalho humano. Ele é a medida do valor de troca das mercadorias, o que chamamos de **valor-trabalho**.

Valor-trabalho: é a forma de medida do valor de uma mercadoria, ou seja, a quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de determinado bem.

Em um sistema de troca simples, uma mercadoria é negociada por outra, ou seja, uma deve ser equivalente a outra. Desse modo, o que vai possibilitar a troca é a medida de tempo de trabalho necessário que cada uma das mercadorias demandou ao ser produzida. Entretanto, para que uma mercadoria seja trocada por outra, é lógico que elas devem ter um valor de troca equivalente (horas de trabalho), mas seu valor de uso deve ser diferente. Se o valor de uso é a qualidade e utilidade de uma coisa, não faz sentido trocar uma porção de biscoitos por outra porção de biscoitos exatamente igual, porque elas têm o mesmo valor de uso, logo não são intercambiáveis.

Voltamos ao exemplo da quitandeira Maria e sua vizinha, a bordadeira Rita. Elas têm um problema: como calcular a quantidade de biscoitos que equivale a um pano de prato bordado? Para isso, elas vão tomar como referência o tempo gasto para produzir

as duas mercadorias. Digamos que Maria leva duas horas para fazer uma porção de biscoitos e Rita leva 6 horas para bordar um pano de prato. Logo, ao trocar as duas mercadorias, Maria terá de oferecer 3 porções de biscoitos para cada pano de prato de Rita. O que elas descobriram aqui é que 3 porções de biscoitos equivalem a 1 pano de prato bordado.

Chamamos esse tipo de troca de troca simples, que pode ser representada pelo seguinte diagrama:

M – M

Mercadoria que é trocada por outra mercadoria.
ou
Maria fez biscoitos (mercadoria) e trocou por um pano de prato bordado (mercadoria)

É fácil perceber que o sistema de troca simples tem seus inconvenientes.

O primeiro problema é a medida de valor das mercadorias. Se o valor é medido pelas horas de trabalho para fabricar a mercadoria, então alguém que gasta mais tempo para fazer uma mercadoria estaria produzindo mais valor do que quem produz o mesmo produto de maneira mais rápida? A resposta é não. O valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de horas de trabalho socialmente necessárias para sua produção. Isso é fundamental: o que importa não é o tempo que um indivíduo isoladamente gasta para fabricar algo, mas o tempo médio que todos os fabricantes do mesmo produto gastam para fabricá-lo.

Por que isso acontece?

A *mercadoria é produto do trabalho humano que possui um duplo caráter (valor de uso e valor de troca)*. Entretanto, para isso acontecer, é preciso que o trabalho humano também tenha um duplo caráter. Nesse caso, o *trabalho concreto* e o *trabalho abstrato*.

O *trabalho concreto* produz um bem específico, por exemplo, o biscoito de Maria ou o bordado de Rita. Nota-se que o biscoito é algo diferente do bordado, logo as duas mercadorias têm valores de uso distintos – ou qualidades diferentes – mesmo que tenha sido gasto o mesmo tempo para produzi-los. O objetivo do uso do biscoito é diferente do objetivo de uso, ou utilidade, do bordado. O valor de uso do biscoito é sua condição enquanto alimento, o valor de uso do bordado é a ornamentação que ele proporciona. O trabalho concreto cria duas coisas úteis que não existiam antes. Para serem produzidas, foi necessário que duas pessoas, com capacidades diferentes – no caso, Maria com sua habilidade de fazer quitandas e Rita com sua habilidade de bordar – utilizassem técnicas, matérias-primas e instrumentos de trabalho diversos para fabricar as duas coisas (biscoito e bordado). Logo, **o trabalho concreto cria valores de uso das mercadorias**.

O outro caráter do trabalho é o que chamamos de trabalho abstrato. Mesmo sendo diferentes em relação a utilidade, forma de fabricação, habilidade do produtor e matérias-primas necessárias, as mercadorias possuem algo em comum: são produtos do trabalho humano, que é ao mesmo tempo um trabalho físico (o gasto de energia para realizá-lo) e um trabalho intelectual (a habilidade de fazer algo). O trabalho abstrato é a fórmula geral do trabalho humano, que consiste na união de força física e de atividade cerebral. Todo trabalho – mesmo aqueles considerados "braçais" pela sociedade – possui sua parte intelectual, porque as ações humanas, e em especial o trabalho, são comandadas pelo conhecimento da técnica e da capacidade de planejar e imaginar resultados. Essa realidade sobre o trabalho abstrato possibilita que todos os trabalhos possam ser colocados em relação e sejam abstratamente equivalentes. É isso que permite que duas coisas diferentes, duas mercadorias – como biscoito e bordados – sejam trocadas, pois as duas são produtos da atividade física e cerebral das suas produtoras. Logo, **é o trabalho abstrato que cria o valor de troca da mercadoria**.

"Todo trabalho é, de um lado, gasto de força de trabalho humano, no sentido fisiológico da palavra, e, nesta sua qualidade de trabalho humano igual, ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho é, por outro lado, gasto de força de trabalho humano, sob uma forma racional particular, e, nesta sua qualidade de trabalho útil concreto, cria valores de uso."

Fonte: MARX, Karl, **O Capital**, t. I, 1955, p. 53.

Produtividade do trabalho: é a relação entre o tempo utilizado e a quantidade de mercadoria fabricada. Quanto maior a produtividade, menor é o tempo para se produzir determinada mercadoria.

Dinheiro: é uma forma de equivalência geral das mercadorias. É uma convenção social, inventada para facilitar as trocas de mercadorias.

O dinheiro tem as seguintes funções:

1) Medida de preços: ele dá a cada mercadoria uma medida de seu preço em moeda.

2) Meio de circulação: ele é um equivalente geral de todas as mercadorias, ou seja, pode ser trocado por qualquer mercadoria, facilitando o comércio.

Continuamos o raciocínio utilizando o caso de Maria e Rita. Maria gasta duas horas para fazer uma porção de biscoitos, porém ela só poderá trocar essa mercadoria pelo valor médio de todas as quitandeiras do bairro. Para fazer o mesmo tipo e quantidade de biscoito, Fátima, a quitandeira concorrente de Maria, gasta três horas. Já a Doces Ltda., uma pequena fábrica que existe no bairro vizinho, faz o mesmo produto gastando apenas uma hora. Então o tempo socialmente necessário é a média do tempo utilizado por todos os produtores desse tipo de mercadoria. Logo, temos a seguinte equação para chegar ao ***tempo socialmente necessário:***

Tempo de Maria (2 horas) + Tempo de Fátima (3 horas) + Tempo da Doces Ltda. (1 hora)/3 = 6 horas/3 (seis horas dividas por três concorrentes) = 2 horas

Nesse caso, o tempo socialmente necessário é de 2 horas para fabricar os biscoitos, então esse é o valor deles. A conclusão é que Fátima trabalhará mais e ganhará menos e a Doces Ltda. vai trabalhar menos e ganhar mais, pois cobrará 2 horas de valor, porém gasta apenas 1 hora de fato.

Maria Quitandeira trabalha de maneira que está igual ao tempo socialmente necessário. Ou seja, mesmo produzindo o mesmo valor, a **produtividade do trabalho** de Maria é menor que a da Doces Ltda. e maior que a de Fátima.

O segundo problema é que as pessoas nem sempre encontram produtores interessados em trocar diretamente seus produtos.

Veja o caso de Maria Quitandeira e Rita Bordadeira. Maria deseja adquirir uma colcha de cama bordada por Rita. Entretanto, ao conversar com Rita, ela teve uma surpresa: para fabricar a colcha, Rita teve de trabalhar semanas. Foram 80 horas de dedicação para que a peça ficasse pronta. Maria então fez as contas e viu que precisaria oferecer a Rita 40 porções de biscoito para trocar pela colcha. Rita recusou a oferta, pois não tinha como consumir tanto biscoito assim, já que depois de um tempo os biscoitos estragam. E agora, como resolver esse problema?

Foi por causa de situações como essa que surgiu o **dinheiro**. A sociedade humana inventou o dinheiro para solucionar os problemas de equivalência das mercadorias. Assim, toda e qualquer mercadoria pode ser trocada por dinheiro, que depois pode ser novamente trocado por alguma outra mercadoria.

Então Maria Quitandeira, para adquirir a colcha bordada de Rita, fez quarenta porções de biscoitos e saiu pela rua onde morava para vendê-los. E assim conseguiu vender as porções e ter o equivalente em dinheiro necessário para pagar as 80 horas de bordado de

3) Meio de Pagamento: o dinheiro cria dois personagens, o credor e o devedor. Ao receber certa quantidade de dinheiro, uma pessoa pode produzir algo que não tinha, ou seja, ela pode fazer uma encomenda e, com o dinheiro adiantado, o credor pode comprar as coisas que precisa para fabricar a encomenda, entregando-a depois ao seu credor.

4) Meio de entesouramento: o dinheiro permite ao seu dono conservar seu poder de compra. Principalmente no início do uso do dinheiro, as moedas de metais (ouro e prata) poderiam ser guardadas e acumuladas (pois não se deterioram), de maneira que o seu dono as retira de circulação com o objetivo de privar os outros do acesso a ela, ou seja, ele concentra o poder de compra daquela quantidade de moeda, transformando-a em seu tesouro.

Preço: é uma forma de equivaler diferentes mercadorias tomando como medida o dinheiro.

Rita e comprar a colcha que queria. Rita só aceitou o dinheiro porque sabe que poderá pagar com ele suas contas de água e energia. As contas do mês não podem ser pagas oferecendo o equivalente em bordados.

Assim, o esquema que descreve a utilização do dinheiro como meio de troca pode ser apresentado da seguinte forma:

M – D – M

Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria

ou

Maria Quitandeira fez biscoitos (mercadoria) para trocá-los por dinheiro, com o qual comprou uma colcha bordada (mercadoria).

Mas a realidade não é tão simples assim. Nesse esquema M – D – M, aconteceu algo muito importante, uma "mágica". Temos de lembrar que o valor das mercadorias é calculado pela quantidade de horas de trabalho. Assim, uma mercadoria só poderia ser trocada por outra com valor igual, ou seja, que demandou o mesmo tempo para ser produzida. O dinheiro "encobre" essa realidade: ele esconde o valor das mercadorias e cria uma máscara chamada **PREÇO** para medi-las.

É importante perceber que para cada coisa existe uma unidade de medida. Para líquido, usamos litros; para um tecido, usamos metros. Não é normal ir à loja e pedir "dois litros de tecido" ou "meio metro quadrado de óleo". É por isso que quando vamos calcular o valor devemos sempre considerá-lo em **horas socialmente necessárias**.

O dinheiro cria a ilusão de representar o valor quando na verdade demonstra apenas o preço. Então é importante lembrar que:

VALOR ≠ PREÇO (valor é diferente de preço)
ou
O valor se mede em horas e o preço em dinheiro

A questão é que o dinheiro é um equivalente geral de todas as mercadorias. Foi criado para facilitar as trocas e é socialmente aceito. Todos aceitam o dinheiro como forma de pagamento de suas mercadorias, logo todas as mercadorias têm preço. Para chegar ao preço de uma mercadoria, o produtor calcula os custos de produção, inclusive colocando preço na sua hora de trabalho. Essa convenção permite transformar tudo em um preço, ou seja, em uma determinada quantidade de dinheiro.

Essa "mágica" de transformar **valores** em **preço** será importante para compreender o capítulo que trata do modo de produção capitalista.

Resumo do Capítulo:

Uma forma de organizar a produção, a distribuição e o consumo é por meio da divisão social do trabalho. Essa divisão permite que profissionais de diferentes áreas possam adquirir produtos feitos por outros profissionais por meio da troca. Daí surge a mercadoria, que é um bem produzido para ser trocado, e não para ser consumido por quem o fez. Toda a mercadoria possui um valor de uso, ou seja, serve para satisfazer uma necessidade humana, e um valor de troca que permite que uma mercadoria seja trocada por outra. O dinheiro surge para facilitar o processo de troca de mercadorias, permitindo que produtos diferentes sejam quantificados de uma mesma maneira, ou seja, seus valores de troca são representados pela forma preço (ou seja, em moeda). O dinheiro equivale produtos diferentes, por isso é chamado de equivalente geral.

Atividade pedagógica do capítulo

Dinâmica pedagógica #4: Feira de trocas e moeda social

A feira de trocas é uma das formas de comercialização de produtos da Economia Solidária. Além de ser um ambiente de fluxo comercial entre produtoras(es), é um espaço pedagógico que propicia a reflexão sobre o valor e o preço das mercadorias. Como resultado, as feiras também contribuem para conscientizar as(os) participantes sobre a importância de seu produto e dos demais integrantes da feira.

1. Objetivo
Promover – por meio da vivência prática de comercialização em feira de trocas – a reflexão sobre o valor e o preço dos produtos dos empreendimentos de Economia Solidária participantes das atividades de formação.

2. Tempo
3 horas

3. Materiais necessários
Produtos levados pelos participantes, tarjetas, canetas (Pilot ou atômicas), etiqueta (para preços, pode ser simplesmente tarjeta pequena)

4. Metodologia

1. Com antecedência, a assessoria da atividade de formação deve solicitar que as(os) participantes levem produtos que produzem para participar da Feira de Troca.

2. Em um espaço o mais amplo possível, cada empreendimento deve montar sua banca e expor seus produtos.

3. O detalhe importante é que no lugar de colocar um preço para cada produto, a(o) produtora(o) deve colocar a quantidade de horas que gastou para produzi-lo, ou seja, deve fazer uma etiqueta do valor em horas da mercadoria que pretende trocar.

4. Na feira de trocas, cada produtora(o) é também uma(um) consumidora(o). Por isso, vai procurar um produto que lhe seja útil (valor de uso) e oferecer um produto que tenha valor parecido (valor de troca).

5. A(o) assessora(o), após a feira de trocas, pode promover a reflexão sobre o que aconteceu. Por exemplo:

- Como foi perceber a quantidade de horas, e não o preço das mercadorias?
- Foi fácil ou difícil trocar algo? Foi fácil encontrar alguém para trocar a sua mercadoria por outra que você desejava?
- Existiam produtos parecidos na feira? A quantidade de horas era parecida ou diferente entre produtores que tinham produtos similares?

6. Certamente haverá alguma dificuldade na troca, pois nem sempre é possível encontrar um produtor que deseja consumir a coisa que lhe é oferecida por outro produtor.

7. Caso tenha tempo, a(o) assessora(o) pode propor repetir a feira, porém introduzindo uma moeda social, que circulará na atividade.

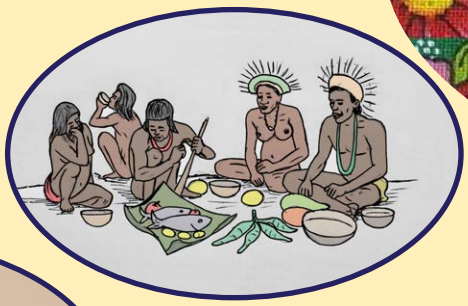
8. Depois da feira realizada com a moeda social, repita a reflexão anterior. E inclua:

- Foi mais fácil ou mais difícil comprar produtos quando usada a moeda social?
- Caso tenha ficado mais fácil, por que isso aconteceu?
- Qual é a importância da moeda social nas Feiras de Economia Solidária?

9. As reflexões e avaliações das feiras devem ser feitas em plenário, com a participação de todas(os) que participam da atividade de formação.

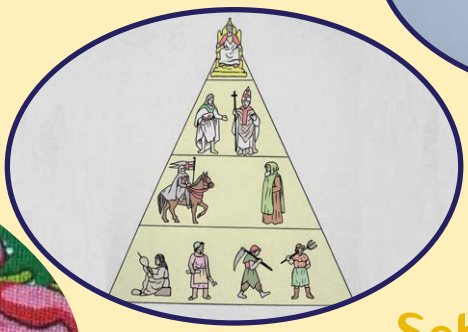
CAPÍTULO IV

MODO DE PRODUÇÃO TRIBAL



MODO DE PRODUÇÃO TRIBUTÁRIO

MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVISTA



MODO DE PRODUÇÃO FEUDAL

Sobre os modos de produção da vida social

Modos de produção: noções gerais

A história da humanidade é uma sequência longa e complexa de tipos diferentes de organização da vida em sociedade. A esses tipos de organização social, damos o nome de **Modo de Produção** (MDP).

> *"O elemento fundamental para a definição de um modo de produção são as relações sociais de produção que ligam o produtor ao explorador (com exceção óbvia dos modos de produção em que não há exploração: comunismo primitivo e comunismo)."*
>
> Fonte: BOTTOMORE, Tom (ed.), **Dicionário do Pensamento Marxista**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Como ponto de partida, devemos recuperar os três conceitos fundamentais:

a) necessidades humanas;
b) os bens e;
c) o trabalho.

Ou seja, em qualquer época ou em qualquer lugar, os seres humanos possuem necessidades e, para saciá-las, precisam de bens, que por sua vez são obtidos, em sua maioria, pelo trabalho humano. O Modo de Produção, portanto, é a forma de organizar a satisfação das necessidades por meio da organização do trabalho e da vida social como um todo.

Modo de Produção (MDP): é a maneira histórica que sociedades assumem para realizar a produção, organizar o trabalho e distribuir a riqueza produzida entre seus integrantes.

Em resumo, podemos indicar que os MDP são a soma das forças produtivas (técnica, instrumentos de trabalho, etc.) e das relações de produção (relações de produção, distribuição e consumo).

A história da humanidade é a sucessão de tipos diferentes de modos de produção, que por vezes são substituídos total ou parcialmente por outros, de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas de cada época, cultura e território.

Então, é necessário retornar às três perguntas fundamentais da Economia Política:
a. O que produzir?
b. Como produzir?
c. Como distribuir?

Não há uma única resposta para cada uma das três perguntas. Em cada momento da história humana, essas mesmas questões são respondidas de maneira diferente. A cada tipo de resposta dada a essas indagações, damos o nome de Modo de Produção.

Mas o Modo de Produção não está restrito à organização econômica. Isso porque, para existir qualquer forma de organização da vida, é preciso a formulação e a administração da cultura e o poder político para que determinada ordem social seja estável. Logo, cada modo de produção possui uma base econômica (estrutura) e uma dimensão política, social e cultural, chamada de **superestrutura**.

Superestruturas: são elementos da dimensão da vida social que se configuram a partir das relações econômicas. São as leis, a cultura, o estado, os regimes políticos, a religião e a ideologia.

Os modos de produção não são eternos. Eles mudam de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas produzidas pela humanidade, e, portanto, são históricos. Veja o que Karl Marx, no "Prefácio à contribuição à crítica da economia política" (1859), disse sobre esse processo de transformação constante dos MDP:

"Na produção social de sua vida, os homens estabelecem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase do desenvolvimento das suas forças produtivas materiais (...). Num certo estágio de seu desenvolvimento, as forças materiais da sociedade entram em conflito com as relações de produção existentes, ou, o

que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali (...). Abre-se, então, uma época de revolução social (...). Em linhas gerais, podemos designar os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno como outras tantas épocas do progresso da formação econômica da sociedade."

Entretanto, é importante ressaltar que a passagem de um MDP para outro não é sempre igual. Cada sociedade possui uma cronologia própria, com seu modo de produção. Por exemplo: no período da conquista europeia nas Américas, os povos originários viviam no comunismo primitivo (tribos indígenas brasileiras) ou no modo de produção tributário (maias, astecas e incas), enquanto os europeus estavam saindo do modo de produção feudal para o capitalista. Isso não significa que um modo de produção seja, a rigor, mais "evoluído" do que outro. Depende das condições do território e das necessidades que cada povo enfrenta, bem como a visão de bem-estar, progresso e riqueza que cada civilização humana desenvolve. Ser bem-sucedido para o povo inca ou para os egípcios do período faraônico é algo completamente distinto da ideia de sucesso de um grego do período escravista ou para um inglês em pleno capitalismo. Enfim, as visões de mundo importam para determinar o que significa ser "evoluído" ou "civilizado". Logo, os povos originários não passaram de maneira progressiva de um modo de produção para outro: as transições foram forçadas por um conjunto de fatores, inclusive por causa da invasão dos europeus. Por isso, também é importante compreender que o amadurecimento de um determinado modo de produção não leva "naturalmente" a outro, de maneira lógica. As condições históricas não são fatalmente determinadas nem os modos de produção são tipos puros. Cada povo tem particularidades que devem ser consideradas.

Apresentamos a seguir as características básicas de alguns dos modos de produção anteriores ao capitalismo. Já o próprio modo de produção capitalista será descrito em maior detalhe no próximo capítulo. Os modos de produção que serão analisados aqui são o tribal, o tributário, o escravista e o feudal.

Modo de Produção Tribal

O caso de Buriti, uma índia da aldeia da Fogueira Acesa

Buriti acorda com os passarinhos, usa os pés para dar um leve empurrão na rede de palha ao lado da sua, despertando Taiguara, seu marido. Juraci, seu filho mais novo, o terceiro vivo, ainda continua agarrado em seu peito como se a noite não tivesse terminado. Os três se dirigem ao centro da grande oca (grande casa coletiva de madeira e palha), onde os mais velhos e algumas crianças já estão abastecendo o fogo com lenha; "o fogo nunca pode apagar", repete uma voz baixa dentro da cabeça dos que moram ali. Todos os seus parentes habitam a grande oca. A noite foi tranquila, nenhum animal ou espírito ruim rondou a aldeia na madrugada. O fogo está aceso, por isso nada de mal acontece.

Algumas raízes e um pequeno pedaço de carne de tatu estão assando junto à brasa. Será a primeira alimentação do dia – com sorte não será a última. Uma porção igual para todos, ninguém pede mais. Buriti, com Juraci atado junto ao seu seio, caminha até a porta da oca, olha para o céu e diz "não vai chover hoje". Pega uma cuia e se dirige ao igarapé perto dali. Vai se banhar, limpar seu filho do cheiro de fumaça da fogueira e beber água. O dia começou na aldeia da Fogueira Acesa.

Taiguara se reúne com os demais homens da tribo debaixo da Grande Árvore perto da oca. Após conversarem sobre onde vão realizar a caça do dia, decidem que, se não conseguirem uma boa caça, serão obrigados a mudar a aldeia de local. Nas últimas luas, não tiveram muita sorte com as caçadas. Em seguida, pintam o corpo com figuras mágicas e bonitas, se vestindo como a floresta, tornando-se parte dela – depois se apressam mata adentro.

Levam flechas, arcos e dardos de veneno. Algumas crianças – um pouco maiores – os acompanham, vão aprender a caçar.

As mulheres e as crianças que ficaram já sabem o que fazer: buscam lenha, tecem cestas de palha, coletam sementes e frutas, alimentam as crianças (todas juntas) – pois os filhos são da tribo, não são responsabilidade apenas das suas mães.

Antes de escurecer, Buriti vê Taiguara aparecer no terreiro da aldeia trazendo nas costas uma paca abatida. Junto com ele, seus companheiros de caçada, sorridentes, brincam com as crianças lhes mostrando um jabuti capturado e dividem com os pequenos alguns favos de mel de uma colmeia que encontraram no caminho. Um deles exibe picadas de abelha, mas não ousa reclamar, porque é um guerreiro corajoso. A tribo da Fogueira Acesa está contente hoje, o fogo continua ardendo na oca – as mulheres e crianças encontraram lenha seca –, e a caça vai alimentá-los por mais essa noite; ninguém terá fome. Contam histórias ao redor da fogueira sobre seres da mata e grandes feitos de caçada. As mulheres ouvem e riem dos exageros: pensam com elas: "aquela onça não era tão grande assim". Todos eles vão dormir e desejam sonhar com o dia em que conseguirão caçar uma anta.

O **Modo de Produção Tribal** ou **Comunismo Primitivo** é o primeiro MDP conhecido. Surge junto com o aparecimento de nossa espécie e com certeza durou mais tempo. Tudo indica que surge por volta de 4 milhões de anos atrás. Os grupos de seres humanos, assim como na aldeia da Fogueira Acesa, eram nômades, ou seja, viviam mudando de local, sempre em busca de melhores condições de caça e coleta, uma vez que não tinham desenvolvido ainda outra forma de subsistência.

O berço da humanidade é a África. Lá os primeiros grupos humanos começaram a se desenvolver, principalmente pela abundância de recursos e condições geográficas apropriadas à nossa espécie.

"Graças a seus recursos vegetais, o continente africano pôde suprir as necessidades de uma população cuja densidade não cessou de aumentar. (...). No plano da ocupação humana, essa diversidade de meios ambientes foi importante na medida em que eles asseguravam a subsistência da caça, forneciam

frutas ou raízes comestíveis, bem como materiais para a fabricação de utensílios, vestimentas, abrigos, e, finalmente, ofereciam cultígenos passíveis de aclimatação e transformação em culturas agrícolas.

Ao mesmo tempo em que se beneficiava das riquezas animais oferecidas pelas diferentes zonas de vegetação, o homem explorava essas mesmas áreas para abastecer-se de frutas e raízes comestíveis. A presença de florestas-galerias ao longo dos cursos d'água nas regiões de pradarias, permitia ao homem (...) a coleta de frutas, sementes e nozes das florestas e das savanas."

Fonte: MOKHTAR, Gamal (editor), **História Geral da África, Vol. I**, Brasília, Unesco, 2010. p. 371.

Entretanto, o Modo de Produção Tribal existiu em todo o planeta, inclusive no Brasil, muito antes da chegada dos portugueses.

Tudo o que se caçava ou coletava era distribuído de maneira coletiva e igualitária. E a sobrevivência dependia da saúde de todos no grupo. Era uma vida muito difícil, pois esses nossos antepassados estavam completamente sujeitos à natureza. Se por algum motivo a caça, pesca ou frutas acabavam, eram obrigados a mudar de local, ou morrer de fome.

Não existia comércio, pois não havia produção de mercadorias. Tudo que era coletado era consumido.

Por volta de 10 mil anos atrás, aconteceu uma verdadeira revolução na vida dos seres humanos, que mudaria totalmente o destino de nossa espécie: a descoberta da agricultura.

Provavelmente foram as mulheres que descobriram a arte de plantar, possivelmente porque ficavam cuidando das crianças e coletando frutos perto dos abrigos. Perceberam que as sementes jogadas em torno dos locais de alimentação cresciam e frutificavam. Assim entenderam que era possível planejar seu plantio e com isso não mais depender da coleta direta da natureza.

"Acredita-se, por exemplo, que a grande importância atribuída a certos cereais pelas comunidades que viviam da coleta no vale do Nilo antecipou o plantio intencional de grãos e conduziu à era da expansão agrícola, de efeito decisivo na ocupação humana da África.

(...)
*No **Neolítico**, especialmente nas zonas onde havia sido descoberta a agricultura, multiplicaram-se e difundiram-se abrigos feitos de matérias vegetais e, às vezes, de barro e vegetais. Constituem, sem dúvida, o marco inicial do domínio cultural do homem sobre a paisagem."*

Fonte: MOKHTAR, Gamal (editor), **História Geral da África, Vol. I**, Brasília, Unesco, 2010. p. 372.

A agricultura mudou completamente o estilo de vida. Possibilitou a formação de aldeias permanentes, pois não era mais preciso mudar de local para garantir a alimentação. Bastava cultivar aquilo de que se precisava. Assim, sem fome, a população começou a crescer. Animais foram domesticados, o que aumentou ainda mais a oferta de alimento.

Nesse estágio, tudo que era produzido era distribuído entre os integrantes da tribo. Parte do que não era consumido (o excedente econômico) era trocado por outros bens em tribos vizinhas, o que fez surgir os primeiros sistemas de trocas simples. A intenção da produção era o autoabastecimento da tribo, porém já era possível realizar intercâmbios de maneira bastante simples, trocando diretamente uma mercadoria por outra (M – M).

Esse modo de produção se perdeu na maior parte do mundo. Entretanto, ainda é possível encontrar alguns povos que praticam esse modo de produção, tais como comunidades indígenas brasileiras e algumas tribos na África, Ásia e Oceania, que, devido ao isolamento geográfico, ainda preservam essa forma de vida.

COMO O MODO DE PRODUÇÃO TRIBAL RESPONDE ÀS TRÊS PERGUNTAS FUNDAMENTAIS DA ECONOMIA.

O que produzir?
A decisão sobre o que produzir é feita pela comunidade e considera as necessidades básicas comuns a todos da tribo.

Como produzir?
Para produzir os meios de vida, todos contribuem de alguma maneira, ninguém pode ficar à toa. A divisão do trabalho é feita pela faixa etária e o gênero. Crianças e mulheres realizam determinadas tarefas, enquanto os homens adultos realizam outras.

Como distribuir?
O que se produz é compartilhado com todos os integrantes da comunidade, sem exceções ou diferenciação. O produto do trabalho é pouco, mas a estratégia é dividir com todos para que a comunidade possa continuar existindo.

LEI ECONÔMICA FUNDAMENTAL DO MODO DE PRODUÇÃO TRIBAL

Todos se esforçam para extrair da natureza os bens necessários à subsistência da comunidade. Os instrumentos são poucos e precários, mas essa dificuldade é compensada pela forma coletiva de trabalhar e distribuir o que conseguem produzir.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA DO MODO DE PRODUÇÃO TRIBAL

Divisão do trabalho: sexual e etária
Forma de exploração: não existe
Forças produtivas: simples e pouco desenvolvidas
Excedente econômico: pouco ou nenhum
Mercadoria: pouca ou nenhuma
Sistema de trocas: M – M
Dinheiro: não existe
Valor de uso (Vu): grande
Valor de troca (Vt): muito pequeno

Modo de Produção Tributário

Modo de Produção Tributário: assume esse nome devido à forma como organiza a produção. Cada aldeia deveria pagar tributos para a cidade-estado, a sede do poder, o que possibilitou o surgimento das cidades, a organização de serviços públicos, etc.

É também conhecido como modo de produção asiático, porque se acreditava que era um tipo de organização social que existia apenas, ou principalmente, na Ásia. Entretanto, descobriu-se que se tratava de um MDP que foi bastante comum em diferentes sociedades em 4 continentes.

O caso de Zaid: um camponês no Egito Antigo

Zaid verifica seu pequeno armazém de trigo e cevada: sobrou pouca coisa. A seca prejudicou a colheita neste ano, forçando-o a caminhar por vários quilômetros para conseguir pasto para suas cabras e jumentos. Sua família é grande, são nove filhos, que trabalham junto a ele. Um deles, chamado Manu, foi requisitado pelo Faraó, há dois anos, para trabalhar na construção de um novo canal de irrigação perto da cidade de Tebas (a maior e mais bela cidade do Egito em sua época). Nos tempos de boa colheita, ele pagou altos tributos em cereais aos armazéns do estado, além de enviar Manu como mão de obra. Agora, não lhe resta alternativa: terá de viajar até Tebas para solicitar ao estado uma quantidade de alimento necessária para manter sua família até a próxima colheita.

Zaid explica a Aziza, sua única esposa, que vai fazer uma viagem de 15 dias

até a capital do Império, Tebas, para buscar alimentos. Levará com ele três de seus filhos e o jovem Akila, um pretendente de sua filha Sabah. Enquanto isso, a mulher cuidará da família. "Abata os gansos se precisar de carne", diz Zaid à mulher, que concorda com um sorriso.

No outro dia, antes de amanhecer, Aziza já havia preparado o pão de cevada, frutas e água para a viagem do esposo. Depois de orar para que os deuses lhes proporcionassem uma viagem segura, Zaid recebe da mão da esposa suas sandálias de couro e junco, mas não as calça, coloca-as amarradas sobre o ombro e continua descalço. Lá fora, os filhos e Akila esperam por ele com os jumentos de carga e algumas cabras que vão tentar vender no mercado. A jornada começa antes do primeiro raio de sol atravessar o céu do Egito.

Após sete dias de viagem Zaid e os seus chegam até Tebas. Era cedo, e a grande cidade estava agitada. Milhares de pessoas se apertavam nas ruas, entre bancas de verduras, vasilhas e currais improvisados nos quais os animais estavam expostos a possíveis compradores. Akila está um pouco nervoso: o jovem de 17 anos nunca havia visitado Tebas nem qualquer cidade, tampouco havia visto tanta gente. Tinha passado sua vida inteira no vilarejo e jamais havia visto construções daquele tamanho. Porém não há tempo para apreciar a cidade. Zaid orienta seu filho mais velho e Akila a ir ao mercado e trocar as cabras por linho e ferramentas, enquanto ele e os outros dois filhos se dirigem à praça central de Tebas, onde fica o armazém público. No final do dia, se encontrarão nos portões da cidade para iniciarem a viagem de volta.

Moeda: é a representação física do dinheiro. Ela surgiu em lugares e tempos diferentes. A moeda só funciona se todas as pessoas a aceitarem como forma de pagamento. No início do sistema de trocas, se utilizavam algumas mercadorias que serviam como moeda, mas também poderiam ser utilizadas de outra forma. O gado (bois, cabras e ovelhas) já foi usado como moeda, daí a palavra pecúnia, o mesmo que dinheiro, que vem do latim pecus, que significa gado. Outro exemplo: o termo salário, que se refere à quantidade de sal usada como moeda para pagar serviços.

A moeda de metal aparece na região da atual Turquia, por volta de 700 a.C, e possui a vantagem de poder ser carregada e acumulada facilmente.

Zaid, pela primeira vez desde que saiu de sua casa, calça as sandálias que levou nos ombros durante sua viagem. As sandálias são artigo importante, só usado em ocasiões especiais. Calçado e confiante, ele espera sua vez de ser atendido pelo administrador do armazém. Depois de duas horas, é recebido na entrada da grande construção. O funcionário verifica seu nome e a sua aldeia de origem em uma das centenas de folhas de papiro empilhadas no armário da recepção. O administrador confere se Zaid e sua aldeia pagaram corretamente os impostos. Todos os impostos pagos por Zaid estavam anotados naquela folha. Após a confirmação positiva, o homem ordena que fosse entregue a Zaid o que pedia: sementes para o plantio, trigo, cevada e sal em quantidades apropriadas para o consumo da família pelos próximos dois meses. Zaid organiza cuidadosamente os produtos nas cestas atadas aos jumentos. Não pagou nada por isso, mas se comprometeu a produzir alimentos na quantidade determinada pelo administrador do armazém. Caso contrário, poderia ser punido.

Tudo preparado, é hora de partir, mas antes deve agradecer aos deuses pelo sucesso de sua viagem. Caminha até o templo perto dali e deixa com um dos assistentes do sacerdote uma cesta de junco que havia trazido do seu vilarejo, onde há um pote de óleo de tâmaras e alguns gansos salgados. Era sua retribuição pela boa jornada. Lembrou-se de Manu, seu filho, que estava trabalhando nos canais da cidade há dois anos, mas não havia tempo de encontrá-lo no meio da multidão. Depois de dar água aos animais de carga, reencontra seu filho e Akila nos portões de Tebas. No lugar das cabras, estão uma

Império Inca: "O Império Incaico exercia sua influência sobre o atual Peru, Bolívia, Equador, partes do Chile e do norte argentino, certa fração da selva brasileira e até sobre um pedaço da Colômbia (...). A Civilização incaica fundava-se na propriedade coletiva da terra, no cultivo do milho e na domesticação da lhama. (...) constituía, ao todo, uma confederação altamente centralizada de tribos. (...). As classes sociais se erigiam a partir das comunidades nucleadas ao redor do ayllu (pequeno pedaço de terra familiar): a aristocracia rodeada pelos chefes militares, os sábios ou amautas e os artesãos reais, culminava na pessoa divina do Inca, "o filho do sol". A regulamentação estrita e planejada da vida econômica e social estava determinada pela escassez dos recursos naturais e pelo grau da técnica alcançada pelos incas."

Fonte: RAMOS, Jorge Abelardo. **História da Nação Latino-Americana**, Florianópolis, Insular, 2011, p.89.

boa quantidade de tecido de linho, enxadas e foices: a troca no mercado foi boa. Zaid, em silêncio, imagina que Aziza, sua mulher, ficará alegre com o tecido. Também está satisfeito com Akila. Decidiu que vai permitir o casamento com Sabah assim que colherem a próxima safra. Não há tempo para comemorações, pois a estrada da aldeia os espera. Zaid tira suas sandálias, as coloca amarradas novamente nos ombros, e a jornada de retorno se inicia.

O **modo de produção tributário** surge em diferentes épocas e locais do mundo; os registros mais antigos datam da formação das primeiras cidades-estado no Oriente Médio por volta de 5 mil anos a.C. Entretanto, esse mesmo MDP foi organizado por diferentes povos, na África, sendo que o exemplo mais famoso é o Egito da era faraônica, como a história de Zaid contada anteriormente. Mas ocorreram também no continente asiático, principalmente na Índia, China, Mesopotâmia (atual Iraque e Síria). Nas Américas, povos como os incas, astecas e maias também se organizaram com os princípios do Modo de Produção Tributário.

A estrutura de classes no Modo de Produção Tributário varia de acordo com a sociedade. Entretanto, em termos gerais, as cidades-estado desenvolveram uma divisão do trabalho que possibilitou o surgimento de classes sociais. A maioria dos casos seguia o seguinte padrão:

Classe dominante: governantes (dirigentes do estado), que poderiam ser um rei, faraó, imperador.

Classe burocrática: era o conjunto de funcionários que serviam aos

Tributo: A palavra tributo vem do latim e significa que é o recurso que a tribo deve pagar ao estado.

Camponeses para Paulo Freire: "A ideia de camponês, que perpassa a obra de Freire, Pedagogia do Oprimido (1970), está associada ao trabalhador rural, humilde, que se encontra em situação de opressão. O seu opressor, dono da terra, explora a sua força de trabalho em troca de condições precárias de subsistência. O camponês, para Freire, necessita descobrir-se enquanto classe oprimida para, a partir daí, compreender a sua situação de vida e trabalho, e lutar para transformar a realidade."

Fonte: STRECK, D.; REDIN, E. e ZITKOSKI, J. J. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2008, p.70.

interesses do estado e auxiliavam o processo de dominação. Variavam de administradores, recolhedores de tributos, sacerdotes, militares e uma diversidade de outras funções.

Classe camponesa: era a base da reprodução econômica da sociedade, destinada à agricultura e pecuária.

Classe de trabalhadores urbanos: um conjunto de força de trabalho dedicada ao comércio, artesanato e outras atividades e serviços.

Esse Modo de Produção surge porque ocorreu uma expansão significativa da produção agrícola, o que gerou quantidades cada vez maiores de excedente econômico. Aldeias economicamente fortes se transformaram em cidades (cidades-estado) e passaram a subordinar aldeias menores. Essa forma de controle se dava por meio do pagamento de tributos, ou seja, parte da produção ou da mão de obra era requisitada pela aldeia maior (agora uma cidade) das aldeias menores. Em troca, as cidades estocavam alimentos e sementes e os distribuíam aos camponeses em períodos de escassez, além de oferecerem proteção contra os ataques de inimigos e realizar obras públicas, como estradas, canais de irrigação, etc. Esse processo fez surgir o Estado, ou seja, uma instituição que controla a população e organiza a produção.

O Egito Antigo, exemplo de uma sociedade organizada no modo de produção tributário, oferece pistas sobre o papel do estado na organização da produção:

Camponeses para a Agroecologia: Na contramão da visão dos camponeses como submissos ao capital e explorados pelos opressores, hoje a agricultura camponesa é vista como uma resistência a uma lógica capitalista de exploração. Segundo Paulo Petersen, da Articulação Nacional de Agroecologia, "O modo de produção camponês, sempre que operando com margens de liberdade suficientes, reproduz metabolismos agrários mais sustentáveis exatamente porque imprime em seus arranjos técnico-institucionais um conjunto de princípios comuns às leis naturais: a diversidade; a flexibilidade adaptativa; a natureza cíclica dos processos; a interdependência; e os vínculos associativos e de cooperação. Esse conjunto de princípios está inscrito nas memórias bioculturais das comunidades camponesas. Sem lugar a dúvidas, essas memórias são um dos principais elos entre o passado, o presente e o futuro da Humanidade. Por essa razão, a proteção e o cultivo das mesmas são tarefas urgentes que cobram uma nova ciência: a Agroecologia."
Fonte: http://revistacarbono.com/artigos/04agricultura-camponesa-paulopetersen/

"Não há meios de saber se a necessidade de coordenar a irrigação foi a principal causa da formação de um Estado unificado ou se a unificação do país sob os reis tinitas, aliada ao desenvolvimento da escrita, possibilitou organizar as economias regionais, com a racionalização dos trabalhos de infraestrutura e a distribuição sistemática dos recursos alimentares. O fato é que até o século XIX da Era Cristã, a prosperidade e a vitalidade do Egito estiveram ligadas à cultura de cereais (trigo, cevada). Um sistema de bacias de inundação, que controlava e distribuía as águas das enchentes e depositava o limo no interior de diques de terra, perdurou até o recente triunfo da irrigação permanente: sua existência é comprovada desde o Médio Império, podendo-se supor que seja ainda mais antigo."

Fonte: MOKHTAR, Gamal (editor), **História Geral da África, Vol. II**, Brasília, Unesco, 2010. p 68.

Muitas novidades surgiram com o aparecimento desse modo de produção. Com o aumento do sistema de troca de mercadorias, surgiu a necessidade de desenvolver formas de registro. E assim nasceu a matemática, a escrita e a **moeda**. Ocorreu o desenvolvimento das navegações em grandes distâncias. As atividades agrícolas contaram com o aparecimento de novos instrumentos de trabalho, como o arado puxado por bois (Egito), irrigação por meio de canais (China), depósitos de alimentos (no Egito e no Império Inca), astronomia e calendário, etc. Ou seja, ocorreu um avanço enorme das *forças produtivas*.

A força de trabalho para a realização de diversos trabalhos era requisitada nas aldeias. Cada aldeia deveria enviar determinado número de pessoas para trabalhar nas obras públicas. Logo, o tributo devido ao estado era pago em mão de obra ou em produtos.

No Egito, algumas atividades econômicas eram monopólio do estado.

"O comércio exterior, a exploração de minas e de pedreiras eram atividades estatais. A maior parte das transações comerciais conhecidas pelos textos envolve pequenas quantidades de mercadorias e é constituída por contratos privados entre particulares; a intervenção de intermediários profissionais – em geral agentes comerciais do rei ou de um templo – é rara. (...) tudo indica que, de modo geral, a produção e a distribuição estavam nas mãos do Estado."

Fonte: MOKHTAR, Gamal (editor), **História Geral da África, Vol. II**, Brasília, Unesco, 2010. p.76.

O controle político era exercido pelo chefe da cidade-estado. Poderia ser um poder teocrático (religioso), como no caso do Egito, no qual o faraó era tido como um deus vivo. Porém poderia ser apenas a figura que representava o estado, como os imperadores chineses, sociedade na qual não havia religião oficial.

"Em resumo a estrutura do poder político no modo de produção asiático (tributário) não era necessariamente despótica, segundo a imagem europeia do século XVIII. O ponto essencial aqui é a existência de mecanismos extraeconômicos que garantam a apropriação do excedente pelo Estado. Tais mecanismos podem ter caráter religioso ou ainda de coerção física em maior ou menor grau e se exercem não apenas na pessoa do governante, mas por meio de uma rede de instituições religiosas, governantes locais e agentes do governo."

Fonte: AUGUSTO, André Guimarães. **Modo de produção asiático: um balanço da controvérsia.** V Conferência Internacional de História Econômica, 2014.

O fato é que fossem rei, faraó ou imperador, essas pessoas representavam uma classe social e política privilegiada, e ao mesmo tempo o serviço que prestavam para o conjunto da sociedade era extremamente importante, pois o Estado desenvolvia um conjunto de atividades essenciais para a qualidade de vida do povo. Por isso, esse modo de produção permaneceu dominante por aproximadamente 4 mil anos. Sobre os serviços públicos no Egito, destaca-se que

> *"A organização e a distribuição da produção, o controle da ordem pública e a supervisão de toda e qualquer atividade eram responsabilidade de funcionários públicos sob a autoridade do príncipe – o faraó ou dos templos. Esses funcionários eram recrutados entre os escribas, já que o conhecimento da escrita era a chave de toda erudição e permitia o acesso às técnicas superiores."*
>
> Fonte: MOKHTAR, Gamal (editor), **História Geral da África, Vol. II**, Brasília, Unesco, 2010. p.78.

É nesse período da história que aparecem os exércitos permanentes, um conjunto de homens que tinha na guerra sua profissão. Esses exércitos eram essenciais para a manutenção e ampliação dos territórios das cidades-estado, bem como para conter rebeliões nas aldeias, que por vezes não concordassem com o pagamento de tributos. Os Incas na América do Sul eram mestres na arte militar, o que contribuiu para a ampliação do seu império. Quando o Inca desejava ampliar seus domínios,

> *"Se informava primeiro da situação geral da tribo que ocupava esse território e de suas alianças; esforçava-se em isolar o adversário, agindo sobre os chefes dos povos vizinhos através de doações ou ameaças; depois encarregava seus espiões de estudar as vias de acesso e os centros de resistência. Ao mesmo tempo, enviava mensageiros em distintas ocasiões, para pedir obediência e fazer ricos*

presentes. Se os índios se submetiam, o Inca não lhes fazia dano algum; se resistiam, o exército penetrava no território inimigo, porém sem se entregar à rapinagem nem destruir um país que o monarca pensava em anexar."

Fonte: BAUDIN, Louis. **El império socialista de los incas**, p.341, Ed. Zig-zag, Santiago de Chile, 1945.

O sistema de trocas era variado, poderia se trocar mercadoria por mercadoria (M – M) ou utilizar alguma outra mercadoria como a moeda (M – D – M) para facilitar a troca. Nessa etapa, as pessoas já não produziam apenas para consumir. Já ocorria uma divisão social do trabalho bastante definida. É, portanto, o início das profissões. Cada pessoa deveria produzir bens para troca.

Os povos que viviam no modo de produção tributário possuíam um grande nível de organização e desenvolvimento cultural e científico. A seguir, para ilustrar, apresentamos um trecho do relato escrito pelo cronista espanhol Pedro Cieza de Léon, que viveu no século XVI e escreve por volta de 1540 a experiência que teve ao conhecer a cidade de Cuzco, a capital do Império Inca (atualmente localizada no Peru).

"Lá existiam grandes ruas, exceto que eram estreitas e as casas feitas todas de pedra (...). As outras casas eram todas de madeira (...). Em muitas partes desta cidade existiam esplêndidas construções dos nobres incas, onde o herdeiro do trono fazia suas festividades (...).

Como esta era a principal e mais importante cidade deste reino, em certas épocas do ano, os índios das províncias vinham até ela, alguns para construir edifícios, outros para limpar as ruas e distritos e qualquer coisa que lhes fosse ordenado (...). E como esta cidade estava cheia de pessoas estranhas e

estrangeiras (...) cada grupo se estabelecia em um local e distrito determinado pelos governantes das cidades. Observava os costumes de seu próprio povo e vestiam-se de acordo com a moda de sua própria terra, de modo que, em meio a centenas de milhares de homens, cada grupo podia ser facilmente reconhecido pelas insígnias que usava sobre a cabeça."

Fonte: KNAPIK, Márcia Carneiro, **O trabalho humano: das sociedades comunais ao modo de produção feudal**, Curitiba, CEFURIA, 2011.

O relato feito por Cieza de Léon é bastante esclarecedor: indica que as obras e serviços públicos no Império Inca eram realizadas por trabalhadores requisitados nas aldeias tributárias, o que permitiu que obras monumentais deixadas por estes povos permanecessem até os dias atuais, e suas técnicas avançadas de construção ainda são objeto de estudo de pesquisadores.

COMO O MODO DE PRODUÇÃO TRIBUTÁRIO RESPONDE ÀS TRÊS PERGUNTAS FUNDAMENTAIS DA ECONOMIA.

O que produzir?

A decisão sobre o que produzir é feita em parte pelo chefe da família quando se trata da produção agrícola, porém o Estado (por meio dos seus funcionários) indica também tipos e quantidades que devem ser produzidas e destinadas ao pagamento de tributos. No caso de construções (canais, armazéns, estradas, templos), a decisão é do Estado.

Como produzir?

A atividade agrícola é sustentada pelo trabalho da família. A divisão do trabalho geral é feita por ramos de profissão, principalmente nas cidades. No meio urbano, existe uma série de trabalhadores com pequenas oficinas nas quais fabricam

mercadorias em cerâmica, madeira, metal, etc. Logo, o trabalho rural e urbano é dividido de maneira bem clara, o que dá origem à tensão entre campo e cidade. Em resumo, a produção é basicamente familiar e orientada pelo Estado.

Como distribuir?

O que se produz pertence à família. Parte da produção é para a subsistência, outra parte é destinada ao pagamento de tributos ao Estado, e o que sobra pode ser trocado. Porém, em tempos de escassez de alimentos, o Estado distribui as sementes e os alimentos armazenados para a população necessitada, o que garante a sobrevivência nesses períodos de dificuldades. As obras públicas são uma forma de investir o excedente econômico em serviços que vão beneficiar a população, como os canais de irrigação, estradas e armazéns. A classe governante (rei, imperador ou faraó) recebe boa parte do que é produzido, o que lhe garante um bem-estar muito mais elevado do que o conjunto da população.

LEI ECONÔMICA FUNDAMENTAL DO MODO DE PRODUÇÃO TRIBUTÁRIO

A produção é feita pela mão de obra familiar, que garante a subsistência. O excedente econômico é público, recolhido por meio de tributos obrigatórios, e administrado pelo Estado, que em contrapartida oferece à população serviços e obras públicas, bem como a distribuição de alimentos e sementes em tempos de escassez.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA DO MODO DE PRODUÇÃO TRIBUTÁRIO

Divisão do trabalho: existe (classes sociais rurais, urbanas, burocráticas e governantes)

Forma de exploração: por meio de tributos cobrados aos camponeses

Forças produtivas: simples

Excedente econômico: existe e é administrado pelo Estado

Mercadoria: existe

Sistema de trocas: M – M (principalmente), M – D – M (eventualmente)

Dinheiro: existe, porém é pouco utilizado

Valor de uso (Vu): grande

Valor de troca (Vt): pequeno

Modo de Produção Escravista

O caso de Varínia: uma escrava no Império Romano

Varínia serve em silêncio a primeira refeição à sua senhora, de nome Rurina Acelinia Collina; o sol já brilha alto no céu. Ao ver uvas na mesa de sua dona, ela se lembra de sua terra natal, a Gália, onde essas frutas crescem aos montes. Sente saudade do tempo em que era livre em sua aldeia, lá todos a chamavam de Gareth, mas, depois que os romanos destruíram sua vila e a escravizaram, mudaram também seu nome. Varínia é uma jovem de 23 anos. Há cinco anos, foi comprada no mercado de escravos pelo marido de Rurina, o senhor Lucius Cornelius Balbos – sim, eles fazem questão dos sobrenomes, indicam que são de uma família de patrícios importante e tradicional. Varínia não entende bem porque os romanos são tão cheios de cerimônias, mas ela é escrava, e perguntar não é uma opção.

Depois da refeição, Rurina ordena que Varínia vá ao mercado com Cedric – outro escravo da casa – para comprar alimentos e encomendar alguns serviços aos artesãos. Varínia não pode ir sozinha, pois não fala muito bem o latim, a língua de Roma, e sua dificuldade com o idioma dos seus senhores já lhe rendeu surras de chicote. Cedric tem 40 anos, já é idoso para sua condição de escravo. Ele foi capturado aos 12 anos, não lembra mais de sua terra natal nem fala o idioma de seus ancestrais. Ele é o responsável pelas compras, além de administrar os outros 40 escravos da casa.

A senhora Rurina entrega a Cedric uma pequena bolsa com moedas pesadas e lhe dá instruções sobre o que deve comprar e encomendar. Após a permissão da sua senhora, Cedric e Varínia saem pelas ruas de Roma, na qual disputam espaço comerciantes ambulantes, artistas de rua, prostitutas, crianças e mendigos. Uma coluna de soldados tenta colocar ordem em uma briga no mercado, dois homens se agridem, aparentemente em razão de uma dívida. Aproveitando a confusão, um grupo de pessoas miseráveis rouba o que consegue carregar dos cestos de hortaliças que ocupam o chão do mercado.

Cedric parece não se importar com o que acontece. Continua a caminhar para realizar a tarefa dada. Em uma grande barraca, a maior do mercado, ele escolhe os itens encomendados pela sua dona: vinho grego, azeite da Palestina, essências de Damasco, tecidos egípcios, entre outros produtos das diversas partes do Império Romano. Cassius, o dono da barraca, é um sujeito grande e sorridente. Ele é um plebeu, homem livre, não é muito rico, pois é dono apenas de cinco escravos que trabalham carregando as mercadorias e entregando encomendas aos fregueses. Cassius fala de seus produtos como se fossem os únicos em todo o Império, sempre oferecendo as novidades: hoje eram nozes em casca da Gália, terra de Varínia. Ela ouve o comerciante e, pela segunda vez no dia, se lembra do tempo no qual era livre.

Cedric paga as mercadorias, porém são muito pesadas para serem levadas por ele e Varínia. Então Cassius oferece um dos seus escravos para ajudá-los. No caminho – enquanto Cedric entra em uma pequena loja para encomendar tecidos e ornamentos para Rurina –, o jovem escravo que os acompanhava dirige em voz baixa uma pergunta a Varínia: "De onde você é?", diz em galês. Varínia logo percebe que aquele jovem era seu conterrâneo, e responde em sua língua materna: "Sou Gareth, sou de Alesia". O jovem olha para Varínia e continua: "Não seremos escravos por muito tempo, somos a maioria dos que você vê andando por estas ruas. A revolta acontecerá e seremos de novo livres". Logo Cedric sai do estabelecimento e observa o jovem conversando e o olhar atento de Varínia. Então pergunta em latim: "O que este escravo está falando contigo?". A jovem responde: "Ele disse alguma coisa, mas não entendi, acho que em alguma língua estrangeira", Cedric, com desaprovação, murmura: "Não é bom conversar com escravos. Os senhores crucificam quem fala demais". Varínia continua calada, e acha irônico Cedric dizer aquilo sendo ele mesmo um escravo. Continuam então a caminhar para a casa de seus senhores, agora sem dizer uma palavra.

Ao chegar, Varínia – aproveitando a distração de Cedric, que tentava afastar os cães da casa dos cestos que trazia – sussurra para o jovem escravo ao se despedir dizendo, mais uma vez em galês: "Irmão, seja o que for que aconteça, agora você sabe onde estou, não me deixe para trás". O jovem acena positivamente com a cabeça e segue seu caminho de volta ao mercado.

Daquele dia em diante, Varínia voltou a ser Gareth, porque voltou a ter esperança de que seria novamente livre.

Por volta do século III a.C até o século V d.C, surgiu na Europa, principalmente na sociedade grega e romana, um novo tipo de Modo de Produção, denominado **escravista**. Ou seja, a produção dos bens necessários para o abastecimento da sociedade era feita por escravos. Outras sociedades já admitiam casos de escravidão, porém foram os gregos e os romanos que passaram a depender quase que absolutamente do trabalho escravo como fonte de produção de mercadorias. Em resumo, foram os povos europeus que inventaram a escravidão como modo de produção.

> *"O aumento da produção em todos os ramos – na pecuária, na agricultura, no artesanato caseiro – tornou a força de trabalho do homem capacitada para produzir uma quantidade de produtos maior do que a necessária à sua subsistência. Ao mesmo tempo, esse aumento fazia crescer a quantidade diária de trabalho que recaía sobre cada membro da "gens", da comunidade doméstica ou de famílias isoladas. A incorporação de novas forças de trabalho tornou-se desejável. A guerra proporcionava-as: os prisioneiros passaram a ser transformados em escravos."*
>
> Fonte: F. Engels, **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**, K. Marx e F. Engels, Obras Escolhidas, t. II, 1955, p.294.

Geralmente se atribui à civilização grega e romana o ponto de partida para a cultura ocidental que temos hoje, o que em parte é verdade, mas o que não se diz é que toda a cultura clássica (teatro, literatura, filosofia), as primeiras experiências de governo como a democracia grega, a república e o direito romano foram sustentados pelo trabalho de pessoas que não possuíam nenhuma liberdade – como no caso de Gareth da história contada anteriormente. Essas pessoas eram apenas mais uma mercadoria entre tantas outras. Por isso, Friedrich Engels disse: *"Sem escravidão, não haveria o estado grego; não haveria arte nem ciência gregas. Sem escravidão, não haveria Império Romano."*

O **trabalho** nas sociedades grega e romana era considerado uma atividade degradante. Portanto, um cidadão (patrício) não deveria trabalhar: sua suposta função no mundo era estudar, participar da vida política e viver os prazeres que fossem possíveis. O trabalho era reservado a quem não era cidadão, ou seja, as mulheres, os estrangeiros, os camponeses e os escravos.

As classes sociais básicas do modo de produção escravista na Grécia e em Roma são:

Classe dominante: cidadãos chamados eupátridas na Grécia e patrícios em Roma.

Classes subalternas urbanas livres: os estrangeiros (chamados metecos na Grécia) eram livres, porém impedidos de possuir terras ou de se tornarem cidadãos, além de pagarem impostos para permanecerem na cidade-estado.

Modo de Produção Escravista: também conhecido como modo de produção antigo (ou Era Clássica), é um tipo de organização social na qual a principal base da força de trabalho é cativa, escravizada por meio da guerra de conquista ou por dívida. Essa época também aparece nos livros de história como a Era Clássica da Grécia e do Império Romano. Porém, o que é expresso como um grande período de conhecimento e cultura foi sustentado pelo trabalho escravo.

Em Roma, havia os “clientes”, que eram homens livres que prestavam serviços aos patrícios, e os plebeus (ou povo), que eram artesãos e comerciantes, entre os quais alguns adquiriam riqueza, porém não tinham direitos políticos. Algo similar acontecia na Grécia, como uma classe denominada periecos (significa “os que vivem perto da cidade”).

Classe escrava: era formada por prisioneiros de guerra e pessoas que foram condenadas por não pagarem suas dívidas. Eram considerados propriedade de seus senhores, não possuíam direitos e poderiam ser vendidos ou alugados pelos seus donos.

Os escravos eram de fato a principal força de trabalho nas sociedades grega e romana durante muitos séculos. Calcula-se que em Atenas (Grécia) havia 18 escravos para cada cidadão adulto. Havia diferentes tipos de escravidão, desde aquelas que duravam a vida inteira até pessoas que eram condenadas a ser escravas por tempo determinado. Em Esparta (uma das cidades-estado da Grécia), existiam os hilotas, que eram escravos do estado, ou seja, uma espécie de escravo público.

O abastecimento de escravos se constituía como um mercado específico e bastante lucrativo, graças a constantes guerras de conquista desenvolvidas pelo enorme exército dessas sociedades, principalmente os do Império Romano, que tornavam os soldados derrotados em mercadoria para financiar a gigantesca máquina militar. Tais **exércitos** eram formados basicamente pela plebe, porém os oficiais (chefes) sempre eram cidadãos.

Origem da palavra trabalho: o termo tem origem no latim (língua oficial da Roma Antiga) tripalium ou tripalus, que era um instrumento com três pontas utilizado para subjugar animais como equinos e bovinos para serem castrados ou ferrados. Outro instrumento, uma espécie de chicote de três pontas, recebeu o mesmo nome e era usado para torturar escravos e sentenciados. Então, surgiu o verbo tripaliare, que na origem significa algo como “torturar”. A origem da palavra mostra a visão que os romanos possuíam sobre o trabalho.

A economia do escravismo se baseava na exploração intensa do trabalho escravo, com jornadas laborais de 10 ou 12 horas. A eles eram destinados os trabalhos braçais mais pesados, principalmente a mineração e as obras de construção civil, mas estavam distribuídos nas mais diversas atividades, até mesmo na prostituição. Os grandes monumentos dessa época, como a Acrópole em Atenas e o Coliseu em Roma, construções que resistem até nossos dias, foram edificados com o trabalho escravo.

O método de exploração do trabalho, ou seja, a apropriação do trabalho alheio, seja do escravo, da plebe urbana ou camponesa, era principalmente jurídica, e não econômica. Ou seja, o resultado do trabalho do escravo pertencia por direito ao seu dono, logo não era uma relação econômica, mas legal. Da mesma forma, grande parte dos recursos do Estado, que por sua vez ia parar nas mãos da classe dominante, era proveniente de impostos cobrados sobre as atividades dos trabalhadores livres (artesãos, camponeses, comerciantes), ou seja, também era uma imposição jurídica. Logo, a relação de exploração da mão de obra escrava e da plebe era basicamente sustentada pelo direito, e não pela lógica econômica do mercado de trabalho.

Isso não significa que não existiam exploração e acumulação de riqueza fundamentada pelas regras econômicas, porém isso se dava principalmente por via do comércio, no qual mercadores jogavam com os preços e banqueiros com juros de empréstimos, acumulando assim fortunas. Entretanto, essas atividades não eram o núcleo central que sustentava o modo de produção, apoiado fundamentalmente no trabalho escravo.

Exércitos: em Esparta, historicamente conhecida como uma sociedade guerreira, o serviço militar era obrigatório para todas as classes sociais. Entretanto, os periecos e hilotas recebiam treinamento básico e suas armas eram muitos simples. Apenas os cidadãos espartanos recebiam a instrução militar completa e armamento sofisticado, e somente eles podiam se transformar em hoplitas, o efetivo militar de elite dos espartanos. Isso era uma forma de evitar revoltas a partir das classes exploradas.

"A mercadoria é um produto destinado não ao consumo imediato, mas à troca, à venda no mercado. A produção para a troca é o traço característico da economia mercantil. A separação do artesanato da agricultura, o aparecimento do artesanato como um ofício independente significava que estava sendo gerada pouco a pouco a produção mercantil."

Fonte: **Manual de Economia Política, Academia de Ciências da URSS – Instituto de Economia**, Editorial Vitória Ltda., Rio de Janeiro, 1961.

Revolta de escravos: "Dentre as numerosas insurreições de escravos na antiga Roma, foi particularmente importante a insurreição dirigida por Espártaco (anos 74/71 antes da nossa era). Ao seu nome está ligada a página mais brilhante da história da luta dos escravos contra a escravidão.

Durante muitos séculos eclodiram frequentes insurreições de escravos, aos quais se juntavam os camponeses empobrecidos. Estas insurreições atingiram seu clímax nos séculos II/I antes da nossa era e nos séculos III/V da nossa era. Os senhores de escravos esmagavam as insurreições recorrendo às medidas mais selvagens."

Fonte: **Manual de Economia Política, Academia de Ciências da URSS – Instituto de Economia**, Editorial Vitória Ltda., Rio de Janeiro, 1961.

As sociedades escravistas eram mercantis e monetarizadas, ou seja, a produção de bens era desenvolvida com o objetivo da troca. Em outras palavras, se produzia para trocar e se trocava para acumular riqueza. No entanto, ainda se manteve, com sistema de trocas principal, o sistema M – D – M, ou seja, produzir mercadoria para vender e comprar outras mercadorias. O consumo da classe dominante nessas sociedades tinha um papel político e social importante: quanto mais luxuoso o padrão de vida, maior o poder político do indivíduo e de sua família. Por isso, a riqueza era acumulada para ser ostentada, seu *valor* de uso era a sua exposição pública e o efeito social de domínio que produzia. Logo, a riqueza tinha uma utilidade política e social, por isso era consumida, e não investida (como veremos no capitalismo).

Existia uma rede de trocas bastante avançada e internacionalizada, principalmente em Roma, que dependia da importação de produtos de suas colônias e do exterior. Havia um sistema de emissão de moedas pelo estado, o que garantia o

desenvolvimento das trocas comerciais entre as diferentes regiões do Império, fazendo com que as moedas se transformassem na principal forma de pagamento. A moeda passou a ser fiduciária, ou seja, seu valor não era o preço do metal em que era fundida, mas o valor que representava, assim como as moedas atuais.

O estado se financiava por meio dos impostos, que incidiam em praticamente todas as atividades, desde as importações e exportações até taxas sobre as casas de prostituição. Para libertar um escravo, por exemplo, era necessário pagar ao estado 5% do seu valor. Todos esses recursos propiciavam uma vida farta para os governantes e garantia o financiamento da máquina estatal e militar.

A circulação de dinheiro se tornou tão intensa que surgiram os primeiros bancos, nos quais se realizavam depósitos e se negociavam empréstimos a terceiros. O crédito no banco poderia ser transferido para outra pessoa sem necessidade da utilização de moeda. O sistema bancário se desenvolveu de tal forma que era possível viajar de um canto a outro do Império Romano sem precisar levar grande quantidade de moeda, pois era possível negociar em bancas (agências) com o crédito que se tinha, o que evitava os riscos no transporte de dinheiro.

O modo de produção escravista, em especial em Roma – uma vez que a Grécia já havia sido incorporada ao Império Romano em 146 a.C. –, entrou em crise por diversas razões, entre elas a crise econômica causada pela alta inflação e a tentativa de contê-la por meio da desvalorização artificial da moeda e o tabelamento dos preços, dificultando assim a prática comercial. Os escravos se transformaram em uma mercadoria cara e rara, pois a expansão territorial havia chegado ao limite do possível, o que resultou na redução ainda mais drástica da força de trabalho disponível. A falta de emprego e a fome fizeram com que grande parte da população abandonasse as cidades para sobreviver no campo, retornando à condição de produção para o autoconsumo. Diante dessa fragilidade, tribos germânicas que vinham do norte e do leste da Europa começaram a

invadir territórios do Império, e por meio de uma migração em massa mudaram completamente o panorama social.

No ano de 476 d.C., a parte ocidental do Império Romano foi conquistada pelos germânicos, restando apenas o chamado Império Romano do Oriente, ou Império Bizantino, que tinha sua capital em Constantinopla (atual Turquia), e que sobreviveu por mais mil anos até sua queda em 1453 pelos turcos do Império Otomano.

COMO O MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVISTA RESPONDE ÀS TRÊS PERGUNTAS FUNDAMENTAIS DA ECONOMIA.

O que produzir?

A decisão sobre o que produzir é feita pelos donos de escravos.

Como produzir?

Os escravos realizavam todo o trabalho. Alguns plebeus livres também eram donos de escravos, e, portanto, mesmo pobres, também exploravam o trabalho cativo. Aqueles plebeus livres que não tinham escravos estavam condenados à pobreza, pois a forma de riqueza da sociedade provinha da escravidão. Produzir sem escravos era apenas uma forma de sobrevivência, mas não garantia uma vida digna para ninguém.

Como distribuir?

Tudo que o escravo produzia pertencia ao seu dono. O escravo recebia apenas a alimentação necessária para permanecer trabalhando. Os tributos alimentavam os governantes. O sistema de distribuição se dava por meio do sistema de trocas monetarizado. Ou seja, se produzia para conseguir dinheiro para comprar as mercadorias de que se necessitava, ou M – D – M (mercadoria – dinheiro – mercadoria).

LEI ECONÔMICA FUNDAMENTAL DO MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVISTA

O produto do trabalho dos escravos pertencia aos seus donos. Grande parte dos plebeus livres trabalhava para garantir a sobrevivência, mas o Estado cobrava deles altos tributos, o que os mantinha na pobreza. Todo o excedente econômico ia parar nas mãos dos senhores de escravos ou nos cofres do estado.

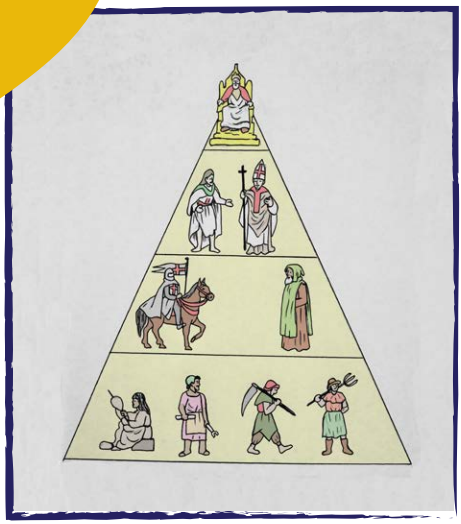
PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA DO MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVAGISTA

Divisão do trabalho: existe (classes sociais: escravos, plebeus, patrícios/aristocratas)

Forma de exploração principal: escrava (apropriação direta do produto do escravo)

Forças produtivas: simples

Excedente econômico: grande e apropriado pelo dono de escravos
Mercadoria: existe
Sistema de trocas: M – D – M (principalmente)
Dinheiro: existe e é bastante utilizado
Valor de uso (Vu): grande
Valor de troca (Vt): médio



Modo de Produção Feudal

O caso de Frederico: um servo na Europa Medieval

O outono estava só começando, mas Frederico, acompanhado de sua esposa Elma e seus cinco filhos, se apressa para terminar a colheita do trigo. O inverno estava chegando e era preciso armazenar a safra e plantar as culturas da estação. Um terço da sua produção, chamada talha, já estava separada para ser entregue ao senhor Amadeu, o senhor do feudal das terras onde Frederico e sua família moravam.

Amadeu era um homem rico. Em seu feudo, moravam duzentas famílias de servos, todos eles obrigados a pagar a talha anualmente. Esse era o preço para que Amadeu lhes permitisse cultivar a terra e garantisse a eles segurança contra saqueadores. Com isso, Amadeu a cada ano ficava mais rico. Todos os servos tinham que moer o trigo em seu moinho e deixar para ele mais uma parte do que haviam processado, uma taxa chamada banalidade. Frederico e os demais servos, toda semana, trabalhavam alguns dias nas terras que Amadeu havia destinado para seu próprio uso, prática essa que era chamada de "corveia". Depois de pagar todas essas taxas e tributos, Frederico ainda destinava parte do que lhe cabia para pagar o dízimo ao padre local. Ao final da colheita, pouco lhe restava.

Chovia na manhã que Frederico saiu de casa com sua carroça em direção ao mercado da vila. Dentro da carroça, estava o que havia restado para ele depois dos tributos pagos e da parte que havia destinado ao consumo de sua família durante o inverno. Não era muito: alguns sacos de trigo, queijos, porcos e galinhas, além de novelos de lã de ovelha que sua esposa fiava todas as noites.

Depois de cinco horas de viagem, ele chega à vila, que não era muito grande, com algumas dezenas de casas ao redor de uma praça cujo chão era coberto de lama. No centro dessa praça, dominando a paisagem, estava a igreja da vila, e à frente da igreja estava a feira.

Frederico então procura compradores para seus produtos. Em uma das barracas, encontra um comerciante interessado nos novelos de lã, mas o preço que estava disposto a pagar era muito baixo e ele não tinha nada que interessava a Frederico. Ele não desiste, vai de barraca em barraca tentando negociar e garantir sua lista de demandas. Ao final, consegue trocar suas galinhas por ferraduras para o cavalo. Os porcos foram negociados com um açougueiro, que lhe pagou com algumas moedas de cobre. O preço do trigo estava muito barato, pois todos haviam colhido na mesma época e o produto era abundante no mercado. Foi então obrigado a trocá-lo por sal e alguns utensílios de trabalho (foice e enxada). Os novelos de lã lhe renderam um bom dinheiro, com o qual pretende juntar com outras mercadorias e comprar uma vaca do seu vizinho quando retornar ao seu feudo. Não conseguiu ninguém interessado em seus queijos. Portanto, para não voltar com eles, decidiu doá-los ao serviço de caridade da Igreja.

Ao terminar os negócios, retorna à sua casa. No caminho, encontra um pregador, que, mesmo debaixo de chuva, reúne uma pequena multidão. Ele resolve parar e escutar o homem que falava que o Reino de Deus deveria ser na Terra, e que ninguém deveria viver do suor do outro. Ele escuta atento. Para ele, aquelas palavras são uma novidade. Depois segue seu caminho, pensando no que havia ouvido, e um pensamento o perturba: "Esta carroça estaria cheia se não precisasse deixar quase tudo que colho ao senhor Amadeu, aquele parasita. Que a alma dele encontre a justiça no inferno". Já é noite e sua casa fica logo depois da ponte. Elma o espera na porta com uma lamparina na mão.

Modo de produção feudal: também chamado de feudalismo ou Idade Média, teve sua formação na Europa a partir da crise do Império Romano (ano de 476) até o início da era moderna (ano de 1453), porém esse modo de produção se desenvolveu, em outros períodos, também na China e no Japão. Na Europa, esse período é dividido em Alta Idade Média (do século V ao século XI) e Baixa Idade Média (do século XI ao século XV). Leva o nome de feudal devido à estruturação econômica, social e política da época, pois durante a Alta Idade Média não havia praticamente um estado nacional e toda a administração era feita de maneira local, em territórios chamados feudos.

O **Modo de Produção Feudal** se organizou a partir do desmantelamento do Modo de Produção Escravista. Sem mão de obra escrava, a estrutura econômica teve de se reorganizar de outra maneira. Durante a Alta Idade Média, ocorreu a migração em massa da população para o campo, ocupando as terras do Estado, e começou a ser desenvolvida a agricultura de subsistência. As relações de troca regrediram, as cidades se enfraqueceram e a vida tornou-se praticamente dominada pelo trabalho no campo.

Renda da terra: é o recurso em dinheiro, produtos ou trabalho cobrado pelo dono da terra aos que nela desejam cultivar. Formas parecidas ainda existem no campo brasileiro, como os arrendatários e meeiros.

Diante desse quadro, o poder político também se descentralizou e foram formados milhares de pequenos territórios chamados *feudos*.

> *"O feudo clássico era uma área de propriedade agrária em poder de um vassalo, concedida por um senhor (suserano) em troca de serviço militar ou da prestação de ajuda e de assistência. Era uma expressão específica de uma relação de ordem mais geral interna à classe dominante feudal. Senhorio (suserania) e vassalagem constituíam essa poderosa relação, que se expressava pelo juramento de fidelidade (...)."*
>
> Fonte: BOTTOMORE, Tom (ed.), **Dicionário do Pensamento Marxista**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

A divisão de classes sociais no Modo de Produção Feudal era configurada da seguinte forma:

Classe dominante: senhor feudal (suserano)

Classe explorada: servos (vassalos). Os servos eram camponeses.

Setor social de apoio à classe dominante: clero (Igreja Católica).

Classe de trabalhadores livres: artesãos, que começam a reaparecer de maneira significativa apenas na Baixa Idade Média, com o fim do período de guerras contra os povos germânicos.

A economia desse MDP era, durante a Alta Idade Média, estruturada na agricultura familiar. A família de servos trabalhava na terra concedida pelo senhor feudal e assim produzia os bens para sua subsistência. O senhor exigia em troca parte da produção e dias de trabalho do servo em suas parcelas de terra administradas diretamente por ele. Ou seja, a forma específica de exploração do trabalho era a cobrança de renda da terra.

"O nível da renda feudal era determinado (...) pela capacidade que tinha a classe feudal de exercer sobre os camponeses formas não econômicas de coerção para extração da renda. A coerção não econômica significa que não há negociação de mercado entre os senhores feudais e os camponeses para produzir um nível de renda determinado pela oferta e pela procura de terra, mas que os rendeiros (camponeses) são obrigados a pagar renda por causa da força superior exercida pelo senhor da terra. (...) os camponeses, não sendo juridicamente livres,

Revoltas Camponesas: "No século XIV, a França foi mergulhada na guerra camponesa que entrou para a história sob o nome de Jacquerie. Em fins do século XIV, estalou na Inglaterra uma insurreição camponesa chefiada por Wat Tyler, que se estendeu a grande parte do país. Na Alemanha, no início do século XVI, eclodiu uma guerra camponesa, apoiada pelas camadas baixas das cidades, encabeçada por Thomas Müntzer.

As palavras de ordem lançadas pelos sublevados nas guerras camponesas da Inglaterra, da Tchecoslováquia e da Alemanha assumiam um caráter cada vez mais radical. A aspiração das massas exploradas do campo e da cidade a igualdade refletia-se na reivindicação da comunidade de bens.

Era uma aspiração à igualdade na esfera do consumo. Apesar de ser irrealizável, a reivindicação a uma comunidade de bens representava um caráter revolucionário para aquela época histórica, pois levantava as massas para a luta contra o jugo feudal."

Fonte: Manual de Economia Política, Academia de Ciências da URSS – Instituto de Economia, Editorial Vitória Ltda., Rio de Janeiro, 1961.

estavam privados de direitos de propriedade, embora tivessem direito ao uso da terra."

Fonte: BOTTOMORE, Tom (ed.), **Dicionário do Pensamento Marxista**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Essa obrigação em pagar a renda da terra ao senhor feudal é o fundamento do que foi chamado de servidão, ou seja, o camponês não é escravo (não é propriedade do senhor), o que é uma vantagem, pois ele pode ficar com parte do que produz. Mas o camponês ao mesmo tempo não é livre, ou seja, não pode deixar a terra nem pode vender o seu produto a outra pessoa que não ao dono da terra. Eram muitas as obrigações do servo para com o seu senhor: além das já mencionadas, o servo deveria pagar tributos anuais pela moradia, impostos temporários em caso de guerras e taxas para usar moinhos e outros equipamentos do senhor das terras, sendo que não poderia optar por não os usar. Os senhores feudais ofereciam aos servos, por sua obediência, a proteção contra saques dos povos estrangeiros, além de um sistema de justiça que garantia o mínimo de segurança à vida e aos poucos bens desses camponeses. Contudo, toda essa exploração gerou revoltas camponesas, que por vezes ameaçaram o poder dos senhores feudais.

A jornada de trabalho do servo era do amanhecer ao anoitecer, tendo apenas o domingo para o descanso. A estrutura da produção era baseada na mão de obra de toda a família. O trabalho feminino e das crianças era fundamental para garantir o cultivo e as tarefas intermináveis da atividade rural.

"É importante ressaltar como o trabalho feminino e o infantil estão presentes nessa sociedade. As necessidades de sobrevivência e as obrigações servis contribuem para isso. As crianças, desde que já possam exercer alguma atividade laborativa, ingressam no

mundo do trabalho para auxiliar na economia familiar. Assim, quanto mais filhos, maior poderia ser o aproveitamento produtivo. Pelo menos era essa a lógica que regia tal sociedade, e de maneira não muito distante podemos observar a mesma lógica sendo empregada nas comunidades rurais mais atrasadas hoje em dia."

Fonte: KNAPIK, Marcia Carneiro, **O trabalho humano: das sociedades comunais ao modo de produção feudal**, Curitiba, CEFURIA, 2011, p.49.

O excedente econômico praticamente não existia; a produção camponesa era destinada ao consumo familiar e ao pagamento da renda ao senhor das terras. O sistema de trocas era baseado na dinâmica M – M, mercadoria trocada por outra mercadoria (os bens eram produzidos para ser consumidos e somente a sobra era trocada). Não havia um volume significativo de dinheiro em circulação, o que impedia um sistema de acumulação por meio do comércio.

O poder político era extremamente descentralizado: cada senhor feudal estabelecia as leis e era o juiz de todas as questões dentro dos limites de suas terras, além de ser um chefe militar, que organizava exércitos e declarava guerras por conta própria. A conquista de feudos vizinhos era uma ambição dos senhores feudais, já que quanto mais terras, mais servos e mais poder. É daí que surgem os casamentos "arranjados" entre famílias ricas, que uniam seus patrimônios por meio do matrimônio, o que significava uma solução mais barata do que o conflito armado.

A Igreja Católica exercia o poder sobre a consciência do povo, justificando a condição de vida e a estrutura de classe como determinação divina. A ideologia religiosa da época dizia que as classes sociais eram produto da providência divina, pois: *"Os senhores de terras lutam nas guerras e protegem os fracos, o clero reza e garante a vida eterna, e o servo trabalha"*. Em contrapartida ao trabalho de justificação da servidão, a Igreja se enriqueceu com as doações dos senhores feudais,

todos querendo um bom espaço no céu, ou pelo menos castigos menores por seus pecados. A Igreja Católica, no final do feudalismo, era a maior proprietária de terras da Europa.

Baixa Idade Média e transição do Modo de Produção Feudal para o Modo de Produção Capitalista

Com o fim das invasões germânicas, por volta do século XI, a ameaça de guerras, violência e saques diminuiu. Com isso, a sociedade feudal entrou em processo de desenvolvimento econômico, político, cultural e demográfico. As cidades renasceram, e com elas o comércio, de modo que o sistema de trocas mercantil voltou a ser rotineiro. Essa época é chamada de Baixa Idade Média.

No campo, o uso de novas técnicas de plantio (rotação de culturas) e o emprego de moinhos hidráulicos, arado de ferro e outras ferramentas melhoraram o desempenho produtivo. As forças produtivas evoluíram no campo, criando o excedente econômico necessário para o renascimento do comércio nas cidades.

Nas cidades, uma diversidade de ofícios ressurgiu devido ao aumento do excedente econômico e fortalecimento da circulação de dinheiro. Atividades que antes eram feitas pelas famílias, como carpintaria, fiação e confecção de vestuário e fabricação de ferramentas e utensílios, passaram a ser realizadas por mestres artesãos especializados. Ressurgiram também os bancos, os empréstimos (e a cobrança de juros), enfim, um novo ciclo de acumulação que se inicia.

O sistema de trocas também se modificou. Com a maior circulação de dinheiro, a dinâmica mercantil ressurgiu com base no esquema M – D – M, ou seja, produção de mercadoria para troca por dinheiro para em seguida trocá-lo por outra mercadoria. O objetivo da produção passa a ser produzir para trocar.

O consumo aumenta na sociedade como um todo. Os mais ricos, inclusive, já

haviam acumulado suficiente para pagar por artigos de luxo vindos de outras regiões do mundo, como seda e porcelana chinesas, temperos indianos, cosméticos árabes e outros artigos que passaram a fazer parte da vida da classe dominante. Esses produtos eram trazidos pela rota da seda que ligava o Extremo Oriente à Europa, passando por Constantinopla (capital do Império Bizantino), e transportados no Mar Mediterrâneo por companhias navais das cidades de Gênova e Veneza.

O poder político também se modificou: aos poucos ocorreu a centralização do poder nas mãos de monarquias, que nada mais eram do que os senhores feudais mais ricos que possuíam aliança com a Igreja Católica. Aos poucos, as famílias que controlavam uma maior parcela de feudos construíram alianças mais fortes e começaram a reivindicar o trono e definir as fronteiras. Era o começo do ressurgimento do Estado Nacional centralizado, tal como hoje os conhecemos. Nos últimos dois séculos do feudalismo, um forte processo de centralização política deu origem ao que hoje conhecemos como França e Inglaterra, e logo depois Espanha e Portugal (que expulsaram os governantes muçulmanos da Península Ibérica em 1492) e os chamados Reis Católicos assumiram o trono da Espanha.

A centralização do poder político foi um passo importante para o desenvolvimento econômico dentro do feudalismo. Permitiu a unificação dos impostos, a criação de leis nacionais, bem como de uma moeda única para cada país, melhorando o desempenho comercial.

A cultura também floresceu, deixando para trás grande parte dos preconceitos e credos religiosos que impediam o desenvolvimento da literatura, das artes e da ciência, que eram de fato **obstáculos para o progresso**. Esse novo período foi chamando de Renascimento.

Obstáculos para o progresso: lembre-se de que o grande pensador dessa época, Galileu Galilei, foi obrigado a renegar sua descoberta científica – que a Terra é que rotaciona ao redor do sol, e não o contrário – porque a leitura da Bíblia, segundo a Igreja da época, não permitia essa afirmação.

Toda essa modernização da sociedade fez aparecer na história duas novas classes sociais, a burguesia e os trabalhadores assalariados. Nesse período, nas cidades, as pequenas oficinas de artesanatos começaram a se desenvolver e trabalhadores livres começaram a ser contratados. Eram os primeiros passos da formação de manufaturas, a infância da indústria moderna capitalista. Entretanto, esse crescimento deixava os artesãos também em uma situação de dependência em relação à burguesia comercial, que controlava o comércio de matérias-primas e agora eram os únicos capazes de cobrar os instrumentos de trabalho. Os artesãos, antes trabalhadores por conta própria, se transformaram paulatinamente em operários dos burgueses e, com isso, já não mais controlavam sua própria força de trabalho.

O fim do Modo de Produção Feudal se deu de maneira gradativa. Aos poucos, a importância econômica, cultural e política das cidades aumentou. Os senhores feudais perderam poder político devido ao surgimento das monarquias centralizadas e gradativamente perderam também o poder econômico. Os reis e a burguesia nascente se aliaram e a expansão das relações comerciais se intensificou. Os servos se revoltavam constantemente, pois:

> *"(...) concluía-se o processo de desintegração das relações feudais. Com o desenvolvimento da produção mercantil, cresceu o poder do dinheiro. Os latifundiários feudais substituíam pelo pagamento em dinheiro os tributos que antes eram pagos sob uma forma natural (produtos e trabalho). Os camponeses tinham agora de vender os produtos do seu trabalho e, com o dinheiro apurado, pagar aos senhores feudais. Os camponeses passaram a ter permanente necessidade de dinheiro, do que se*

aproveitavam os atravessadores e usurários para colocá-los sob sua dependência. (...) piorava a situação dos servos."

Fonte: **Manual de Economia Política, Academia de Ciências da URSS – Instituto de Economia**, Editorial Vitória Ltda., Rio de Janeiro, 1961.

Entretanto, a decadência do Modo de Produção Feudal não possui uma única causa, foi um longo período de desgaste que durou entre os séculos XV e XVIII, o que significa trezentos anos de definhamento. Não é correto afirmar que ocorreu uma mudança imediata do sistema feudal para o capitalista. Na verdade, os dois modos de produção conviveram de maneira conflitiva nesse período: enquanto o feudalismo perecia, o capitalismo nascia e se fortalecia. Alguns historiadores indicam que nesses 300 anos existiu uma espécie de capitalismo comercial, que deixaria de existir com a Revolução Industrial. O que é plausível, porém é importante ressaltar que várias instituições e relações sociais feudais permaneceram até o final do século XVII, chegando ao seu fim com a Revolução Francesa (1789-1799).

Uma série de eventos históricos desse período contribuiu para o enfraquecimento do Modo de Produção Feudal e o surgimento do Modo de Produção Capitalista. Aqui são apresentados alguns acontecimentos marcantes:

Ano de 1453: Constantinopla, capital do Império Bizantino, é tomada pelos turcos do Império Otomano. A rota das mercadorias da Ásia é interditada devido aos altos impostos cobrados pelos novos senhores da rota. Com isso, os Europeus se vêm obrigados a procurar novos caminhos para o oriente, e daí surgem as Grandes Navegações.

Ano de 1492: os Reis Católicos (de Aragão e Castela) expulsam definitivamente os muçulmanos da Espanha, colocando fim à reunificação do país. No mesmo ano, sob as ordens da coroa espanhola, Cristóvão Colombo chega à América, dando início ao

processo de colonização e exploração do Novo Mundo, rico em recursos naturais.

Ano de 1498: Vasco da Gama contorna completamente o continente africano e chega a Calicute, na Índia. Esse feito abre uma rota comercial estratégica para Portugal.

Ano de 1500: Pedro Álvares Cabral aporta no Brasil e começa o período de colonização portuguesa nas Américas.

Esses eventos e seus desdobramentos econômicos e políticos são fundamentais para o desmantelamento do Modo de Produção Feudal. As riquezas saqueadas nas Américas elevam a acumulação para um nível jamais visto na história europeia. O retorno do trabalho escravo (de cativos africanos) nas colônias americanas reconfiguram de maneira profunda as relações de trabalho e a produção de bens.

O capitalismo começa a se desenvolver na Europa, financiado pelos recursos e pelo sangue que derramava no Novo Mundo.

COMO O MODO DE PRODUÇÃO FEUDAL RESPONDE ÀS TRÊS PERGUNTAS FUNDAMENTAIS DA ECONOMIA.

O que produzir?

A decisão sobre o que produzir é de responsabilidade do servo, desde que pague os tributos ao senhor das terras. A produção nos campos, destinada ao senhor, é decidida segundo a vontade dele.

Como produzir?

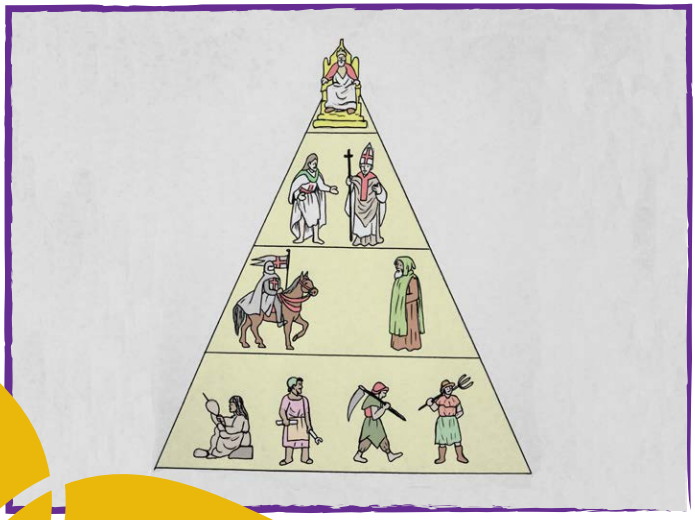
Os servos realizam todo o trabalho com a mão de obra da família, e a produção é basicamente rural. Nas cidades, existem trabalhadores livres, artesãos que produzem por conta própria e vivem de trocar as mercadorias que fabricam por alimentos.

Como distribuir?

O produto do trabalho da família de servos é destinado à subsistência. Parte dessa produção é transferida em forma de tributos (renda) ao senhor das terras. Quando sobra alguma mercadoria, ela é trocada no mercado por outros produtos necessários ao consumo familiar. O sistema de trocas é simples, ou seja, M – M (mercadoria trocada por outra mercadoria), porém existe também a possibilidade de vendê-las por dinheiro, nesse caso M – D – M (mercadoria vendida por dinheiro, que é usado para compra de outra mercadoria).

LEI ECONÔMICA FUNDAMENTAL DO MODO DE PRODUÇÃO FEUDAL

Consiste na produção do produto suplementar para os senhores feudais, sob a forma de renda feudal da terra, através da exploração dos camponeses dependentes.



PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA DO MODO DE PRODUÇÃO FEUDAL

Divisão do trabalho: existe (classes sociais principais: servos, senhores feudais e clero)

Forma de exploração principal: renda cobrada dos servos.

Forças produtivas: simples

Excedente econômico: pouco e apropriado pelo senhor feudal.

Mercadoria: existe

Sistema de trocas: M – M (principalmente), M – D – M (eventualmente)

Dinheiro: existe, porém e pouco utilizado na Alta Idade Média. Começa a circular em maior volume na Baixa Idade Média.

Valor de uso (Vu): grande

Valor de troca (Vt): pequeno

Resumo do Capítulo:

Os modos de produção são formas específicas que as sociedades humanas criam para responder às três perguntas fundamentais da economia (ver Capítulo II). A cada momento histórico e território, os seres humanos, em coletividade, desenvolveram modos de vida que lhes permitiam responder às necessidades de seu tempo. Entretanto, tais respostas não foram boas para todas as pessoas envolvidas. Em alguns modos de produção, uma minoria se beneficiou do trabalho alheio enquanto outros viviam exclusivamente para trabalhar. As classes sociais surgem da divisão social do trabalho. Em cada modo de produção, a relação entre as classes acontece de uma determinada maneira, originando desigualdades e conflitos (luta de classes). As classes beneficiadas com a exploração oprimem aquelas que reivindicam uma vida mais justa e o controle do produto de seu trabalho. A história da humanidade é escrita por essa luta milenar entre opressores e oprimidos.

Atividades pedagógicas do capítulo

Dinâmica pedagógica #5: O teatro de bonecos da história

A dramatização é uma técnica que promove o aprofundamento de um processo formativo nas dimensões da criatividade, sensibilização e entretenimento. O teatro de bonecos é uma das práticas culturais mais antigas e tem uma relação profunda em todos os seres humanos. Isso porque a construção e atuação de um personagem é uma excelente maneira de acessar a nós mesmos, nossas características assumidas ou não. Ao representar um personagem nessa dinâmica, para além de entendermos um pouco mais sobre nosso cotidiano e as opressões existentes, temos a oportunidade de procurar imaginar também o cotidiano de uma outra pessoa, em uma outra época.

A técnica passa por discutir e criar os personagens e uma historinha que explique o cotidiano ou um problema recorrente das classes nos diferentes modos de produção.

1. Objetivo
Pretende construir coletivamente, de maneira lúdica e imaginativa, uma vivência teatral de bonecos na perspectiva de promover as(aos) participantes uma compreensão mais profunda do cotidiano, cultura e pensamento dos membros das classes oprimidas e das classes opressoras nos diferentes modos de produção historicamente conhecidos (tribal, tributário, escravagista, feudal, capitalista).

2. Tempo
3 horas

3. Materiais necessários
Papel, palitinhos de churrasco, um caixa de papel (palco do teatrinho), tintas de colorir, fios de lã ou qualquer outro material de fácil acesso que possa se transformar em um boneco.

4. Metodologia

1. A(o) assessora(o) deverá preparar com antecedência materiais para a confecção dos bonecos, que podem ser no formato de mamulengos (bonecos que ficam sentados nas pernas), marionetes, fantoches (bonecos feitos nas luvas), entre outras tantas técnicas.

2. Uma forma rápida e fácil de fazer um boneco é desenhar um personagem, ou recortar de uma revista ou jornal, e colá-lo em um palito.

3. Os personagens devem representar opressores e oprimidos em diferentes modos de produção.

4. As(os) participantes devem ser divididos em 5 grupos. Cada um deles ficará responsável por um dos modos de produção estudados (tribal, tributário, escravagista, feudal, capitalista). O trabalho em grupo deverá demorar por volta de 45 minutos.

5. Cada grupo deverá criar pelo menos dois bonecos. Esses personagens podem ser da mesma classe ou de diferentes classes sociais de um modo de produção.

6. O grupo ainda tem de criar uma historinha curta, na qual os bonecos vão representar os personagens dessas historinhas. A história deve dizer algo sobre o modo de produção dado ao grupo. Deve partir de um problema, uma característica daquele modo de produção. Por exemplo: ao se tratar do modo de produção escravagista, pode ser que os bonecos representem dois escravos conversando sobre a situação deles, ou um plebeu sendo discriminado por um aristocrata. O importante é dar asas à imaginação.

7. Com os personagens e a historinha pronta, o grupo deve ensaiar a pequena peça teatral.

8. Depois de tudo pronto, o grupo deve fazer uma apresentação aos demais participantes da formação. Depois de apresentadas todas as 5 peças, pode-se abrir a discussão por mais alguns minutos para o processo de avaliação dos conteúdos, sugestões, etc.

9. Caso exista tempo, a(o) assessora(o), depois das apresentações, pode convidar todos os "personagens" das historinhas para subir ao palco e debater suas situações uns com os outros. Isso é interessante para identificar o que permanece e o que foi superado dos modos de produção anteriores ao capitalismo.

Dica 1: Você poderá usar os personagens e as histórias presentes neste livreto para montar sua peça teatral.

Dica 2: Caso tenha algum problema em formular os personagens e a história do capitalismo, basta ler com mais atenção os capítulos III e IV. Para os demais personagens, basta utilizar o capítulo IV.

Dinâmica pedagógica #6: Jogo da história

A tarefa é que coletivamente se construa a linha do tempo com os cartões, posicionando cada um deles no seu referido modo de produção.

Trata-se de uma dinâmica pedagógica que permite, de maneira lúdica, reforçar os conceitos e características principais de cada modo de produção (tribal, tributário, escravista, feudal e capitalista). Trata-se de uma linha do tempo dividida em 5 partes, cada uma delas representando um modo de produção já citado. Os participantes precisam descobrir como montar essa linha do tempo usando os conceitos e as características indicadas nas cartas que são oferecidas pela(o) assessora(o).

1. Objetivo
Criar uma linha do tempo com as características fundamentais de cada modo de produção, propiciando refletir sobre o papel das(os) trabalhadoras(es) na construção da história.

2. Tempo
1 hora e meia

3. Materiais necessários
Tarjetas, canetinhas (atômicas ou Pilot)

4. Metodologia
1. A dinâmica exige que a(o) assessora(o) prepare com antecedência um jogo de tarjetas, cartas, cartões ou folhas de papel contendo cada uma um conceito escrito, se possível uma figura que simbolize esse conceito. Para cada modo de produção, será preciso um conjunto de tarjetas com as características que lhe são pertinentes. O quadro a seguir pode ser usado para isso, basta que cada cédula dele seja uma tarjeta.

MODOS DE PRODUÇÃO: QUADRO SINTÉTICO

MODOS DE PRODUÇÃO							
	Comunismo Primitivo Modo de Produção Tribal			Tributário	Escravismo Antigo	Feudalismo	Capitalismo
	Período de surgimento dos MDP	Tribos nômades 4 milhões de anos atrás	Comuna Agrícola 10 mil anos a.C.	4 mil anos a.C	1.200 anos a.C.	Século VI d.C.	Século XV
O que produzir?	Regiões de existência	Em todo o mundo	Na maior parte do mundo	Sociedades na América, Ásia e África	Grécia e Roma	Europa	Começou na Europa e se expandiu para o mundo
	Decisão sobre a produção	Coletiva	Coletiva	Do Estado	Da classe proprietária	Dos produtores individuais	Dos capitalistas individualmente
	Atividades produtivas fundamentais	Caça, pesca e coleta	Agricultura e pecuária	Agricultura, pecuária e obras públicas	Agricultura, pecuária e manufaturas	Agricultura e pecuária	Manufatura e indústria
Como produzir?	Desenvolvimento das forças produtivas	Baixo e em lento desenvolvimento	Domesticação de plantas e animais	Construção civil, obras públicas, sistemas hidráulicos	Metalurgia, navegação, instrumentos de trabalho agrícola (arado)	Sistema de rotação de culturas, melhoria dos instrumentos de trabalho. Ampliação do uso de animais de tração	Criação da indústria. Desenvolvimento acelerado das forças produtivas
	Propriedade dos meios de produção	Propriedade comunal	Propriedade comunal	Propriedade comunal e estatal	Propriedade privada da terra, escravos e instrumentos de produção	Propriedade privada da terra	Propriedade privada de todos os meios de produção
	Divisão social do trabalho (classes fundamentais)	Por gênero e geração. Não há classes	Territorial e por atividades. Não há classes	Campo – cidade ou camponeses e a burocracia estatal	Amos (donos de escravos e terras), escravos e cidadãos livres (trabalhadores artesãos)	Servos (camponeses), senhores feudais (aristocracia) e clero (religiosos)	Proprietários dos meios de produção (capitalista) e não proprietários (trabalhadores

	Comunismo Primitivo Modo de Produção Tribal			Tributário	Escravismo Antigo	Feudalismo	Capitalismo
Como produzir?	Relações Sociais de produção	Comunitá-rias. Sem antago-nismo	Comuni-tárias. Sem antago-nismo	Tributárias. Sem antagonis-mo	Escravistas. Antagonis-mo de classe	Feudais. Antagonis-mo de classe	Capitalistas. Antagonis-mo de classe
Como distribuir?	Relações sociais de distribuição	Igualitá-rias/comu-nitárias	Igualitá-rias/co-munitárias	Predomi-nantemente igualitária	Desiguais/ organizada por classes sociais	Desiguais/ organizada por classes sociais	Desiguais/ organizada por classes sociais
	Excedente econômico	Não há	Excedente econômico eventual	Excedente econômico/ controle estatal distribui-ção pública de reservas	Excedente econômico	Excedente econômico	Excedente econômico
	Sistema de troca predomi-nante	-	M – M	M – M e M – D – M	M – D – M	M – D – M	D – M – D

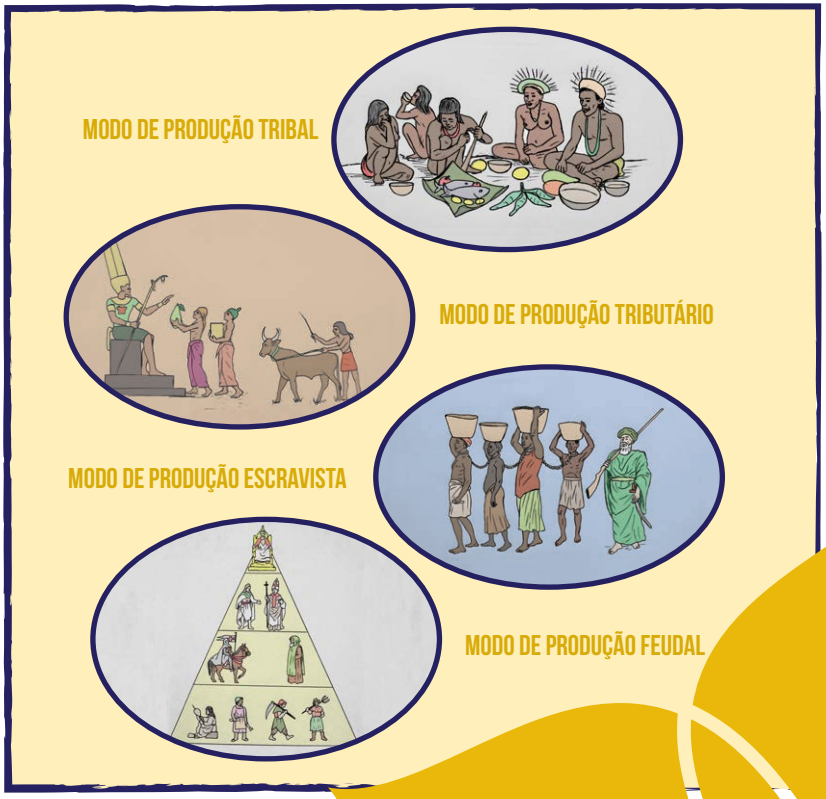
2. As tarjetas devem ser embaralhadas. A(o) assessora(o) deve então desenhar uma linha do tempo no chão ou no quadro, de modo que todos possam visualizá-la.

3. Logo em seguida, as tarjetas devem ser distribuídas entre os participantes. Eles deverão debater entre eles e colocar a tarjeta (com a característica escrita ou desenhada) na parte da linha do tempo que lhe é correspondente.

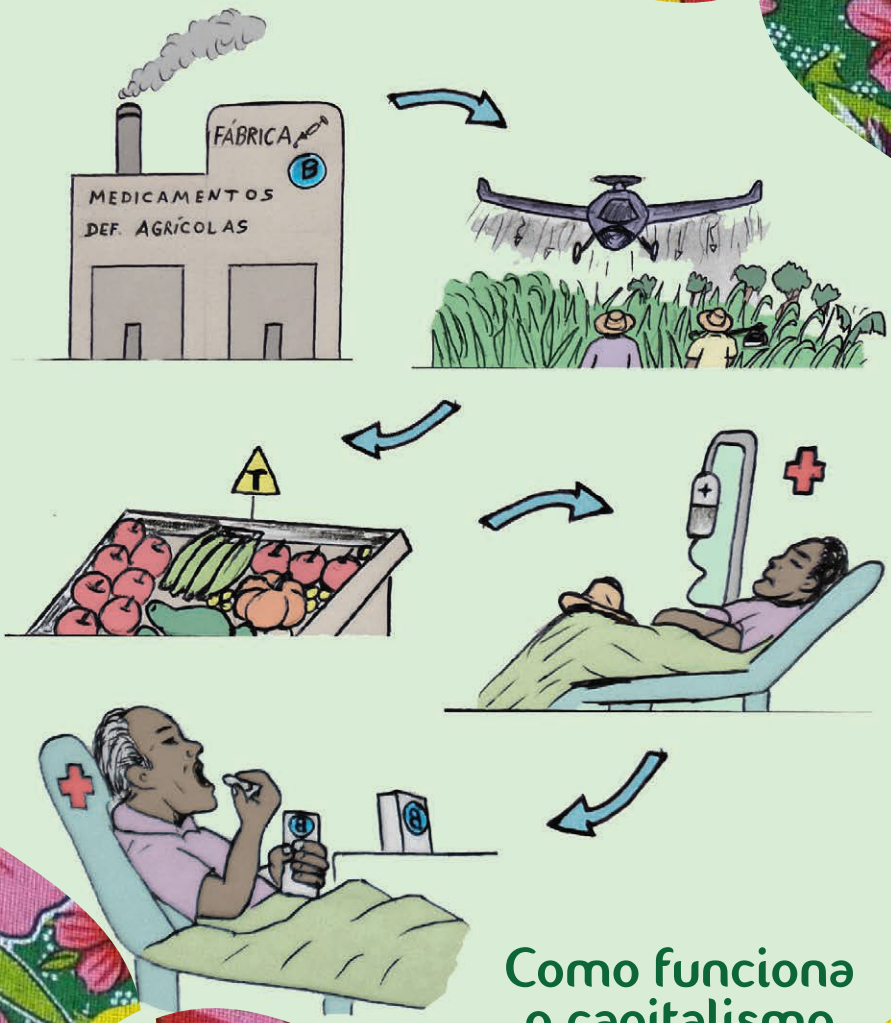
4. É importante que as pessoas discutam a tarjetas das outras e tentem chegar a um acordo sobre onde colocar cada uma delas.

5. Depois de 10 a 15 minutos, a(o) assessora(o) deve fechar a dinâmica, fazendo correções e comentários sobre o resultado final, que deve parecer uma linha do tempo com todas as características que envolvem cada modo de produção. O jogo da história finaliza-se quando a linha do tempo com o resumo de tudo que foi discutido na dinâmica estiver concluída.

6. A dinâmica ficará mais fácil se os(as) participantes utilizarem como base a leitura dos capítulos IV e V do livreto, em especial as partes em cada subitem dos capítulos com a síntese dos conteúdos: "Principais características da economia dos modos de produção", "Lei econômica fundamental" e "Como o modo de produção responde às três perguntas fundamentais da economia?".



CAPÍTULO V



Como funciona o capitalismo

Formação do Modo de Produção Capitalista

O **Modo de Produção Capitalista** ou Sistema Capitalista aparece inicialmente na Europa. Seu processo de formação começa aproximadamente no século XVI e se consolida no século XVIII. Durante o fim do feudalismo, como já vimos, as relações comerciais se intensificam, e com elas o sistema de trocas comerciais começa a se modificar. A produção gradualmente deixa de ser destinada prioritariamente para o autoconsumo familiar (valor de uso) e passa ser destinada para a troca (valor de troca). Isso foi possível porque as *forças produtivas* (tecnologias, ferramentas, etc.) se desenvolveram, o que permitiu o aumento da produção e, com isso, a ampliação do excedente econômico.

A exploração das riquezas da América, África e Ásia, por meio do estabelecimento de colônias, foi um fator determinante do desenvolvimento do capitalismo europeu. Esse período, geralmente chamado de Era das Grandes Navegações, também é definido por alguns estudiosos como **Capitalismo Comercial ou Mercantil**. Entretanto, como veremos adiante, a lógica de acumulação entre o Capitalismo Comercial ou Mercantil e o Capitalismo Industrial é qualitativamente diferente. Independentemente do termo, é fundamental compreender que a acumulação de riqueza se dava pela negociação de produtos das colônias no mercado europeu. Isso permitiu o enriquecimento da classe mercantil e a maior arrecadação de impostos pelo Estado.

Modo de Produção Capitalista: "Denominação do modo de produção em que o capital, sob suas diferentes formas, é o principal meio de produção. O Capital pode tomar a forma de dinheiro ou de crédito para a compra de força de trabalho e dos materiais necessários à produção, a forma de maquinaria física (capital em sentido restrito), ou, finalmente, a forma de estoques de bens acabados ou de trabalho em processo. Qualquer que seja a sua forma, é a propriedade privada do capital nas mãos de uma classe, a dos capitalistas, com a exclusão do restante da população, que constitui a característica básica do capitalismo como modo de produção."

Fonte: **BOTTOMORE, Tom (ed.), Dicionário do Pensamento Marxista**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

As trocas ainda se davam pelo sistema M – D – M, porém em um volume muito maior do que o verificado na Idade Média. Para conseguir esse volume de comércio, os europeus optaram por reinventar o trabalho escravo nas colônias, uma vez que não dispunham de mão de obra em seus próprios países para explorar as riquezas das terras recém-conquistadas, principalmente na América. Mais adiante, voltaremos a esse tema.

Enquanto os recursos naturais e a mão de obra escrava africana estavam sendo explorados na América, uma classe social se fortalecia na Europa: a burguesia. Com o fortalecimento dos Estados e o crescimento das cidades, os comerciantes – também chamados de "burgueses" por serem uma classe urbana – começaram a centralizar grande parte da riqueza produzida pela sociedade, ao ponto de os artesãos livres urbanos tornarem-se dependentes, já que não tinham condições de investir em seu trabalho, tendo então de recorrer ao dinheiro de agiotas (burgueses).

A dependência só aumentou com o passar dos anos, chegando ao ponto em que todos os instrumentos de trabalho dos artesãos – ou seja, os meios de produção – passaram a pertencer a esses credores, e o que restou aos artesãos foi unicamente sua força de trabalho. Artesãos, que antes produziam individualmente, agora, por imposição dos burgueses, foram agrupados no mesmo lugar de trabalho, uma manufatura, que nada mais era que um galpão no qual os artesãos trabalhavam juntos e não eram mais donos de seus instrumentos nem do local de trabalho. E, por não serem mais

Manufatura: O processo de produção na manufatura era praticamente o mesmo das oficinas dos artesãos: cada produtor realizava todas as etapas da fabricação do produto. Por exemplo: se a produção fosse de sapatos, então cada produtor deveria cortar o couro, cortar a sola, costurar, etc., até que o par de sapatos estivesse pronto. Ou seja, a produção ainda estava vinculada à habilidade do produtor, o que era um inconveniente, porque, mesmo trabalhando no mesmo local, os artesãos, na prática, executavam sozinhos a sua tarefa, o que prejudicava a qualidade e o ritmo da produção.

donos de seus instrumentos nem do local de trabalho, também não eram donos mais do produto que fabricavam. Tudo pertencia ao dono dos meios de produção, no caso o burguês.

O burguês passou a pagar o salário pela mão de obra do artesão. O processo de assalariamento da força de trabalho é o que inaugura o capitalismo, ou seja, o que define o próprio modo de produção capitalista. O assalariamento é importante porque ele indica que os produtores não são mais donos dos meios de produção: esses meios agora estão sob o controle da burguesia. A novidade está em compreender que:

> *"O Capitalismo não era apenas um sistema de produção para o mercado (...), mas um sistema de acordo com o qual a força de trabalho (se transforma a si própria em uma mercadoria) e é vendida e comprada no mercado, como qualquer outro objeto de troca. Seu requisito histórico era a concentração da propriedade dos meios de produção em mãos de uma classe, consistindo de apenas uma parte pequena da sociedade, e o aparecimento consequente de uma classe destituída de propriedade, para a qual a venda de sua mão de obra era a fonte única de sua subsistência. A atividade produtiva era por isso suprida por ela, não em virtude de compulsão ou obrigação legal, mas na base de um contrato salarial."*
>
> Fonte: DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973, p.19.

Logo, é importante compreender as similaridades e as diferenças entre o capitalismo e os demais modos de produção estudados no capítulo anterior. Primeiro as similaridades:

A **mercadoria** não surge com o capitalismo, ela está presente nos demais modos de produção. O fato de o capitalismo ser também uma sociedade mercantil não quer dizer que outros modos de produção não tenham mercadoria, como no escravismo ou no feudalismo.

O uso do **dinheiro** não é também exclusividade do capitalismo: desde o modo de produção tributário, o dinheiro é usado como equivalente geral.

A **propriedade privada** também não surge no capitalismo, pois já nas sociedades agrícolas antigas a relação de propriedade é presente.

A existência de uma classe mercantil e acumuladora também não é exclusividade do capitalismo: os mercadores existem desde o início da produção de excedente econômico, bem antes de existir o capitalismo.

E agora as diferenças: a grande diferença do capitalismo para outros sistemas é que a forma de exploração, ou seja, a relação entre os que trabalham e os que não trabalham é contratual, e não uma imposição legal. No capitalismo, não existe uma lei que obrigue as pessoas a trabalhar nem que indique onde elas devem trabalhar. O que faz as pessoas trabalharem é a necessidade econômica, e não a lei.

Os servos e os escravos eram obrigados pela lei a transferir o que produziam para o seu senhor: o servo porque estava vinculado ao feudo e não tinha a opção de mudar de local de moradia e trabalho (isso porque jurou lealdade ao senhor feudal), e o escravo porque pertencia ao seu dono. De maneira diferente, o explorador no capitalismo – ou seja, o burguês ou empresário – não é dono do trabalhador, por isso precisa comprar constantemente a força de trabalho dele. O trabalhador no capitalismo é dono de sua força de trabalho, mas, diferentemente do artesão de outros modos de produção, ele perdeu a propriedade dos instrumentos de trabalho (meios de produção). Sem instrumentos para trabalhar

por conta própria, ele é obrigado a vender o que tem para sobreviver: a força de trabalho.

Portanto, podemos dizer que, no modo de produção capitalista, o burguês (ou capitalista) é a classe dominante, porque é dona dos meios de produção. E o trabalhador, por ter somente a força de trabalho, tem como única opção de sobrevivência a venda de sua força de trabalho em troca do salário (que é o preço da força de trabalho). O capitalista é um comprador de força de trabalho e o trabalhador é um vendedor dela. A novidade aqui é que a **força de trabalho é uma mercadoria** (a única que o trabalhador pode vender), e não o produto de seu trabalho, pois, ao vender a sua força de trabalho, ele perde o direito sobre o resultado do seu trabalho.

Mas isso é só uma parte da lógica capitalista. A outra parte é a ponta do consumo. O salário recebido é consumido pela família do trabalhador, e com ele se adquire bens (mercadorias) para serem utilizados na alimentação do corpo desse trabalhador, ou seja, reabastece a energia que esse indivíduo precisa para voltar a trabalhar. E, além disso, alimenta seus dependentes para que também se tornem trabalhadores futuramente. Logo, o trabalhador vende sua força de trabalho, recebe o salário e o consome para continuar trabalhando e produzindo uma nova geração de trabalhadores (seus filhos). Os bens que esse trabalhador compra para se reproduzir enquanto força de trabalho são, logicamente, mercadorias vendidas pelos capitalistas, que pertencem à classe que comprou a força de trabalho. Em resumo, o trabalhador é forçado, por sua situação econômica, a vender sua força de trabalho e logo depois comprar o que ela mesma produziu, simplesmente porque a propriedade dos meios de produção está nas mãos de uma minoria de capitalistas.

Para enriquecer, o capitalista precisa de dois personagens: o produtor e o consumidor de suas mercadorias. Ele resolve esse problema juntando os dois personagens em um único ator: o trabalhador assalariado. Ele produz para consumir e consome para produzir.

O problema parece simples para alguém que vive os dias de hoje, nos quais o capitalismo já está completamente estruturado em nossa sociedade. Entretanto, no período do seu desenvolvimento, a situação era diferente. Mesmo produzindo e empregando o artesão, transformando-o em assalariado, os capitalistas não tinham consumidores suficientes nem uma oferta de matéria-prima que suprisse sua demanda, ainda que pequena. Para se transformar em um Modo de Produção, o capitalismo precisou ampliar a oferta de matérias-primas e gerar consumidores.

O mecanismo utilizado para ao mesmo tempo gerar mais trabalhadores (produtores + consumidores) e uma maior oferta de matérias-primas foi retirar dos servos o direito de uso da terra. Essa política de retirada dos camponeses das terras em que produziam foi chamada de cercamento, pois a pequena produção camponesa foi destruída e suas casas demolidas, tudo para que a produção de monocultura pudesse acontecer. Logo tratou-se da expropriação do direito de uso camponês das terras do senhor feudal, ou seja, o principal meio de produção do camponês foi tomado dele pelos capitalistas. Isso foi chamado por Karl Marx de **Acumulação Primitiva de Capital**.

Força de trabalho como mercadoria: o artesão dos outros modos de produção vendia o produto de seu trabalho (as coisas), como o sapato, o tecido, o vinho. No capitalismo, o trabalhador vende seu esforço físico e mental. Isso é uma diferença fundamental entre o sistema capitalista e os demais MDP.

O resultado da Acumulação Primitiva de Capital foi a criação de uma multidão de camponeses miseráveis que, para não morrer de fome, se viam obrigados a vender sua força de trabalho nas cidades e a morar em periferias precárias, sujeitos a todo tido de problemas: doenças, criminalidade, fome, desintegração das relações familiares, etc. Para os capitalistas, essa foi a chave de ouro do seu sucesso: ao promover a migração para as cidades, cresceu a oferta de força de trabalho. E, assim, o capitalista pôde diminuir os salários dos seus empregados, que, por medo de serem substituídos por outros, se sujeitavam a qualquer remuneração. Ao mesmo tempo, essa multidão precisava se abastecer e a única fonte era comprar mercadorias vendidas pelos capitalistas, pois já não tinham como produzi-las por conta própria.

Acumulação Primitiva de Capital: segundo Karl Marx, esse processo foi o fim definitivo do feudalismo e o início do capitalismo. Os capitalistas começaram a alugar os campos dos proprietários (os antigos senhores feudais) para a produção de bens para serem consumidos nas fábricas (no caso da Europa foi principalmente a criação de ovelhas para a produção de lã que se destinava à fabricação de tecidos). Ao alugar as terras, ocorreu a expulsão dos servos-camponeses, que não tinham mais como garantir sua subsistência e foram obrigados a migrar para as cidades e a procurar emprego junto aos capitalistas, ou seja, a se transformar em trabalhadores assalariados.

Entretanto, os capitalistas ainda tinham um problema. Antes, seus assalariados eram antigos artesãos e, por isso, conheciam as técnicas necessárias para a produção das mercadorias, ou seja, dominavam o processo de fabricação em todas as suas etapas, o que tratamos anteriormente como *manufaturas*. A questão é que essa nova multidão de ex-servos camponeses não sabia produzir as mercadorias manufaturadas, pois eles eram agricultores e não conheciam as técnicas de fabricação mais avançadas da época. Ensiná-los a produzir a mercadoria no sistema de manufaturas também não era uma opção, pois os artesãos demoraram anos até dominarem completamente seu ofício, seja a carpintaria, metalurgia, alfaiataria, etc. Foi em resposta a esse problema que surgiu a indústria moderna, que mudou completamente o jeito de

produzir e a relação entre o produtor e o produto, a partir da chamada linha de produção.

Nesse novo processo de trabalho, a produção de uma mercadoria é dividida em diferentes etapas, e cada uma delas é executada por um tipo de trabalhador. Ou seja, a linha de produção simplifica o trabalho de quem executa, fazendo dessa pessoa um especialista naquela tarefa específica e mais simples de forma rápida. Por exemplo: na produção de sapatos, no sistema de produção na manufatura, cada trabalhador realizava todas as etapas até o par de sapatos estar pronto. Com a linha de produção, cada tipo de trabalhador faz uma parte do sapato: o grupo 1 só corta o couro, o grupo 2 apenas corta a sola, já o terceiro grupo costura o couro, o grupo 4 coloca a sola, o grupo 5 coloca a fivela, e outro grupo embala o sapato. Se por um lado o trabalho de cada produtor se tornou simples, há outra consequência importante: o trabalhador agora não conhece mais todas as etapas de produção, e, portanto, não sabe fazer um sapato inteiro, tendo sido apenas treinado para fazer de maneira repetitiva uma única e simples tarefa.

Esse trabalhador não precisa de um longo treinamento. Em apenas alguns dias de trabalho, já está adestrado a executar o que mandam. Os capitalistas, além de não precisarem mais de trabalhadores qualificados, também terão resultados melhores em qualidade e quantidade. Em qualidade porque seus produtos terão um padrão, serão todos iguais, favorecendo sua venda. Em quantidade porque, com a linha de produção, o ritmo de fabricação dos

Alienação: Para Paulo Freire, a alienação é a "(...) perda da condição de sujeito na sociedade. Perda efetiva nos processos históricos, que reduzem as populações a condições desumanas de vida, à subserviência, à posição de exploração, que diminuem a capacidade dos homens de ser mais."

Fonte: STRECK, D.; REDIN, E. e ZITKOSKI, J.J. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire.** Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2008, p.36.

produtos se acelera, ou seja, é necessário menos tempo para se produzir a mercadoria, pois o operário, ao repetir a mesma tarefa tantas vezes ao dia, acaba ficando com a habilidade em executar os mesmos movimentos cada vez mais precisa, diminuindo o tempo gasto.

A linha de produção tem um impacto brutal na forma como esse operário se percebe e compreende o mundo. Ele não domina mais as técnicas de sua subsistência nem sequer tem conhecimento para produzir algo completamente. Ele se vê pequeno, apenas uma parte minúscula de uma grande engrenagem. A especialização do trabalho gera um obstáculo para a percepção da realidade geral, e esse regime de trabalho especializado cria um sujeito **alienado** do mundo. Soma-se ainda a grande jornada de trabalho a que eram submetidos os operários do início do capitalismo (jornadas de até 20 horas diárias já foram documentadas): com tão pouco tempo livre, não há oportunidade para pensar além das necessidades mais básicas.

A partir do século XIII, ocorreu mais um grande avanço das forças produtivas. Além da linha de produção, foram introduzidas máquinas a vapor nas indústrias, o que acelerou de maneira significativa o ritmo da produção. As máquinas não trabalham por si mesmas: na verdade, elas servem para multiplicar a força do trabalho humano, fazendo com que esse trabalho se torne mais produtivo (crie mais mercadorias em um menor tempo). Os trabalhadores, portanto, realizam o trabalho não mais no seu ritmo, mas no tempo da máquina.

Como funciona a economia capitalista: o caso da operária Carolina

Carolina é operária de uma fábrica de componentes eletrônicos. Ela é montadora, ou seja, posiciona os componentes eletrônicos em uma placa, que será o circuito interno de vários equipamentos eletrônicos, como rádios, aparelhos de TV, computadores, celulares, etc.

Sua função, portanto, é organizar aquelas pequenas peças transformando-as em uma peça mais elaborada. Não sabe como foram feitas as pequenas peças (*chips*, transistores, circuitos integrados, diodos, etc.) nem tem ideia de como aquela peça vai funcionar, pois ela apenas recebe instruções de como montar a placa, mas não sabe qual será o resultado final, como um computador ou uma televisão.

O fato é que Carolina transforma produtos semielaborados, com a ajuda dos *meios de produção* (máquinas e ferramentas), em uma coisa útil – o circuito de um computador, por exemplo –, ou seja, ela transforma peças em um *valor* de uso novo. As máquinas que ela utiliza não realizam o trabalho, apenas multiplicam a capacidade de trabalho de Carolina.

Carolina faz o que todos os trabalhadores na história fizeram, um valor de uso. Nisso ela é igual a um indígena do Modo de Produção Tribal, um camponês no Modo de Produção Tributário, uma escrava no Escravismo, ou um servo no Feudalismo. O que diferencia Carolina são as *relações de produção*: ela vende sua força de trabalho em troca do *salário*. Ela cria mercadorias para o capitalista dono da fábrica, porém essas mercadorias não têm valor de uso para o capitalista, mas apenas *valor de troca*. O dono da fábrica não consome tudo que a fábrica produz, pois o valor de uso das mercadorias não tem importância para ele. O que ele deseja é vender essas mercadorias em troca de dinheiro.

Nesse ponto, existe uma diferença importante entre o capitalista e os demais exploradores em outros modos de produção. Lembre-se do esquema fórmula M – D – M: produzir mercadorias para trocá-las por dinheiro para depois comprar uma nova mercadoria. Entretanto, essa fórmula não vale para o capitalista. O dono da fábrica onde Carolina trabalha não deseja ter dinheiro para comprar outras mercadorias. Seu objetivo é ter dinheiro para comprar mais força de trabalho e produzir ainda mais mercadorias para ter ainda mais dinheiro.

Logo a fórmula que explica o modo de funcionamento de uma empresa capitalista é a seguinte.

D1 – M – D2

ou

Dinheiro (D1) para comprar força de trabalho para produzir mercadoria para vendê-la e conseguir mais dinheiro (D2).

Capital (K): é uma relação social entre os indivíduos do modo de produção capitalista, sendo uma pequena parte deles proprietários dos meios de produção (capitalistas) e a grande maioria que possui apenas sua força de trabalho. Essa relação social permite que um determinado valor (de propriedade do capitalista) possa se valorizar cada vez mais.

O que ocorre nesse esquema é que o dono da fábrica (o empresário capitalista) em que Carolina é empregada tem certa quantidade de dinheiro, que possui ou pediu emprestado. Com esse recurso, compra máquinas e aluga um espaço para sua fábrica, adquire matéria-prima e, além disso, *compra força de trabalho* de pessoas como Carolina. Ela e os demais trabalhadores da fábrica usam as máquinas para produzir a mercadoria (M) que o empresário mandou, e este, por sua vez, vende essa mercadoria e recebe dinheiro (D2), porém esse dinheiro D2 é **maior** do que o que ele tinha inicialmente (D1). *Como isso é possível*?

O fantasma chamado capital

Esse é o ponto-chave do Modo de Produção Capitalista: o dinheiro não é mais apenas um equivalente geral (facilitador das trocas) como vimos anteriormente. No capitalismo, ele se transforma em **capital (K)**.

O capital é a relação social que organiza o modo de produção capitalista. Para existir o capital, foi preciso a criação de uma massa de pessoas livres sem controle dos meios de produção (trabalhadores assalariados) e uma pequena parcela dona dos meios de produção (capitalistas). A formação dessa multidão de trabalhadores livres, porém sem propriedade, é o que permite aos capitalistas conseguir comprar

sua força de trabalho e posteriormente vender a mercadoria a esses mesmos trabalhadores. É sob essa lógica que o capital surge e se reproduz. Entretanto, o capital é uma relação social que se expressa por meio de coisas (máquinas, mercadorias, dinheiro). Poderíamos dizer, para ficar mais claro, que ele é uma espécie de "fantasma", que entra nas coisas fazendo-as servir aos seus interesses. O capital está dentro das mercadorias no capitalismo. E, como quase tudo no capitalismo é mercadoria, o capital está dentro de quase tudo.

Vejamos como o capital organiza o seu mundo, o mundo das mercadorias.

a. O *dinheiro enquanto mercadoria*: o dinheiro foi transformado em capital, pois dinheiro é uma mercadoria, tem um valor de uso – é um equivalente geral que facilita as trocas e proporciona pagamentos e entesouramento – e um valor de troca, pois ele é capaz de comprar a mesma quantidade de horas de *trabalho abstrato* que ele representa. Aqui é importante lembrar o que foi exposto anteriormente: foi dito que é o trabalho abstrato que cria o valor de troca, então a expressão monetária das horas de trabalho abstrato é a mercadoria-dinheiro, uma mercadoria destinada a realizar as trocas. Ou seja, se uma nota de 20 reais representa 1 hora de trabalho abstrato, ela será capaz de comprar qualquer outro tipo de mercadoria que tenha o valor de troca igual a 1 hora de trabalho abstrato.

b. A *força de trabalho enquanto mercadoria*: o trabalhador é livre, não é uma mercadoria como foi um dia o escravo. Entretanto, sua força de trabalho pode ser comprada, logo é mercadoria. A medida dessa mercadoria são as horas. O trabalhador é contratado para trabalhar por determinada quantidade de horas por dia (jornada de trabalho). O *valor de uso* da mercadoria força de trabalho é sua capacidade de produzir mais mercadorias. Vimos anteriormente que só o trabalho humano é capaz de criar valor, logo é essa capacidade que é comprada pelo empresário. O *valor de troca* da mercadoria força de trabalho são as horas de trabalho necessárias para produzi-la. Assim, a quantidade de horas de trabalho de todas as mercadorias que o trabalhador consome para

reabastecer suas energias física e mental necessárias a voltar ao trabalho é expressa em forma de dinheiro, ou seja, o salário que é pago ao trabalhador. Mas a força de trabalho é uma mercadoria muito especial. Qualquer outra mercadoria, ao ser consumida, perde o valor. Um automóvel, por exemplo, com o uso vai se desvalorizando, ao ponto de se transformar em sucata e ferrugem. E deixa de ser, portanto, uma mercadoria chamada automóvel. A força de trabalho é diferente, pois ao ser consumida (gasta pelo capitalista) gera um valor novo, uma nova mercadoria. É essa qualidade da força de trabalho que é o "segredo" da produção de riqueza no capitalismo.

Máquina: a máquina, como vimos, não produz o valor, ela apenas multiplica a capacidade da força de trabalho de quem a opera. A máquina é também uma mercadoria, que tem um valor. Seu valor, como de qualquer outra mercadoria, são as horas necessárias para fabricá-la. Quando a máquina é usada na produção, seu valor de uso vai se desgastando, ou seja, vai sendo transferido para a mercadoria na qual ela está sendo usada para fabricar. Quanto mais mercadorias ela faz, mais valor de uso ela perde, até chegar ao ponto em que ela não conseguirá mais produzir, isso porque seu valor de uso acabou.

Voltamos ao caso de Carolina, a operária da fábrica de aparelhos eletrônicos. Sua força de trabalho é comprada, o seu valor de uso é utilizado pelo dono da fábrica para produzir novas mercadorias. Entretanto, **a força de trabalho de Carolina cria uma mercadoria que tem um valor de troca maior do que o dela. Ou seja, a mercadoria que ela produz tem um valor de troca maior do que o salário de Carolina. E é por isso, exatamente, que Carolina é explorada e seu patrão se enriquece às custas de seu esforço**.

Vejamos como o patrão de Carolina fica rico:

- Ele compra a **máquina** que Carolina trabalha que custa mil horas de trabalho e que se desgasta por dia de funcionamento uma pequena parte do seu valor. Vamos dizer que seja um desgaste de uma hora por dia – 1 hora.

- O patrão de Carolina compra matérias-primas que custaram também uma hora de trabalho – 1 hora.

- Ele paga o salário de Carolina, que tem o valor de três horas de trabalho – 3 horas.

Então, somando os valores de 1 hora (máquinas) + 1 hora (matérias-primas) + 3 horas (força de trabalho de Carolina), temos 5 horas. Essas 5 horas são o custo da produção que o empresário tem por dia. Mas Carolina trabalha 8 horas, e o dono da fábrica venderá pelo valor de mercado essas mercadorias produzidas no dia, ou seja, por: 1 hora (máquina) + 1hora (matérias-primas) + 8 horas (jornada de trabalho de Carolina) = 10 horas. O patrão desembolsou o valor de apenas 5 horas, mas venderá as mercadorias por 10 horas (valor de mercado). Logo, essas 5 horas a mais de trabalho ele conseguiu simplesmente não pagando Carolina. Essas 5 horas são mercadorias que são valores novos (de uso e de troca). A esses novos valores criados e apropriados pelo capitalista damos o nome de mais-valor, ou mais-valia.

Como o rico fica rico? Ou "O segredo da acumulação de riqueza".

Ao final do processo de produção, o patrão de Carolina terá mais valores do que ele tinha no começo, devido ao não pagamento de parte das horas trabalhadas por ela. Por isso, podemos dizer que o dono da fábrica utilizou uma determinada quantidade de dinheiro (D1) para produzir mercadorias (M) para vendê-las e conseguir uma quantidade maior de dinheiro (D2), ou seja, a fórmula D1 – M – D2. Quando o dinheiro é utilizado para produzir mais dinheiro, ele deixa de ser dinheiro e passa a ser capital. O capital é, portanto, um valor que, ao se mover, se valoriza.

O movimento do capital durante um dia de trabalho: ele primeiro é dinheiro (R$ 50,00). Depois, ao ser usado para pagar os custos de produção, ele se transforma e se divide em máquina (R$ 10,00), matéria-prima (R$ 10,00) e força de trabalho de Carolina (R$ 30,00). Quando Carolina pega a matéria-prima (os componentes eletrônicos) e cria, por meio da máquina, as mercadorias (os circuitos de rádio ou TV), o capital vira essas mercadorias. Entretanto, nessa transformação, ele dobra de tamanho, pois essas mercadorias têm um preço de mercado de R$ 100,00. Isso

porque, quando compra a força de trabalho de Carolina, o capital faz com que ela produza um valor maior do que é pago a ela por meio do salário. No caso, 5 horas de trabalho, ou seja, ela criou R$ 50,00 que não pertencem a ela, mas ao dono do capital. O capital é a relação social que permite a exploração do trabalhador livre, porque ele tem como instrumento a *mais-valia* como forma de apropriação da força de trabalho.

A jornada de trabalho diária de 8 horas de Carolina pode ser dividida em dois períodos. Três horas ela cria valores equivalentes ao seu salário, ou seja, sua subsistência. Esse período é chamado de *trabalho necessário*. As outras 5 horas ela trabalha sem receber para seu patrão, ou seja, ela está produzindo *mais-valia*, e a esse período damos o nome de *trabalho excedente.*

> *"A força de trabalho é, portanto, a única mercadoria cujo valor de uso consiste em criar valores superiores àqueles que são necessários para produzi-la, ou seja, superiores ao valor de produtos da renda familiar. A extração da mais-valia (m) do trabalho do operário pelo capitalista constitui a exploração capitalista do trabalho assalariado, fundamento da sociedade em que vivemos."*
>
> Fonte: COGGIOLA, Osvaldo, Introdução à teoria econômica marxista, São Paulo, Jinkings Editores Associados, 1998, p.20.

Para Carolina saber que está sendo explorada pelo patrão, ela precisa entender o que é o capital na prática e qual é o tamanho da exploração à qual está submetida. Para isso, ela precisa considerar o seguinte:

O capital (k) no processo de produção é dividido em duas partes: c*apital constante* (c), que nada mais é a parte do capital que foi destinada a comprar máquinas e matéria-prima. É chamado de "constante", pois seu valor não muda ao ser usado na fabricação, sendo apenas transferido para a mercadoria que está sendo produzida. E existe ainda o *capital variável* (v), que é a parte do capital usada para a compra da

força de trabalho de Carolina. É variável porque, quando a força de trabalho de Carolina é usada, aumenta, ou seja, varia, o valor que existia antes – ela trabalha 8 horas, mas só recebe 3 horas, logo variou (aumentou) o valor que existia em 5 horas – esse fenômeno também é chamado de *processo de valorização do capital*.

Carolina vai perceber que o capital (k) no final do processo de valorização será igual à soma do capital constante (c), capital variável (v) e da *mais-valia* (m). Que pode ser simplificado pela fórmula:

$$K = c + v + m$$

Para ela compreender a proporção em que é explorada, basta usar a chamada taxa de exploração, ou taxa de *mais-valia* (t.m), que é o número de horas não pagas (*mais-valia*) dividido pelo número de horas que são destinadas ao pagamento do salário (capital constante). Daí temos a fórmula:

t.m = m (*mais-valia*) / v (capital constante)

A taxa de *mais-valia* na qual Carolina trabalha é de 5 horas (*mais-valia*) dividida por 3 horas (salário), que será igual a 1,66, ou seja, ela trabalha aproximadamente o dobro e meio a mais do que é necessário para sua subsistência.

O patrão quer explorar ainda mais Carolina.

Geralmente os capitalistas não se contentam com o que têm e sempre inventam novos jeitos de aumentar a *mais-valia.* Para isso, eles têm duas formas: a *mais-valia* absoluta e a *mais-valia* relativa.

Carolina tem a jornada de trabalho de 8 horas, mas o patrão dela resolve aumentar para 10 horas diárias. Isso significa que Carolina vai continuar recebendo 3 horas,

mas vai trabalhar 7 horas de graça para seu patrão. Com esse aumento de horas, ela produzirá mais mercadorias e enriquecerá ainda mais o seu patrão. A esse aumento de horas trabalhadas damos o nome de *mais-valia* absoluta.

Se, por outro lado, o patrão de Carolina é impedido de aumentar a jornada de trabalho, ele ainda tem um jeito de aumentar a *mais-valia.* Ele pode comprar uma nova máquina, que amplia a capacidade de trabalho de Carolina: se ela produzia uma peça por hora, com a nova máquina ela passará a produzir duas. A sua jornada de trabalho continua a mesma, porém a quantidade de mercadorias fabricadas vai aumentar.

Entretanto, quando se produz mais mercadorias em menos tempo, o que está ocorrendo é a redução do valor das mercadorias, isso porque o tempo de trabalho necessário para fabricá-las diminui. Então como o capitalista ganha com isso? O processo tecnológico, com emprego de máquinas cada vez mais sofisticadas, produz a tendência em diminuir o valor do conjunto das mercadorias existentes, inclusive aquelas que são consumidas pelos trabalhadores. Ao diminuir o valor de todas as mercadorias, a força de trabalho fica mais barata, pois necessita de menos horas recebidas para se recompor (física e mentalmente). Ou seja, o que os capitalistas fizeram ao introduzir máquinas que aumentam a produtividade foi diminuir o trabalho necessário (aquela parte que ele paga ao trabalhador), no caso de Carolina as três horas. Assim, Carolina começa a gastar duas no lugar de três horas para produzir o equivalente ao seu salário, mas sua jornada de trabalho continua de 8 horas. Então no lugar do patrão deixar de lhe pagar 5 horas, ele agora não paga 6 horas, aumentando mais uma vez sua riqueza, valorizando ainda mais seu capital.

Formas de distribuição da riqueza e classes sociais no capitalismo

A riqueza no capitalismo é distribuída de maneira desigual. A riqueza, ou seja, tudo que é produzido, é repartido de acordo com a propriedade dos meios de produção. Como vimos, a regra básica do capitalismo é a propriedade privada dos meios de produção nas mãos de uma minoria e uma grande maioria de não proprietários. Logo a distribuição é feita da seguinte forma:

Os capitalistas que são donos de fábricas (meios de produção), também chamados de burguesia industrial, recebem boa parte da riqueza produzida, isso porque se apropriam da *mais-valia* (aquelas horas não pagas ao trabalhador). Mas essas horas não pagas não ficam nas mãos do industrial, elas também são distribuídas entre os diferentes agentes econômicos. A parte que fica nas mãos do dono da fábrica se chama *lucro industrial.*

Parte dessas riquezas vai parar nas mãos dos capitalistas do comércio, que são aqueles que compram a mercadoria do industrial e revendem ao consumidor final. Esses capitalistas recebem o nome de burguesia comercial ou mercantil. À parte da riqueza que fica com eles se dá o nome de *lucro comercial*.

Um pedaço da riqueza vai parar nas mãos dos bancos, já que a burguesia industrial e a comercial pegam dinheiro emprestado nos bancos para financiar seus negócios. Em troca, o banco recebe uma parte da riqueza (da *mais-valia*). Essa parte se chama *juros*, que é um tipo de renda devida aos banqueiros por estes serem donos da propriedade do capital (que se transforma no principal meio de produção no capitalismo).

Uma outra parte da riqueza vai para os donos de terras (urbanas ou rurais) que alugam seus imóveis para a atividade industrial ou comercial. Esse setor é chamado de *rentista* (ou especulador imobiliário). É uma parte pequena da população que vive de receber dinheiro simplesmente porque é proprietária de imóveis.

Por fim, temos o trabalhador. Ele recebe uma pequena parte da riqueza que produziu. Essa parte se chama salário. Nota-se que a riqueza que o trabalhador produziu mantém todas as outras classes, ou seja, é o trabalhador que sustenta todas as demais classes sociais.

Em resumo, podemos então dividir as principais classes sociais presentes no capitalismo da seguinte forma.

BURGUESIA INDUSTRIAL – É a classe proprietária dos meios de produção (máquinas, matérias-primas, etc.), que recebe parte da riqueza produzida em forma de lucro industrial.

BURGUESIA COMERCIAL – É a classe proprietária dos meios de circulação da mercadoria (as lojas), que recebe parte da riqueza produzida em forma de lucro comercial.

BANQUEIROS – É a classe proprietária do capital (dinheiro), que recebe parte da riqueza produzida em forma de juros.

RENTISTAS – É a classe proprietária das terras e imóveis, que recebe parte da riqueza produzida em forma de renda (aluguel).

TRABALHADORES – É a classe social que não tem propriedade dos meios de produção. A única propriedade que tem é sua própria força de trabalho. E, ao vendê-la, recebe o salário.

Existem outras classes sociais no capitalismo, como a pequena burguesia, que é dona de pequenos meios de produção e que às vezes emprega algumas pessoas. Entretanto, por sua propriedade ser pequena, ela não é uma classe dominante. Da mesma forma, temos no campo os pequenos proprietários de terras (camponeses). Mesmo sendo donos de alguns meios de produção, se encontram em uma situação subordinada dentro do capitalismo.

Para saber a qual classe o indivíduo pertence, é necessário responder às seguintes questões:

1) Quais meios de produção ele tem?
2) Qual é o tamanho/valor dos meios de produção que ele tem?
3) De que forma ele se apropria da riqueza socialmente produzida (salário, lucro industrial, lucro comercial, juros, renda fundiária)?

Em resumo, para cada tipo específico de propriedade privada, existe um tipo de retorno financeiro, ou seja, uma forma de apropriação da riqueza.

Capitalismo Financeiro: atual etapa do MPC

O desenvolvimento do capitalismo – e a concentração de riqueza – modificou profundamente as bases de acumulação do próprio capital. Os banqueiros deixaram de ser simples donos de bancos e passaram a ser proprietários de um volume gigantesco de capital. O controle dessa riqueza ampliou significativamente o poder desse setor, que passou a dirigir, de fato, o setor industrial. Os capitais que estavam divididos entre capital bancário e capital industrial se fundiram, formando o que chamamos de **capital financeiro**.

Atualmente o capital financeiro é a parte do capital que de fato orienta a produção das mercadorias. As instituições financeiras só financiam atividades de alto rendimento. A chamada "linha de crédito" transforma-se na forma específica pela qual o setor financeiro impõe o que deve ser produzido e consumido pelo conjunto da sociedade. As mercadorias que não são lucrativas para o capital financeiro simplesmente não recebem os investimentos necessários, terminando por não serem produzidas.

Por exemplo: existem nos bancos, hoje em dia, linhas de crédito para a produção de soja, para o plantio de eucalipto e outras *commodities* de interesse do grande capital, mas não há linhas de créditos para a produção agroecológica (e, quando existe alguma, o volume de recurso disponível é irrisório, ainda mais se comparado àqueles destinados ao

Capital financeiro: é a integração e fusão entre o capital bancário e o capital industrial, desaparecendo a diferença entre eles.

Monopólio: consiste em uma situação na qual apenas uma empresa controla ou é proprietária de toda a produção ou comércio de uma determinada mercadoria. Nessa situação, não existe mais a concorrência entre diferentes empresas.

agronegócio). Logo, quem decide o que será produzido é o banco, e não o produtor. Aquele agricultor que insistir em plantar aquilo que o banco não quer terá de se autofinanciar, o que é extremamente difícil pela falta de capital que o pequeno agricultor dispõe por sua própria conta.

Essa situação de controle do capital também permitiu a restrição à livre concorrência entre os capitalistas e a concentração da riqueza nas mãos de um grupo pequeno de grandes empresários. É criado então o monopólio em diferentes setores produtivos, nos quais as pequenas empresas são compradas (absorvidas) pelas grandes ou simplesmente fecham as portas em razão da concorrência com as maiores, que podem manter preços insustentavelmente baixos apenas para quebrar concorrentes, já que possuem capital para operar em prejuízo por um bom tempo. A criação dos monopólios é sustentada pelo capital financeiro, que tem interesse no fim da concorrência e, com isso, no controle sobre os preços praticados em cada ramo de atividade. É por isso que o capitalismo financeiro também pode ser chamado de capitalismo monopolista.

Na busca por ampliar a margem de ganho de seus negócios, os capitalistas financeiros, cada vez mais, deixam de investir nas atividades produtivas (fábricas, comércio, agricultura, etc.) e se concentram em especular com a dívida pública dos países periféricos (como é o caso do Brasil) e com o jogo de diferenças de preços de *commodities* e ações nas bolsas de valores. Logo, o dinheiro não é mais utilizado para impulsionar a economia real, produtora direta de mercadorias e geradora de empregos, mas para gerar juros fora da produção, via concessões de crédito para particulares e governos. Essa prática possibilitou o surgimento do mercado de títulos, que se ocupa com a compra e venda de créditos (dívidas), retirando sua lucratividade da especulação sobre o pagamento delas. Quanto menos confiável o "devedor", mais se exige juros sobre o empréstimo. Quem define a "confiabilidade" dos devedores são as agências de

devedores são as agências de qualificação de riscos, controladas pelos mesmos donos das instituições financeiras.

Em resumo, no capitalismo financeiro e na fase atual do capitalismo, suas características principais são: a) formação de monopólios, b) especulação financeira, c) centralização do capital. A principal consequência é a submissão de toda a sociedade aos interesses das instituições financeiras, seja por meio do crédito individual acessado pelas pessoas, seja pelo pagamento de juros da dívida pública, no qual 40% do orçamento do governo brasileiro (formado pelos impostos recolhidos da população) é destinado às instituições financeiras. Nenhum outro setor econômico recebe tanto recurso público quanto os bancos.

Crises no capitalismo

A forma específica de relação entre produção e distribuição no capitalismo gera **crises periódicas**, porque existe a tensão constante entre as classes, principalmente entre os trabalhadores e seus patrões (luta de classes). Mas há ainda uma disputa interna entre os próprios capitalistas, que no final das contas são concorrentes entre si.

A competição entre os capitalistas motiva uma corrida incessante por mais lucros, que se dá por meio da diminuição dos custos de produção com o objetivo de aumentar a margem de rendimentos. Reduzir custos, para os capitalistas, significa pagar menores salários, ampliar a *mais-valia* relativa (maior intensidade de trabalho por meio de novas máquinas). Entretanto, esse movimento concorrencial entre capitalistas tende a reduzir o valor das mercadorias em geral e com isso a taxa de *lucro*. Quanto mais máquinas (capital constante) se aplicam, menos valor é produzido, mesmo que mais mercadorias sejam feitas, ou seja, o valor das mercadorias cai com a diminuição das horas de trabalho necessárias, fenômeno que é chamado de tendência decrescente da taxa de lucro. A massa de salários reduz e o consumo também sofre redução. O resultado final é muita mercadoria produzida e pouca gente consumindo, processo que é chamado de crise de superprodução.

As crises no capitalismo são uma forma de "correção" de sua tendência à autodestruição. Geralmente com as crises, a produção é reduzida a um nível compatível com o

"As crises capitalistas são crises de superprodução. As crises manifestam-se, antes de tudo, em que as mercadorias não encontram saída porque foram produzidas em quantidade maior do que podem comprar os principais consumidores – as massas populares, cujo poder aquisitivo está limitado dentro de marcos muito estreitos. Os "excedentes" de mercadorias entulham os depósitos. Os capitalistas diminuem a produção e dispensam operários. Centenas e milhares de empresas são fechadas. Cresce aceleradamente o desemprego. Grande número de pequenos produtores da cidade e do campo são arruinados. A falta de saída para as mercadorias produzidas leva ao transtorno do comércio. Rompem-se as relações de crédito. Os capitalistas sentem uma carência aguda de dinheiro em mão para os pagamentos. O "crack"

o consumo, o que leva ao aumento da pobreza, pois consolida uma grande parte da população como não consumidores.

Em síntese, a própria lógica de desenvolvimento capitalista é a principal criadora de crise. Mas as notícias dos jornais não explicam as crises dessa maneira. Geralmente apontam os custos de produção como fonte do problema, no caso o "suposto" alto salário e excesso de direito dos trabalhadores. Ou seja, indicam que a crise é culpa dos trabalhadores, e não dos capitalistas.

irrompe nas bolsas – caem aceleradamente as cotações das ações e de outros títulos. Espraia-se a onda de bancarrotas de firmas industriais, comerciais e bancárias."

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS. **Manual de Economia Política da Academia de Ciências da URSS – Instituto de Economia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda.,1961.

Existem outras razões para a crise. Além de ser uma tendência da própria lógica de acumulação de capital, ela também é gerada pela incapacidade que os governos têm de regulamentar as atividades dos capitalistas financeiros. Atualmente a facilidade como os donos de capital movimentam seu dinheiro pelo mundo condena a possibilidade de os governos planejarem sua própria política econômica, pois, como há a completa liberdade de fluxo de capitais, os governos não sabem exatamente quanto de recursos financeiros existirá realmente no país no futuro e se eles poderão contar com esses excedentes para suportar sua política econômica, cambial, inflacionária, etc. Os governos, com medo da evasão de capitais para o exterior, acabam por se submeter à chantagem dos bancos. E pagam taxas de juros cada vez maiores, participando de uma verdadeira guerra entre nações na busca de atrair o capital estrangeiro e mantê-lo no país.

As crises financeiras estão associadas às contradições da lógica de acumulação, porém são desencadeadas por razões específicas, como se pode ver nos exemplos a seguir:

A crise de 1929: Chamada de Grande Depressão, foi desencadeada pela diminuição do consumo de produtos estadunidenses (ou seja, dos Estados Unidos), o que levou a existir mais mercadorias do que consumidores. O resultado foi a recessão, fechamento de fábricas e desemprego. Essa crise é considerada uma **crise típica de superprodução** de mercadorias.

Crise do Petróleo: Em 1973, os países produtores de petróleo definiram que iriam diminuir a extração do produto com o objetivo de elevar o seu preço (ou seja, diminuir a oferta forçando a elevação do preço). O resultado é que faltou petróleo nos EUA e na Europa, forçando o fechamento de inúmeras fábricas. Esse fato fez com que a economia dos países mais ricos parasse de crescer, criando uma situação de recessão e desemprego em massa. Esse é um exemplo de **crise de oferta** de um bem de consumo estratégico (petróleo), que acontece quando um recurso essencial para a produção desaparece do mercado, impedindo a produção de outros produtos.

Crise do México: Em 1994, os EUA entraram em baixo crescimento econômico, o que forçou o país a elevar a taxa de juros para atrair investimentos externos. O resultado é que todos os especuladores que tinham dinheiro aplicado no México transferiram seus investimentos para os EUA, que é considerado um país mais seguro para os capitais, deixando o México sem reservas financeiras. Ocorreu então o chamado "Efeito Tequila", pois ao ver a quebradeira financeira mexicana, outros especuladores abandonaram os países periféricos e levaram seus capitais para os EUA, o que criou uma situação de recessão no resto do mundo. Esse é um exemplo de crise financeira provocada pela desregulamentação dos mercados de capitais, é uma crise **especulativa**.

Crise de 2008: Surgiu nos EUA em consequência da política de oferta de crédito imobiliário (dinheiro para a aquisição de moradia) para famílias de baixa renda. Os juros eram baixos, o que permitiu que pessoas com baixos salários adquirissem imóveis com valores acima de suas condições de renda. Os bancos que emprestavam dinheiro para essas famílias, com medo do calote, repassaram os riscos para as seguradoras, que negociavam esses títulos no mercado financeiro. Enquanto os juros estavam baixos, os bancos e as seguradoras ganharam muito dinheiro com essas operações, pois as famílias continuavam pagando suas hipotecas. Entretanto, quando o governo aumentou a taxa de juros, as famílias não conseguiram mais pagar as prestações, os bancos entraram em crise e as seguradoras não tinham reservas suficientes para honrar os segurados (os bancos). Dessa maneira, os proprietários perdiam suas casas por falta de pagamento e o excesso de casas vazias fez os imóveis se desvalorizarem ao ponto de não cobrir o próprio valor da dívida contraída. O resultado é que todo o sistema financeiro entrou em crise. Por isso, essa crise é chamada de "bolha imobiliária", um exemplo de crise especulativa.

O capitalismo no Brasil

Até agora, discutimos a formação e desenvolvimento do capitalismo na Europa, porém nos países que foram colonizados pelos europeus a trajetória de formação do capitalismo foi bem diferente, principalmente por ter se iniciado por meio de uma ruptura com relação aos modos de produção existentes nas civilizações desses países antes da dominação europeia. Portanto, não houve uma sucessão de modos de produção como descrito na Europa.

No caso do Brasil, quando portugueses iniciam a colonização encontram aqui a população indígena vivendo no modo de produção tribal. E a exploração colonial também era muito diferente do tipo de economia que existia na Europa naquela época.

Lembre-se de que, por volta do ano de 1500, a Europa ainda vivia no Modo de Produção Feudal, mas já havia entrado no processo de ressurgimento do comércio e na formação de uma classe de comerciantes. O projeto dos portugueses para a sua colônia na América era explorar ao máximo tudo que podia para abastecer de mercadorias a Europa. O período colonial geralmente é ensinado como uma sucessão de ciclos econômicos, que levam o nome da mercadoria principal em exploração na época (ciclo do pau-brasil, ciclo da cana-de-açúcar, ciclo do ouro, ciclo do café), porém há uma mercadoria bastante lucrativa que durou praticamente todo o período colonial: o tráfico de escravos africanos.

A exploração colonial fez surgir novamente a escravidão (chamada de moderna), que tinha como objetivo fornecer força de trabalho para a produção colonial. Assim os portugueses conseguiram garantir a exploração dos recursos do Brasil sem, contudo, precisar usar a pouca mão de obra que tinham disponível em seu próprio país.

Portugal construiu um sistema em que na metrópole existia uma sociedade feudal em transição para o capitalismo, mas nas suas colônias a organização social era completamente nova, sustentada principalmente pela exploração dos escravos. Os portugueses não queriam construir no Brasil um tipo de sociedade parecido com o que eles tinham na Europa, pois para eles o nosso território era apenas um local de produção de mercadorias, e nada mais.

O resultado histórico da formação do Brasil foi que o capitalismo aqui foi introduzido de fora e destruiu os modos de vida aqui existentes. Nossa classe trabalhadora tem origem na massa de escravos. E nossa orientação econômica atual não mudou drasticamente com o fim da dominação portuguesa: continuamos sendo produtores de mercadorias (principalmente matérias-primas) para serem consumidas no exterior, como na época colonial.

Essa trajetória de formação do capitalismo tem impactos econômicos, políticos e sociais que até hoje são visíveis em nosso país. Vejamos alguns:

- Seguimos sendo um território de produção de mercadorias para o abastecimento do mercado externo. Antes era pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro e café; hoje são minérios (como ferro e alumínio) e produtos do agronegócio, em especial grãos e carne.

- Quem produz a riqueza do país não conquistou a cidadania plena, nem política, nem econômica. Antes os escravos não consumiam o que produziam porque eram propriedade de senhores, hoje os trabalhadores continuam sendo tratados como indivíduos sem direito ao consumo, e a associação entre trabalhador e escravo permanece em nossa cultura e vida cotidiana.

- Antes as terras eram de propriedade dos donos de engenho, hoje continuam nas mãos de poucos. Não houve reforma agrária como em países capitalistas europeus. Isso significa que, sem propriedade da terra (meio de produção), os escravos de antes e os trabalhadores rurais de hoje, no Brasil, não possuem poder de controle sobre seu trabalho, estão subordinados aos donos de terras.

- As prisões brasileiras são uma nova versão das antigas senzalas. A maioria dos presidiários são negros e pobres.

As feridas do período colonial ainda estão abertas em nosso país. Podemos dizer que o capitalismo no Brasil aproveitou do nosso passado de colônia para ser ainda mais desigual e explorador.

Opressões no capitalismo

O capitalismo não destrói completamente formas de opressão de outros modos de produção, ele na verdade aproveita aquelas que lhes são úteis.

A opressão das mulheres não foi inventada no capitalismo, porém, com seu estabelecimento, ela foi reeditada. O patriarcado, ou seja, o sistema em que o homem tem o poder sobre a mulher é bem útil ao capitalismo. Possibilitou que as mulheres se transformassem em uma força de trabalho ainda mais explorada do que os homens. Sua condição vulnerável em termos familiares é reproduzida na sua vida enquanto trabalhadora assalariada. Exemplo disso é que as mulheres ganham menos pelo mesmo trabalho feito pelos homens.

A opressão de geração também não foi inventada pelo capitalismo, mas a exploração da força de trabalho dos jovens segue sendo funcional para os capitalistas. Isso porque os jovens, por estarem ingressando no mercado de trabalho, são forçados a trabalhar por menores salários, em condições piores que os demais trabalhadores. Um argumento usado é a falta de experiência, porém o custo da capacitação do trabalhador é de responsabilidade da empresa, e não do empregado. Tal argumento serve para culpabilizar os trabalhadores pela postura mesquinha do patronato, que não deseja empregar recursos na melhoria das condições técnicas de seus funcionários.

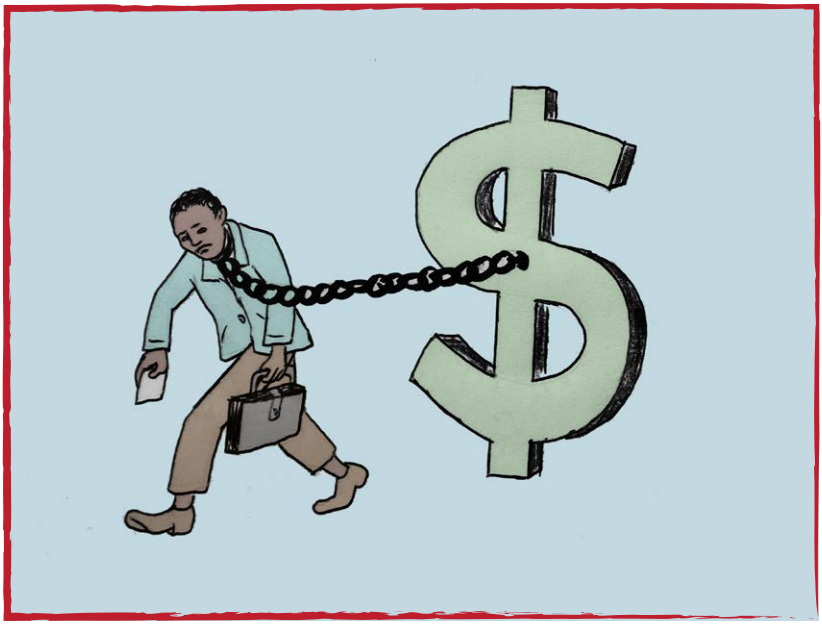
A exploração e discriminação dos negros é produto no passado colonial, porém o capitalismo no Brasil aproveita essa desigualdade produzida historicamente para manter a população negra nos piores postos de trabalho, sem acesso a cargos de direção ou poder político. O racismo não é apenas uma questão de tratamento interpessoal, é um elemento estrutural da sociedade brasileira, que serve economicamente aos capitalistas em razão da possibilidade de conseguir força de trabalho barata.

O que é bom no capitalismo é para poucos

O capitalismo, ao contrário dos demais modos de produção, apresenta uma forte capacidade de inovação. Essa é produzida pela concorrência entre os diferentes empreendedores, que, na busca por mercado e menores custos de produção, criam produtos cada vez mais complexos e técnicas de produção que se atualizam constantemente. Entretanto, como a forma de distribuição dos bens no capitalismo é intermediada pelo dinheiro, apenas uma parcela da população, aquela com rendimento que lhe permite consumir, tem acesso aos resultados gerados pelo desenvolvimento capitalista. A produção do bem-estar no capitalismo está determinada pela possibilidade econômica dos indivíduos, que são tomados como consumidores de mercadorias.

"Vencer na vida" no capitalismo significa acumular riqueza e poder consumir cada vez mais mercadorias. Essa é a grande justificativa que é ensinada à população para convencer a maioria das pessoas de que é possível viver bem no capitalismo, mesmo que a realidade da maioria do povo seja bem diferente. É comum assistirmos na televisão a reportagens sobre pessoas que saíram da miséria e se tornaram pessoas de grande riqueza. Não é mostrado, no entanto, que esses exemplos são raros e não correspondem à situação real de milhões de pessoas, que, mesmo com trabalho duro e muita inteligência durante toda a vida, morrem na miséria. Mas, ao apresentar "casos de sucesso", os donos do poder desejam nos convencer de que qualquer pessoa é capaz de ficar rica. Segundo esses meios de comunicação, basta se esforçar, ou seja, afirma-se que a culpa da pobreza é do pobre, que supostamente não seria criativo, trabalhador ou um bom gestor de suas finanças. Quem nunca ouviu frases como: "Não pense em crise, trabalhe!"? Mas a causa da pobreza não tem a ver, exclusivamente, com as qualidades individuais de cada pessoa. A pobreza é resultado da lógica de acumulação desigual de riqueza no capitalismo, conforme tratamos anteriormente.

Só existem fortunas porque milhões vivem na pobreza. Só existe o luxo de poucos porque falta direito às maiorias. Só existe o privilégio de uma vida de ostentação dos “de cima” porque “os de baixo” são levados a pensar que a desigualdade é natural, e que não é possível mudar essa situação. O que é uma grande mentira, como veremos no capítulo VI.



Como o capitalismo responde às três perguntas fundamentais?

O que produzir?

A decisão sobre o que produzir no capitalismo é feita pelos donos dos meios de produção, no caso os capitalistas. Logo, orientarão a produção no sentido de obter maiores lucros, e não de garantir as necessidades da maioria da população.

Como produzir?

A produção no capitalismo fica a cargo dos trabalhadores assalariados. Existe uma divisão social do trabalho, cada setor econômico realiza parte da tarefa da produção. Portanto, o trabalhador no capitalismo não tem nenhuma identidade com o que produz, pois não domina todo o processo produtivo, mas apenas uma pequena parte dele.

Como distribuir?

A distribuição da riqueza produzida é extremamente desigual no capitalismo. Os donos dos meios de produção recebem a maior parte da riqueza, por meio de lucros, juros ou renda fundiária, enquanto os trabalhadores recebem apenas uma pequena parte, o salário, que apenas garante, precariamente, sua subsistência.

LEI ECONÔMICA FUNDAMENTAL DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

A produção é socializada, mas a apropriação do excedente econômico se dá de maneira privada pelos donos dos meios de produção. Essa apropriação acontece por meio da extração da mais-valia do trabalhador assalariado.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Divisão do trabalho: existe (classes sociais principais: burgueses industriais, burgueses comerciais, banqueiros, rentistas e trabalhadores assalariados)

Forma de exploração principal: *mais-valia* extraída dos trabalhadores

Forças produtivas: avançadas

Excedente econômico: grande produção de excedente econômico

Mercadoria: existe e é generalizada

Sistema de produção: D1 – M – D2

Dinheiro: existe e se transforma em capital

Valor de uso (Vu): pequeno

Valor de troca (Vt): grande

Resumo do Capítulo:

O capitalismo, modo de produção surgido com o fim do feudalismo, é fortalecido pela exploração econômica europeia em colônias das Américas, África e Ásia, o que proporcionou recursos necessários ao processo de industrialização das nações do continente europeu. Esse modo de produção se caracteriza por transformar o trabalho em mercadoria por meio do processo de assalariamento da força de trabalho, criando assim uma nova forma de responder às perguntas fundamentais da Economia (Capítulo II). No capitalismo, a riqueza é apropriada pelas classes burguesas por meio da extração da *mais-valia* das(os) trabalhadoras(es) no processo produtivo, seja pela transferência de recursos ou por meio de renda (juros bancários, aluguéis, etc.). Atualmente o capitalismo é predominantemente financeiro, o que significa que a riqueza produzida pelo trabalho está sendo apropriada por uma minoria de banqueiros que controlam o capital de forma planetária. As desigualdades no capitalismo não são causas, mas consequências da forma como ele se organiza, que se estrutura pela ampliação cada vez mais profunda da força de trabalho e a concentração gigantesca do excedente econômico produzido pelo trabalho das classes oprimidas.

Atividades pedagógicas do capítulo

Dinâmica pedagógica #7: Fábrica de sapatos

A dinâmica consiste em representar a organização e o funcionamento de uma fábrica de sapatos imaginária. Nessa fábrica, os participantes da dinâmica representarão os funcionários; e o assessor, o patrão.

1. Objetivo
Permitir que as(os) participantes da atividade conheçam os elementos básicos do modo de produção capitalista, com destaque para os seguintes conceitos: *mais-valia*, meios de produção, força de trabalho, capital, mercadoria, salário, entre outros.

2. Tempo
3 horas

3. Materiais necessários
Papéis A4, canetinhas (atômicas ou Pilot) ou lápis coloridos ou giz de cera, tarjetas (para simular dinheiro: pode ser o dinheiro do jogo "banco imobiliário" também), tesouras

4. Metodologia

1. A oficina vai reproduzir o funcionamento de uma fábrica de forma simplificada. Nesse sentido, a(o) assessora(o) deve ficar atenta(o) a alguns detalhes necessários ao sucesso da atividade.

- Divisão de atores: a(o) assessora(o) da oficina será o patrão; e as(os) participantes, as(os) operárias(os).
- As(os) operárias(os) devem se reunir separadamente e organizar uma pauta de reivindicações contendo o número de horas que desejam trabalhar, o valor do salário que desejam ganhar, os direitos trabalhistas que desejam garantir (férias, dias de folga, transporte, plano de saúde, etc.).

2. As(os) operárias(os) devem entregar a pauta de reivindicação ao patrão. O patrão verá quais reivindicações ele vai atender para contratar as(os) trabalhadoras(es). Em regra, o patrão será “bonzinho” e aceitará as reivindicações, contudo exigirá que os trabalhadores produzam uma quantidade X de sapatos por dia. Essa quantidade será estipulada de acordo com o salário a ser pago.

3. Para construir a fábrica de sapato, o patrão pegará emprestado em um banco imaginário o capital inicial necessário para comprar as máquinas, construir a fábrica (meio de produção) e pagar a primeira quantidade de matéria-prima.

4. Com o capital na mão (seria bom fazer uma representação gráfica para isso, notas de dinheiro ou um cheque, que represente a quantidade de dinheiro que foi emprestado), a fábrica UTOPIA Ltda. começa a funcionar. Para isso, é necessário criar uma divisão de trabalho na linha de produção dos sapatos. Para fazer isso, serão formadas três equipes: a 1ª equipe deve recortar pequenos pedaços de papel do mesmo tamanho, a 2ª equipe deve desenhar um par de sapatos em cada pedacinho de papel e a 3ª equipe deve colorir os desenhos dos sapatos. Cada pedacinho de papel desenhado estará representando um par de sapatos. As(os) operárias(os) devem, ao final do dia de trabalho, completar o número de pares de sapatos estipulado e entregar ao patrão, que vai vendê-los pelo preço que achar justo.

5. Para terminar a dinâmica, as(os) trabalhadoras(es) devem receber os salários e os benefícios que estão na pauta de reivindicação feita no início. Os salários devem ser representados por pequenas cédulas de papel ou cheques, e os benefícios devem ser calculados em dinheiro e ser apresentados de forma discriminada, como um contracheque. Assim os trabalhadores recebem aquilo que reivindicaram.

6. Agora é a moral da história: toda empresa faz suas atividades de forma clara até o ponto 5. Vamos explicar agora como os ricos acumulam capitais. Veja a contabilidade da fábrica depois de um mês de atividade.

Realizar o Livro Caixa da Empresa UTOPIA Ltda.

- Para ficar mais claro o exemplo, vamos supor valores hipotéticos para construir a planilha.

- Suponhamos que para montar a fábrica (comprar os meios de produção, como galpão, máquinas e matéria-prima) o patrão pegou emprestado no Banco do Brasil R$ 500 mil, que serão pagos em 100 meses (8 anos).

- Suponhamos também que as(os) funcionárias(os) da empresa de sapatos tenham de fazer 100 sapatos por dia, trabalhando 20 dias por mês. E que o salário de cada um deles seja de R$ 4 mil reais mais R$ 1 mil reais de benefícios. Se o número de trabalhadoras(es) for 15, teremos:

Gastos	
Tipo	**Custo Mensal**
Pagamento de parcela do empréstimo	R$ 6 mil
Pagamento de impostos	R$ 30 mil
Pagamento dos salários	R$ 60 mil
Pagamento dos benefícios	R$ 15 mil
Compra de matéria-prima	R$ 60 mil
Pagamento de água e luz	R$ 5 mil

Gastos	
Tipo	**Custo Mensal**
Reserva para manutenção das máquinas	R$ 10 mil
Custo Total	**R$ 186 mil**

Receita

Produção de sapato:
Custo unitário: R$ 93,00 – Valor de venda unitário: R$ 150,00
Produção de partes de sapato por mês: 2.000 unidades
Montante de dinheiro adquirido a partir da venda da produção: R$ 300 mil

A conta final:
Custo total: R$ 186 mil – Venda da mercadoria: R$ 300 mil
Lucro líquido: R$ 144 mil (ESTE É O LUCRO DO PATRÃO)

7. Reflexões importantes que devem ser feitas pela assessoria da atividade:

- Uma(um) trabalhadora(o) da fábrica imaginária produz 133 pares de sapatos por mês (vinte dias), ou seja, + ou - 7 pares por dia.

- Nossa(o) trabalhadora(o) necessita fabricar apenas 34 pares de sapato para cumprir o custo de seu trabalho (salário + benefícios), ou seja, necessita trabalhar apenas 5 dias para gerar valor suficiente para cumprir os seus gastos. A(o) trabalhadora(o) trabalha 15 dias para manter a fábrica e o patrão. Essa diferença entre o valor criado pelo empregado – **R$ 19.950** (133 pares de sapatos) – e o que ele recebe – **R$ 5 mil** – é o que chamamos de MAIS-VALIA.

Dinâmica pedagógica #8: Se os tubarões fossem homens

É uma dinâmica de reflexão destinada a interpretar o modo de produção capitalista para além da dimensão econômica. Por isso, é sugerida a leitura de texto de apoio intitulado *"Se os tubarões fossem homens"*, escrito pelo dramaturgo alemão Bertolt Brecht.

1. Objetivo
Promover uma reflexão do modo de produção capitalista em seu aspecto mais geral, abordando aspectos como cultura, ideologia, política, violência, educação formal, poder, estado, etc.

2. Tempo
2 horas

3. Materiais necessários
Jornais e revistas usadas, canetinhas (atômicas ou Pilot), tesouras, cartolinas e cola.

4. Metodologia

1. A(o) assessora(o) deverá conseguir um bom volume de jornais e revistas usadas (para serem recortadas) e ainda tesoura, canetas, cola e folhas de papel grande (cartolinas).

2. Em grupos de até 5 pessoas, deverá ser lido o texto "Se os tubarões fossem homens", de Bertolt Brecht. Cada grupo receberá algumas revistas e jornais, além de tesoura, canetas, cola e cartolina.

3. O grupo deve listar todos os temas que o texto apresenta (saúde, educação, religião, cultura, exército, guerra, etc.).

4. Logo após a leitura e a elaboração da lista, cada grupo deverá produzir um cartaz representando o texto que leu. Esse cartaz será montado por meio de desenhos e colagens de figuras das revistas e jornais.

5. Terminada essa tarefa (aproximadamente 30 minutos), os grupos deverão apresentar seus trabalhos aos demais explicando como interpretou o texto.

6. A(o) assessora(o), caso julgue necessário, pode usar 10 minutos ao final para problematizar, corrigir ou detalhar melhor os aspectos expostos na apresentação dos grupos.

Texto de Apoio

Se Os Tubarões Fossem Homens
Bertolt Brecht

Se os tubarões fossem homens, construiriam no mar grandes gaiolas para os peixes pequenos, com todo tipo de alimento, tanto animal como vegetal. Cuidariam para que as gaiolas tivessem sempre água fresca e, por exemplo, se um peixinho ferisse a barbatana, então lhe fariam imediatamente um curativo, para que ele não morresse antes do tempo.

Para que os peixinhos não ficassem melancólicos, haveria grandes festas aquáticas de vez em quando, pois os peixinhos alegres têm melhor sabor do que os tristes. Naturalmente, haveria também escolas nas gaiolas. Nessas escolas os peixinhos aprenderiam como nadar para as goelas dos tubarões. Precisariam saber geografia, por exemplo, para localizar os grandes tubarões que vagueiam descansadamente pelo mar. O mais importante seria, naturalmente, a formação moral dos peixinhos. Eles seriam informados de que nada existe de mais belo e mais sublime do que um peixinho que se sacrifica contente, e que todos deveriam crer nos tubarões, sobretudo quando dissessem que cuidam de sua felicidade futura.

Os peixinhos saberiam que esse futuro só estaria assegurado se estudassem docilmente. Acima de tudo, os peixinhos deveriam evitar toda inclinação baixa, materialista, egoísta e marxista, e

avisar imediatamente os tubarões se um dentre eles mostrasse tais tendências. Se os tubarões fossem homens, naturalmente fariam guerras entre si para conquistar gaiolas e peixinhos estrangeiros.

Nessas guerras eles fariam lutar os seus peixinhos, e lhes ensinariam que há uma enorme diferença entre eles e os peixinhos dos outros tubarões. Os peixinhos, eles iriam proclamar, são notoriamente mudos, mas silenciam em línguas diferentes, e por isso não podem se entender. Cada peixinho que na guerra matasse alguns outros, inimigos, que silenciam em outra língua, seria condecorado com uma pequena medalha de sargaço e receberia o título de herói. Se os tubarões fossem homens, naturalmente haveria também arte entre eles. Haveria belos quadros, representando os dentes dos tubarões em cores soberbas, e suas goelas como jardins onde se brinca deliciosamente.

Os teatros do fundo do mar mostrariam valorosos peixinhos nadando com entusiasmo para as gargantas dos tubarões. Também não faltaria uma religião, se os tubarões fossem homens. Ela ensinaria que a verdadeira vida dos peixinhos começa apenas na barriga dos tubarões. Além disso, se os tubarões fossem homens também acabaria a ideia de que os peixinhos são iguais entre si.

Alguns deles se tornariam funcionários, seriam colocados acima dos outros. Aqueles ligeiramente maiores poderiam inclusive comer os menores. Isto seria agradável para os tubarões, pois eles teriam, com maior frequência, bocados maiores para comer. E os peixinhos maiores, detentores de cargos, cuidariam da ordem entre os peixinhos, tornando-se professores, oficiais, construtores de gaiolas, etc. Em suma, haveria uma civilização no mar, se os tubarões fossem homens.

CAPÍTULO VI

Alternativas ao capitalismo

O capitalismo não é eterno

A mudança é o único fenômeno permanente na história. Nenhum modo de produção é eterno. Mesmo que dure séculos, em algum momento será substituído por outro, assim que as condições políticas, sociais, culturais e econômicas estiverem maduras para essa transformação. Desse modo, o capitalismo não é eterno, pelo contrário. No seu processo de desenvolvimento, cria crises que podem, tendencialmente, levar ao seu desaparecimento. Mas é nosso papel impedir que o impulso autodestrutivo do capitalismo não condene também a humanidade e o nosso planeta.

Evidente que a classe burguesa, principal beneficiária desse sistema, acredita e tenta fazer todos acreditarem que o capitalismo continuará a existir para sempre, que ele é produto da suposta essência egoísta dos seres humanos. Entretanto, a história diz o contrário: o ser humano é produto social de seu tempo. Se o sistema promove o egoísmo e a cobiça, os indivíduos serão socialmente formados de maneira egoísta. De outra forma, se o sistema promove a solidariedade, as pessoas terão consigo esses valores. Isso porque somos seres que vivem e se formam em sociedade, aprendendo uns com os outros, desde o trabalho até os sentimentos e sonhos.

Atualmente, vivemos uma ameaça grave do capitalismo. Além de explorar o trabalho e empobrecer a imensa maioria da população, está ameaçando a própria existência da vida em nosso planeta. Isso porque a corrida irracional por lucros tem promovido a destruição da biodiversidade, a exaustão dos recursos naturais, o aquecimento global, a desertificação dos territórios, a poluição e destruição das fontes de água potável. Os efeitos já estão sendo sentidos pelas populações mais pobres do mundo, geralmente mais dependentes da natureza – como agricultores, pescadores, etc. –, mas todos sairão perdendo.

O projeto dos capitalistas é ampliar cada vez mais o alcance da forma-mercadoria. Isso significa que bens comuns – como a água, o ar, a biodiversidade, os saberes – são transformados em mercadorias, seja por meio da privatização, patentes ou concessões de exploração. Diante das crises, o capitalismo tem respondido com a colonização mercantil da vida. É como se a mercadoria fosse contaminando tudo que existe, e até mesmo os conhecimentos tradicionais estão sendo patenteados. Os projetos dos povos almejam desmercantilizar a vida, o que significa retornar ao domínio de todos os bens que foram apropriados pela minoria de ricos.

A crítica ao capitalismo se torna ainda mais necessária a cada momento, e acontece em várias partes do mundo e de diferentes formas. O sistema do capital não deixará de existir espontaneamente. Suas crises são oportunidades para as classes exploradas ampliarem suas ações e promoverem mudanças. Por isso, o protagonismo popular é fundamental, pois será ele que levará à denúncia mais radical as desigualdades e a miséria humana e ambiental causada pela exploração cada vez mais intensa e sem limites.

Experiências socialistas do século XX

As críticas ao capitalismo conquistaram a atenção da classe trabalhadora no século XIX com a formação de diversas correntes de pensamento de caráter socialista, sobretudo na Europa. O anarquismo e o comunismo são exemplos mais conhecidos de movimentos anticapitalistas que aparecem nessa época. No entanto, uma série de outros movimentos, com diferentes níveis de radicalização, nasce como propostas alternativas à exploração capitalista.

As primeiras cooperativas se formaram também no início do século XVIII, dando origem a um tipo novo de organização do trabalho, procurando superar a lógica da exploração e empobrecimento dos trabalhadores. Entretanto, será no século XIX que o cooperativismo ganha força e se transforma em uma das formas de organização da classe trabalhadora juntamente com os sindicatos e os partidos políticos operários.

No século XX, os trabalhadores conseguem desenvolver revoluções vitoriosas e conquistam o poder de Estado em diversos países do mundo. A corrente socialista mais bem-sucedida foi a de orientação comunista, baseada nas ideias dos pensadores alemães Karl Marx (1818-1883) e Friederich Engels (1820-1895), também chamada de marxismo. Os comunistas conduziram – ou, no mínimo, influenciaram – revoluções e processos de libertação nacional em pelo menos 30 países, sendo algumas experiências temporárias e derrotadas, outras permanecem até os dias de hoje. As revoluções mais conhecidas e influentes são: a Russa (1917), a Chinesa (1949) e a Cubana (1959). No entanto, regimes menos conhecidos no Brasil tiveram grande relevância histórica, como as revoluções Angolana (1975), Moçambicana (1975) e Vietnamita (1976). Nesses países, foram instalados regimes políticos e econômicos alternativos ao capitalismo que são importantes experiências de organização política e econômica baseada no poder dos trabalhadores.

Geralmente as experiências socialistas são descritas como um modelo único, implantado de maneira uniforme nas diferentes nações de regime proletário. Esse modelo é definido como a estatização completa dos meios de produção, coletivização das terras, centralização das decisões no campo da produção e distribuição igualitária dos bens produzidos. Essa descrição, no entanto, é pobre e equivocada historicamente. Cada país possui características singulares, necessidades específicas e meios e recursos que não obedecem a um padrão. Logo, a construção de regimes socialistas se deu, na maioria dos casos, considerando as potencialidades e limitações de cada território, bem como o momento político internacional nas quais a revolução se desenvolveu. Países que já possuíam indústrias e mão de obra abundante, por exemplo, construíram experiências socialistas bem diferentes daqueles de economia predominantemente agrária. Portanto, é um erro definir as experiências socialistas como um padrão, uma coisa só.

A diversidade de situações também proporcionou diferentes soluções em termos de organização produtiva para enfrentar as dificuldades técnicas e gargalos econômicos. A experiência soviética, mais conhecida entre nós, adotou nos anos 30 uma política de **planejamento central**, que tinha o Estado como protagonista econômico de primeira ordem. Na Iugoslávia, existiram outras formas de organização produtiva, o Estado dirigia setores estratégicos (energia, indústria pesada, etc.), porém fábricas de menor complexidade tecnológica e com baixo emprego de recursos eram administradas por meio de coletivos de trabalhadores. A maior parte do setor de serviços foi, portanto, uma experiência que apostou na **autogestão** dos empreendimentos econômicos. Na China, por sua vez, ocorreu uma ampla reforma agrária, na qual os camponeses, organizados por meio de **comunas**, garantiram durante muito tempo o dinamismo econômico do país. A industrialização chinesa foi feita por meio da articulação entre o Estado e as formas coletivas de administração dentro das fábricas, nas quais os trabalhadores discutiam e deliberavam todos os assuntos relacionados ao trabalho que desenvolviam. Aqui citamos apenas alguns exemplos de formas de organização

produtiva em regimes socialistas. No entanto, há muito a se pesquisar e descobrir sobre essas experiências.

O desaparecimento da maior parte dos regimes socialistas nos anos 90 ainda gera controvérsias. Para além dos problemas internos dessas experiências, que de fato ocorreram, houve ainda uma forte campanha internacional, promovida pelas potências capitalistas, no sentido de sabotar e isolar economicamente os países socialistas. Atualmente resistem enquanto experiências declaradamente socialistas (formalizadas em suas constituições) países como Cuba, China, Vietnã, Coreia do Norte e Laos. Entretanto, há outro grande conjunto de nações que, mesmo não tendo formalmente o socialismo como regime político, são fortemente inspiradas por ele e procuram resistir ao capitalismo. É o caso dos nossos vizinhos Venezuela e Bolívia.

O legado dos países socialistas do século XX é fundamental para a construção de projetos alternativos ao capitalismo na atualidade. Não se trata de repetir aqueles modelos, mas de sermos generosos e honestos historicamente com as experiências de poder dos trabalhadores. Com seus erros e acertos, procuraram e ainda procuram formas alternativas de vida não capitalista.

Economia Solidária: experiências alternativas atuais

A Economia Solidária é uma ideia-movimento que propõe formas alternativas de fluxos materiais e imateriais entre as pessoas. É uma ideia por propor novos valores para a humanidade; é também movimento porque luta em defesa de seus valores, utilizando a ação coletiva e organizada. Conforme destaca Bertucci & Kirsch (2012), é um "jeito de fazer a atividade econômica", mas também um "jeito de estar no mundo" e um "movimento social". Em outras palavras, é uma proposta de sociedade sustentada em princípios e em ações concretas no campo social e político. Assim, a Economia Solidária pode ser definida como:

> (...) o conjunto de atividades econômicas – de produção, comercialização, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva do capital e participação democrática nas decisões na gestão. Nesse conceito, se observa que o relacionamento intersubjetivo entre os atores da Economia Solidária é de fundamental importância na caracterização de sua definição e na concretização de sua ação econômica, social e política. (RICCI & VIEIRA, 2009, p.87)

Segundo Paul Singer, a história da Economia Solidária se confunde com a própria história de luta da classe trabalhadora contra o capitalismo:

> A Economia Solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão "desregulamentada" das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX. As cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo.

> A primeira grande onda do cooperativismo de produção foi contemporânea, na Grã-Bretanha, da expansão dos sindicatos e da luta pelo sufrágio universal. (SINGER, 2009, p. 83)

A Economia Solidária, na dimensão econômica, é um complexo de iniciativas autogestionadas que abrangem atividades de produção, consumo e finanças. Essas múltiplas ações compõem um movimento social, que também na dimensão política procura articular/construir redes cada vez mais capilarizadas, com o objetivo de emancipar progressivamente os empreendimentos de Economia Solidária da dependência do mercado atual, e estrategicamente suplantar o Modo de Produção Capitalista.

A criatividade e a convicção de coletivos de pessoas, em diversas partes do mundo, têm criado experiências alternativas ao mercado capitalista, atingindo resultados importantes, principalmente nas dimensões da sustentabilidade ambiental, garantia de renda e fortalecimento da ação organizada da sociedade civil. São iniciativas que surgem do enfrentamento concreto às situações de pobreza, opressão e subordinação produzidas pelo processo de concentração de capital, que reduz e precariza a mão de obra. São experiências reais que surgem para enfrentar problemas reais. Esse é, última instância, o segredo do sucesso dos empreendimentos solidários.

A Economia Solidária tem se destacado nos países da periferia do sistema capitalista, uma vez que são nesses territórios, altamente explorados, onde é mais evidente a necessidade de enfrentamento ao empobrecimento em massa, processo também chamado *marginalização da força de trabalho*. As experiências podem ser divididas em **associativismo urbano** (geralmente associado ao cooperativismo) e **experiências comunais** (relacionadas ao desenvolvimento territorial rural ou comunitário). Indicamos algumas iniciativas-referência de cada tipo de experiência em Economia Solidária.

No **associativismo urbano**, temos experiências brasileiras de fábricas que entraram em falência e foram assumidas por seus operários, as chamadas fábricas ocupadas. Esse processo teve início na década de 80 e continua até hoje no formato de cooperativas que se organizam sob o sistema de autogestão. É o caso da Conforja – empresa metalúrgica de Diadema (SP), Wallig – fábrica de fogões de Porto Alegre (RS), Cooperminas – mineração de carvão em Criciúma (SC), Tecelagem Parahyba – Recife (PE) e São José dos Campos (SP). Na última década, uma enorme quantidade de empreendimentos solidários surgiu no Brasil, proliferando iniciativas para além da indústria. É o caso das cooperativas de catadores de materiais recicláveis, hoje articuladas em torno do Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis – MNCR.

Ainda no ramo da reciclagem, temos a experiência da Cooperativa Rescatar, de Bogotá (Colômbia), e ainda o cooperativismo de Ahmedabad e Calcutá, na Índia, que envolve milhões de pessoas. Entre essas experiências de Economia Solidária indianas, é obrigatório citar uma referência que se tornou mundialmente conhecida: a "Associação de Mulheres Trabalhadoras Autônomas" (SEWA, sigla em inglês). A SEWA atua há mais de 30 anos na organização produtiva, formação profissional e políticas das mulheres de Ahmedabah, contando com um total de 250.000 membros. É uma organização que trabalha tanto na sindicalização das recicladoras quanto na promoção de novas cooperativas, um ótimo exemplo de relação entre a luta por direitos e a luta econômica. Em Calcutá, temos ainda cooperativas no ramo da construção naval, tipografia, metalurgia, etc. A Índia é um bom exemplo de associativismo urbano que conta com uma relação de solidariedade entre sindicatos e cooperativas.

As **experiências comunais** tomam como base o território com referência para a construção do desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável. Agir localmente tem sido uma diretriz para um número cada vez mais crescente de comunidades em todo o mundo. No campo brasileiro,

diferentes comunidades, movimentos e povos já compreendem que para além da produção é preciso garantir um tipo novo de organização do espaço. Trata-se de sintonizar na mesma frequência diferentes ações que se dão no território. Assim, se fortalecem a produção agroecológica, o uso sustentável de recursos naturais, as hortas comunitárias, as feiras de pequenos agricultores, os bancos de sementes, as entidades de assistência técnica comprometidas com tecnologias sociais, as estruturas de comunicação comunitárias e mais recentemente as iniciativas de finanças solidárias, como fundos rotativos, bancos comunitários e moedas sociais. Essa territorialidade cria formas de ação coletivas que enfrentam a imposição do mercado e usam a própria incapacidade do capitalismo de incluir com dignidade as pessoas para envolver e engajar mais participantes das atividades comunitárias.

Em alguns países, como Moçambique, as experiências comunais de desenvolvimento não estão restritas ao campo, mas já começam a acontecer nas cidades, como é o caso da União Geral de Cooperativas Agropecuárias de Maputo – UGC, que desenvolve atividades nos espaços urbanos e periurbanos da capital do país. No início, as atividades eram basicamente agrícolas, hoje a UGC conta com 185 cooperativas e 5.500 sócios, tendo cooperativas filiadas em diversas áreas, como prestação de serviços, educação, cooperativas de trabalho, entre outras.

Na África do Sul, a luta pelo acesso a terra e ao desenvolvimento local está fortemente vinculado à mudança das leis do país, criando novas formas de propriedade de terra e a superação do modelo de propriedade fundiária estruturado durante o sistema de Apartheid, no qual a propriedade de terra se concentrava nas mãos de uma minoria de latifundiários brancos. Além disso, tanto o Governo de Nelson Mandela (1918-2013) quanto os movimentos sociais do campo entendiam que a propriedade individual de terra cria, geralmente, a desresponsabilização em relação ao território como um todo, causando problemas ambientais, sociais, conflitos econômicos, competição, etc.

Assim, em 1998, foi aprovada a Lei sobre a Associação de Propriedade Comunitária (CPA), que define um modelo coletivo de propriedade da terra, que é optativo e pode ser acessado por comunidades que possuam os requisitos legais, tais como número suficiente de membros, mínimo de 40% de mulheres nos espaços de deliberação, entre outras exigências. Mesmo com diversos problemas de implementação, a CPA é um exemplo claro dos desafios do desenvolvimento local, que deve ter a clareza que a dimensão local, nacional e internacional da luta está conectada. Por isso, fazer Economia Solidária é também fazer política.

A quantidade e a qualidade das experiências comunais não cabem neste livreto, mas é possível concluir, como nesses exemplos, que a procura por novas maneiras de viver no território é um sinal de resistência contra a globalização capitalista, que desterritorializa e retira as condições de existência dos povos do sul do mundo.

Resumo do Capítulo:

O capitalismo não é eterno, ele é apenas mais um modo de produção na história da humanidade, ele não é o primeiro, e possivelmente não será o último, isso se não provocar, em sua lógica destrutiva de recursos, uma catástrofe ambiental que promova o fim da humanidade. As ideias de superação do capitalismo surgiram praticamente juntas com ele. Logo se percebeu que a forma capitalista de organização social produzia violência, miséria, exploração e guerras em escalas nunca vistas anteriormente, por isso superá-lo com alternativas econômicas e políticas não exploradoras tornou-se uma necessidade. Nesse contexto, surgiram várias de ideias, organizações e movimentos movidos pelo propósito de uma sociedade justa e solidária. As ideias socialistas ganharam forças no final do século XIX e início do século XX. Em diferentes pontos do mundo, o povo se levantou contra a opressão e realizaram revoluções em seus países, introduzindo formas coletivistas de organização da economia. No final do século XX, boa parte dessas experiências foram desmanteladas, porém novas formas de contestar o capitalismo surgiram, entre elas a Economia Solidária.

Atividade pedagógica do capítulo

Dinâmica pedagógica #9: Como a Economia Solidária responde às três perguntas básicas da economia?

A dinâmica consiste em propor aos participantes uma reflexão sobre a Economia Solidária, destacando sua proposta de superação do capitalismo. Para isso, como elementos desencadeadores do debate, as três perguntas básicas da economia: 1) O que produzir?; 2) Como produzir?; 3) Como distribuir?.

1. Objetivo
Permitir e motivar o debate sobre a Economia Solidária como modo de produção da vida social alternativa ao capitalismo.

2. Tempo
1 hora e meia.

3. Materiais necessários
Três cartazes (papel pardo, cenário ou cartolina), pincéis ou canetas (Pilot ou pincel atômico).

4. Metodologia

1. A assessoria deve lembrar a todas(os) que cada modo de produção responde às perguntas básicas da economia de uma determinada maneira (ver o Capítulo IV). Então deve escrever em um quadro ou cartaz a seguinte questão geradora: COMO A ECONOMIA SOLIDÁRIA RESPONDE ÀS PERGUNTAS BÁSICAS DA ECONOMIA?

2. A assessoria deve dividir as(os) participantes em grupos compostos de 6 a 10 participantes.

3. Cada grupo receberá três cartazes. Em cada cartaz, será respondida uma das três perguntas básicas da economia. São elas:

- **O que produzir na Economia Solidária?** (observação: não precisa fazer uma lista de mercadorias, mas destacar tipos de mercadoria e sua qualidade, como alimentos, roupas, livros, casas).

- **Como produzir esses bens na Economia Solidária?** (observação: é necessário indicar qual será o processo de trabalho para produzir, como as pessoas se organizarão para isso, etc.).

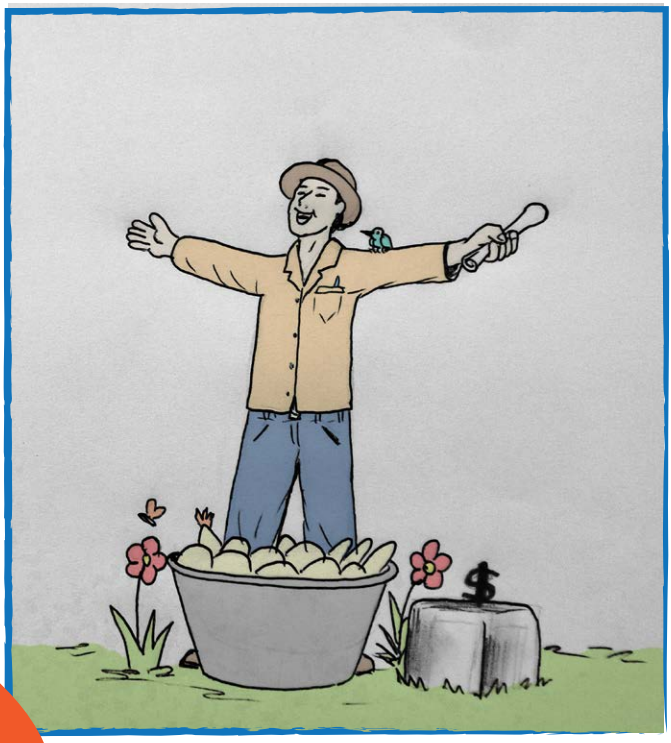
- **Como distribuí-los à população?** (observação: é importante destacar a forma de acesso das pessoas aos bens produzidos, o que será necessário para que uma pessoa comum tenha aquilo que necessita).

4. Os grupos devem se reunir por 30 minutos e procurar responder às perguntas nos cartazes distribuídos. Não é necessário responder tudo, o importante é que o debate aconteça no grupo.

5. Em seguida, cada um dos grupos deve apresentar, por 6 minutos, as respostas que foram produzidas e escritas nos três cartazes. Cada grupo deve trazer também as dificuldades que encontrou na resposta às perguntas. Isso ajudará a assessoria e os demais grupos a contribuir com alguma solução para os pontos de dificuldades.

6. Após a apresentação dos grupos, a(o) assessora(o) deve abrir o debate em plenária, dialogando sobre as dúvidas, fazendo comentários sobre algum ponto destoante das propostas da Economia Solidária. É enriquecedor que esse momento seja aberto à participação de todos. Por isso, o acesso deverá garantir a fala de cada um de maneira organizada (como ordem de inscrições e controle do tempo de fala).

7. Algumas perguntas podem estimular o debate nesse momento da dinâmica. Sugerimos algumas: “As respostas da Economia Solidária são melhores do que as dadas pelo capitalismo?”; “O que há de tão diferente nessas respostas se comparadas com os modos de produção que estudamos no Capítulo IV?”; “Essa forma de responder às questões são realmente viáveis?”, “O que precisamos fazer para que as respostas da Economia Solidária sejam colocadas em prática?”.



Referências Bibliográficas

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS. *Manual de Economia Política da Academia de Ciências da URSS – Instituto de Economia*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda.,1961.

AUGUSTO, André Guimarães. *Modo de produção asiático: um balanço da controvérsia.* V Conferência Internacional de História Econômica, 2014.

BAUDIN, Louis. *El império socialista de los incas*. Santiago do Chile: Ed. Zig-zag, 1945.

BERTUCCI, Ademar & KIRSCH, Rosana. *Economia Solidária: Documentos, trajetórias e organização do movimento*. Brasília: Cáritas – CFES, 2012.

BOTTOMORE, Tom (ed.). Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

COGGIOLA, Osvaldo. *Introdução à teoria Econômica Marxista*. São Paulo: Jinkings Editores Associados, 1998.

DOBB, Maurice. A evolução do capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

ENGELS, F. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. In: MARX, K. & ENGELS, F.. *Obras Escolhidas*, t. II, Rio de Janeiro: Alfa Omega, 1955.

MARX, Karl. *O Capital*, t. I, 1955.

_____. Prefácio à contribuição à crítica da economia política (1859).

MOKHTAR, Gamal (editor). *História Geral da África*, Vol. I. Brasília: Unesco, 2010.

KNAPIK, Marcia Carneiro. *O trabalho humano: das sociedades comunais ao modo de produção feudal*. Curitiba: CEFURIA, 2011.

PINTO, Álvaro Vieira. *Por que os ricos não fazem greve?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

RAMOS, Jorge Abelardo. *História da Nação Latino-Americana*. Florianópolis: Insular, 2011.

RICCI, Fábio & VIEIRA, Arlete Cândido Monteiro. Sistematização de experiências de metodologias de implantação de cooperativas populares de reciclagem em três cidades do Vale do Paraíba Paulista: Guaratinguetá, Taubaté e Jacareí. In: ZANIN, Maria, GUTIERREZ, Rafaela Francisconi (Orgs.). *Economia Solidária: Tecnologias em Reciclagem de Resíduos para Geração de Trabalho e Renda*. São Carlos: Claraluz, 2009, E-book.

SINGER, Paul. *A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª Ed, 2005, 79-129.

STRECK, D.; REDIN, E. e ZITKOSKI, J.J (orgs.). *Dicionário Paulo Freire.* Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.

Publicado sob licença Creative Commons - alguns direitos reservados.

ATRIBUIÇÃO
Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.

USO NÃO-COMERCIAL
Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.

PERMITIR A CRIAÇÃO DE OBRAS DERIVADAS

- Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outros os termos da licença desta obra.
- Qualquer uma destas condições podem ser renunciadas, desde que Você obtenha permissão do autor.

Economia Solidária

Conheça Pratique

ISBN 978-85-397-0990-8

Rede CFES
Formação e Assessoria Técnica
Sudeste

Parceiros

Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária

Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Realização

INSTITUTO MARISTA DE SOLIDARIEDADE

SUBSECRETARIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

MINISTÉRIO DO TRABALHO

BRASIL GOVERNO FEDERAL